



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA DO TOCANTINS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

MARILETE ALVES SOARES CURCINO

**SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: O ASSISTENTE SOCIAL NO AMBIENTE
ESCOLAR**

MIRACEMA DO TOCANTINS, TO

2023

Marilete Alves Soares Curcino

Serviço social na educação: o assistente social no ambiente escolar

Monografia foi avaliada e apresentada à Universidade Federal do Tocantins (UFT) Câmpus Universitário de Miracema, para obtenção do título de bacharel em Serviço Social, e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Orientadora: Prof. Dra. Eliane M. M Amicucci.

Miracema do Tocantins, TO

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

C975s Curcino, Marilete Alves Soares.

Serviço social na educação: o assistente social no ambiente escolar. / Marilete Alves Soares Curcino. – Miracema, TO, 2023.
103 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins –
Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Serviço Social, 2023.

Orientador: Eliane M. M . Amicucci

1. Serviço Social. 2. Política Educacional. 3. Questão Social. 4.
Ensino-aprendizagem. I. Título

CDD 360

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

MARILETE ALVES SOARES CURCINO

SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: O ASSISTENTE SOCIAL NO AMBIENTE
ESCOLAR

Monografia foi avaliada e apresentada à Universidade Federal do Tocantins (UFT) Câmpus Universitário de Miracema, para obtenção do título de bacharel em Serviço Social, e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Orientadora: Prof. Dra. Eliane M. M Amicucci.

Data de aprovação: ____ / ____ / 2023

Banca Examinadora

Profa. Dra. Eliane M. M. Amicucci - Orientadora - UFT.

Profa. Me. Gislene Ferreira da Silva – Examinadora - UFT

Profa. Dra. Josenice Ferreira dos Santos – Examinadora - UFT

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao grande Regente do Universo, por me proporcionar vida e saúde no decorrer da caminhada acadêmica, sendo meu lugar de refúgio nos momentos em que quase desisti de terminar essa graduação, nos momentos de desespero, de ansiedade e de aflição, sempre me proporcionou alívio e proteção. A ele toda a minha gratidão!

Minha profunda gratidão a minha família por me compreender nos momentos em que estive ausente, em especial meu esposo Joel por seu apoio, pelo o conforto, pela força e pela compreensão para que eu pudesse terminar minha formação. Aos meus amados filhos Maria Antônia e Luís Felipe por entenderem a minha ausência nos momentos em que mais precisaram de minha presença, bem como, por perceberem que sirvo como motivo de incentivo em suas formações escolares.

Aos meus Pais e Irmãos que me incentivaram nos momentos difíceis e entenderam a minha ausência enquanto realizava esse trabalho, pois sendo a terceira filha de cinco irmãs e um irmão, sou a segunda na família a alcançar uma formação superior, me sinto muito orgulhosa de finalizar minha formação.

A todas as minhas amigas incondicionais (Valdiná Lopes, Raiane Amaral, Milena Carvalho, Cleide Morais, Sara Hanna) dentre outras que tive o prazer de conhecer durante essa graduação, obrigada por me fornecer um ambiente amistoso, onde pudemos nós solidificar e conviver pacificamente.

Em especial minha grande amiga Milena Pereira por aguentar as minhas lamentações bem como as reclamações e desabafos durante esse período de graduação. Agradeço também a sua ajuda e motivação nos momentos que pensei em desistir e que você esteve sempre ali me dando força e confiança, além de auxiliar nas disciplinas em que não conseguia entender ou acompanhar.

A minha orientadora Eliane Amicucci, por seu empenho e dedicação na elaboração desse trabalho, que para mim foi de extrema importância a sua dedicação e amizade, por me fornecer a confiança necessária à conclusão dessa caminhada árdua.

A todos/as os professores/os que tive o privilégio de conhecer durante esses anos de formação, minhas sinceras desculpas pelos momentos de discussão e incompreensão aos seus ensinamentos e correções, que ao refletir hoje vejo que me permitiram desempenhar um melhor processo de formação profissional, aos

professores/as que me aconselharam com paciência e dedicação guiando meu aprendizado a uma nova visão.

A todos os profissionais que trabalham na Universidade Federal do Tocantins (UFT) por nós proporcionar um ambiente limpo e agradável. Enfim a todas as pessoas que tive o prazer de conviver durante esses anos de graduação que contribuíram de alguma forma para a conclusão da minha formação.

Agradeço as pessoas que convivi diariamente durante essa formação uns fornecendo carona até a Universidade outros transmitindo palavras de incentivo, aos meus colegas de curso tanto aos que estão chegando desejo-lhes boa sorte em sua formação, quanto os que estão saindo juntamente comigo vencemos, agradeço pelo companheirismo e pela troca de experiência que nos permite crescer.

Desde já agradeço as professoras convidadas Josenice Ferreira e Gislene Araújo em compor a minha banca examinadora, acrescentando as suas ricas contribuições e me ajudando a concluir essa tarefa difícil, mas essencial para o meu profissional, para o intelectual, para o pessoal e sobretudo para o social.

“A nobreza de nosso ato profissional está em acolher aquela pessoa por inteiro, em conhecer sua história, em saber como chegou a esta situação como é possível construir com ela formas de superação deste quadro”

Maria Lúcia Martinelli

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso (TCC) tem como tema de estudo a inserção do assistente social na educação, tendo como objetivo geral compreender quais contribuições o serviço social pode oferecer a escola de educação básica. Objetivando especificamente: Compreender a política educacional desenvolvida pela escola pública de ensino básico; entender qual o papel desempenhado pelo assistente social na política educacional, seus deveres e atribuições frente a questão social e analisar os processos interventivos propostos pelo serviço social na escola, através das atribuições do assistente social na escola pública de ensino básico. A metodologia foi através de um estudo bibliográfico e documental, fundamentado no materialismo histórico-dialético, de natureza qualitativa objetivando gerar conhecimento. A pesquisa aborda o contexto de inclusão do assistente social na política de educação, a luta pela aprovação da Lei nº13. 935/2019, que prevê a prestação do serviço social na escola de ensino básico. Apesar desta Lei ter sido aprovada, a inclusão do profissional nas escolas ainda é muito recente, entretanto, no Estado do Tocantins, já é algo concreto. Portanto, a intencionalidade é demonstrar através da pesquisa de campo fundamentada em pesquisas bibliográficas, dar autenticidade ao Trabalho de Conclusão de curso, mostrando a importância de inserção desse profissional no ambiente educacional, mais precisamente nas unidades básicas estaduais, considerando suas atribuições e competências mediante sua prática profissional fundamentada no Código de Ética, na Lei de Regulamentação da Profissão considerando a LDB, e o ECA, tendo como referência os seis municípios que compõem a Superintendência (SRE) de Miracema do Tocantins.

Palavras Chaves: Serviço Social. Política Educacional. Questão Social.

ABSTRACTIC

This course completion work (TCC) has as its subject of study the insertion of social workers in education, with the general objective of understanding what contributions social work can offer to basic education schools. Specifically aiming to: Understand the educational policy developed by public basic education schools; understand the role played by social workers in educational policy, their duties and responsibilities in relation to social issues and analyze the intervention processes proposed by social services at school, through the social worker's duties in public elementary schools. The methodology was through a bibliographic and documentary study, based on historical-dialectical materialism, of a qualitative nature aiming to generate knowledge. The research addresses the context of inclusion of social workers in education policy, the fight for the approval of Law nº13. 935/2019, which provides for the provision of social services in primary schools. Although this Law has been approved, the inclusion of professionals in schools is still very recent, however, in the State of Tocantins, it is already something concrete. Therefore, the intention is to demonstrate, through field research based on bibliographic research, to give authenticity to the Course Completion Work, showing the importance of inserting this professional in the educational environment, more precisely in state basic units, considering their duties and competencies through their professional practice based on the Code of Ethics, the Profession Regulation Law considering the LDB, and the ECA, having as a reference the six municipalities that make up the Superintendence (SRE) of Miracema do Tocantins.

Key Words: Social Service. Educational Policy. Social Issue.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Quantitativo de matrícula dos seis municípios pesquisado.....	63
Gráfico 2: Taxa de escolarização do Município de Miracema.....	64
Gráfico 3: Taxa de escolarização do Município de Tocantínia.....	65
Gráfico 4: Taxa de Escolarização do Município de Miranorte.....	66
Gráfico 5: Taxa de Escolarização do Município de Rio dos Bois.....	67
Gráfico 6: Taxa de Escolarização do Município de Nazaré.....	68
Gráfico 7: Taxa de escolarização do Município de Lizarda.....	69

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CF	Constituição Federal
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
UFT	Universidade Federal do Tocantins
SEDUC	Secretaria de Educação
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
SAEB	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica
PDE	Plano de Desenvolvimento Educacional
MEC	Ministério da Educação
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
PNE	Plano Nacional de Educação
ECA	Estatuto da Criança e Adolescente
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
PNBE	Programa Nacional Biblioteca na Escola
PROUNI	Programa Universidade Para Todos
PBA	Programa Brasil Alfabetizado
PROINFO	Programa Nacional de Tecnologia Educacional
SRE	Superintendência Regional de Educação

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	POLÍTICA DE EDUCAÇÃO E QUESTÃO SOCIAL.....	20
2.1	A Política de Educação no Brasil.....	22
2.2	Escola Pública e a Questão Social.....	32
3	SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO: UMA DISCUSSÃO NECESSÁRIA.....	
3.1	Serviço Social e Educação.....	37
3.2	As Atribuições e Competências do Assistente Social na Política Educacional.....	39
4	INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: UM ESTUDO DO ESTADO DE TOCANTINS.....	51
4.1	Lei nº 13.935/2019: Serviço Social e Psicologia na Política de Educação Básica.....	51
4.2	Aproximação da Inserção do Profissional Assistente Social na Política de Educação Básica no Estado do Tocantins.....	54
4.3	Pesquisa de campo: O Serviço Social nas escolas estaduais pertencentes da Superintendência Regional de Educação de Miracema do Tocantins (SRE).....	57
4.4	Análise e Discussão a partir dos Relatos das Participantes da Pesquisa.....	85
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	92
	REFERÊNCIAS.....	94
	APÊNDICES.....	98

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa trouxe como principal objetivo a discussão sobre a inclusão do assistente social na educação básica estadual dos Municípios que são vinculadas a Superintendência Regional de Educação (SRE) de Miracema do Tocantins, TO. Assim como a demonstração da contribuição que esse profissional proporciona ao contexto educacional, marcado pelas diversas manifestações da questão social.

Através de propostas, intervenções e inclusão da comunidade escolar nas políticas sociais, solucionando as demandas apresentadas na área escolar por meio de diagnósticos sociais, de encaminhamentos, de visitas domiciliares, de trabalho em grupo, de acolhida e observação, que são os instrumentais utilizados pelo serviço social, assim como, as atribuições que seriam desenvolvidas pelo assistente social na escola pública de ensino básico. Ao que se refere ao serviço social, Piana (2009, p.186) relata que:

O Serviço Social, recentemente, tem sido reconhecido como profissão fundamental na perspectiva curricular da educação e ocupado espaços importantes no processo de execução da política educacional. Com isso, tende a deixar o serviço de ações complementares, paliativas e emergenciais. Seu trabalho consiste em identificar e propor alternativas de enfrentamento aos fatores sociais, políticos, econômicos e culturais que interferem no sistema educacional, de forma a cooperar com a efetivação da educação como direito para a conquista da cidadania (PIANA, 2009, p. 186).

Com a aprovação da Lei nº 13.935/2019 que tornou obrigatório à inclusão do profissional de serviço social na política educacional, muitos municípios ainda não contam com a presença desse profissional na escola de ensino básico.

O interesse pelo tema foi devido a consideração da política de educação como um ambiente de formação do sujeito para a vida em sociedade, por essa razão necessitava mudanças para que o aluno saísse da escola um sujeito pensante, emancipado conhecedor dos seus direitos e deveres. A delimitação da pesquisa está voltada para as Atribuições do Assistente Social na Escola Pública de Ensino Básico.

A problemática da pesquisa teve como centralidade: Quais as atribuições que o Assistente Social poderia exercer no ensino básico, em relação à Questão Social presente dentro da Escola? Surgindo então outras questões, sendo elas: Qual seria a atuação da escola de ensino básico mediante as expressões da questão social que se manifestava em seu interior, mesmo sem a presença do assistente social? Quais eram as medidas adotadas pelos profissionais de educação frente essa demanda tão

presente atualmente na área educacional? Se a escola contava com programas ou rede de apoio para lidar com essa problemática que se tornou recorrente na educação?

Nessa perspectiva, o objetivo da pesquisa foi compreender quais as contribuições o Serviço Social poderia oferecer a escola de educação básica, sendo os específicos: Compreender a política educacional desenvolvida pela escola pública de ensino básico; entender qual o papel desempenhado pelo assistente social na política educacional, seus deveres e atribuições frente à questão social e analisar os processos interventivos propostos pelo serviço social na escola pública de ensino básico.

O assistente social não visualiza a área educacional apenas como mais um campo sócio-ocupacional, mas um lugar que pode fornecer conhecimento e emancipação humana, uma educação que se encontra defasada e voltada para a mercantilização de pessoas a serviço do capital. Sendo assim Bezerra, 2017, p.41. apud CFESS, 2011 pontua que:

O assistente social nas escolas e inserido na política de educação se remete a uma gestão democrática e ao exercício dos direitos sociais. Esse profissional no âmbito escolar deve se articular as dimensões técnico-operativa, ético-político e teórico metodológico, para desenvolver ações voltadas à orientação e acompanhamento dos usuários; a investigação social, econômica e cultural; socialização de informações e discussões sobre temáticas cotidianas; elaboração de projeto e programas, entre outros" (BEZERRA, 2017, p. 41. apud CFESS, 2011).

De acordo com os autores consultados, a presença de um profissional assistente social na área educacional é de suma importância, haja vista que a questão social decorrente do conflito capital/trabalho, possui múltiplas expressões, sendo elas a pobreza, o desemprego, a violência, a discriminação de gênero, a raça, a etnia, a orientação sexual, o trabalho precário, a dificuldade de acesso à saúde, a educação, a falta de moradia, a violação dos direitos da criança e do adolescente.

Assim, é necessária a observação e intervenção de um profissional do Serviço Social na educação no atendimento das demandas da questão social, bem como, a articulação entre a sociedade civil, o poder público, a escola, a família e o serviço social para garantir o direito social do sujeito em formação.

Mediante vários espaços sócios ocupacionais em políticas sociais de atuação dos profissionais do Serviço Social, o ambiente escolar não é diferente, já que a educação atualmente apresentava demandas que requisitariam a intervenção do

assistente social, por ser um ambiente onde se encontravam diversos contextos sociais, culturais e econômicos decorrentes da vida de cada aluno, como por exemplo, o baixo rendimento escolar, a infrequência e a evasão escolar.

Diante disso, o assistente social tem como principal objetivo ao adentrar o ambiente educacional, identificar as problemáticas que afetam o cotidiano escolar, para então, intervir, encaminhar, orientar e informar a comunidade escolar mediante sua prática profissional.

As atribuições e competências dos (as) assistentes sociais realizadas em qualquer campo sócio-ocupacional são orientadas e norteadas pelos princípios, direitos e deveres inscritos no Código de Ética Profissional, de 1993, e na Lei de Regulamentação da profissão, nº 8.662/93 (CFESS, 2012, p. 26).

Mesmo promulgada em dezembro de 2019, a Lei nº 13.935 que possibilitou a presença de psicólogos e assistentes sociais nas redes públicas, muitos municípios do país ainda não contam com o auxílio desses profissionais. O profissional assistente social tem como dever incluir o aluno nas políticas sociais prevenindo a evasão escolar, a violência praticada dentro da escola, bem como, combater o *bullying* presente atualmente na área educacional, além disso, garantir uma educação de qualidade.

Analisando a educação como um todo, considera-se a necessidade de melhorar a formação profissional dos docentes, assim como sua valorização profissional, visando o desenvolvimento dos alunos e da escola. O professor é mal remunerado e sobrecarregado de tarefas que não fazem parte de suas atribuições em que se vê obrigado a assumir funções contrárias à sua formação profissional o que ocasiona um prejuízo no seu fazer profissional, afetando assim o processo de ensino/aprendizagem do aluno.

Diante dessa deficiência observada na área educacional, e mediante a aprovação da Lei nº 13.935/2019, ao qual possibilitou a presença do assistente social na educação constata-se a necessidade desse profissional do Serviço Social para atuar frente às demandas em relação à política educacional no tocante a formação social. Logo Bezerra, (2017) diz que:

Com isso, ao pensar na educação como direito constituído a todos os cidadãos brasileiros e a sua importância para o desenvolvimento do indivíduo na sociedade capitalista, que vem reproduzindo um cenário de desigualdade social, desde sua implementação, implicando na qualidade dos serviços prestados a um público mais vulnerável, questiona-se a necessidade de um profissional de Serviço Social nas escolas, a fim de contribuir para o bom

funcionamento das demandas institucionais e garantia da política educacional, em conjunto com o enfrentamento das expressões da questão social, que, inevitavelmente, estão inseridas nesse espaço de reprodução das relações sociais (BEZERRA, 2017, P. 10).

Segundo o Código de Ética e a Lei de Regulamentação da Profissão, Lei N° nº. 8.662/1993 as atribuições que competem o fazer profissional do assistente social e suas funções privativas em qualquer espaço sócio-ocupacional, devem levar em conta o contexto sócio-histórico onde requisitam sua intervenção.

Em seu art. 4 constituem como competências do assistente social I. elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares; III. Encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos e à população; em seu art. 5 constituem atribuições privativas do assistente social I. coordenar, elaborar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social; IV. Realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social. (CÓDIGO DE ÉTICA, 1993, p. 44-46).

A educação brasileira em geral, enfrenta problemas como a desigualdade social, a desvalorização do professor à falta de estrutura no ambiente escolar, a falta de investimento na área educacional, o baixo salário, a falta de participação familiar dos alunos, a discriminação racial ou de gênero, a ausência de proteção e a violência praticada contra os profissionais da educação.

Perante essas demandas e as expressões da questão social presente dentro da escola que o Assistente Social vai atuar, ele pretende contribuir com a política educacional no que compete ao seu fazer profissional em relevância aos fatores sociais, culturais e econômicos, assim como a busca por uma educação emancipadora.

De acordo com o Código de Ética Profissional do Assistente Social (1993), seus valores e princípios são:

I Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a elas inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; II Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; III Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras; V Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso a bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; VI Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças. (CODIGO DE ÉTICA, 1993, p. 23).

Portanto, em seu art. 2º o Código de Ética Profissional constitui direitos do assistente social:

a) garantia e defesa de suas atribuições e prerrogativas, estabelecidas na Lei de Regulamentação da Profissão e dos princípios firmados neste código; c) participação na elaboração e gerenciamento das políticas sociais, e na formulação e implementação de programas sociais; h) ampla autonomia no exercício da profissão, não sendo obrigado a prestar serviços profissionais incompatíveis com as suas atribuições, cargos ou funções (CÓDIGO DE ÉTICA, 1993, p. 26).

Já em relação aos deveres do assistente social, Código de Ética Profissional em seu art. 3º versa:

a) desempenhar suas atividades profissionais, com eficiência e responsabilidade, observando a legislação em vigor; c) abster-se, no exercício da profissão, de práticas que caracterizem a censura, o cerceamento da liberdade, o policiamento dos comportamentos, denunciando sua ocorrência aos órgãos competentes; sendo assim o assistente social não pode interferir na educação no lugar do pedagogo mais trabalhar com uma equipe multidisciplinar onde cada um exerce a sua função sem intervir no fazer profissional do outro (CODIGO DE ÉTICA, 1993, p. 27).

Sendo essas regulamentações conforme descrito no código de ética profissional do assistente social, de (1993, p. 23, 26, 27) em que define seus direitos e deveres no fazer profissional.

Por não se tratar de um tema inédito nem com pouco índice de debate, a inserção do Serviço Social na educação já vem sendo debatida e reivindicada pela categoria através de lutas com base no “Projeto de Lei nº 3688-C/2000, aprovado pela Câmara dos Deputados em 07/08/2007, que dispõe sobre a prestação de serviços de Psicologia e de Serviço Social nas redes públicas de educação básica”. Brasil (2007), e pela aprovação da Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019) Brasil (2019), prevê que as redes públicas de educação Básica contarão com serviços de Psicologia e do Serviço Social.

Portanto, no Estado do Tocantins já é algo concreto, pois a comunidade escolar na rede estadual já conta com a presença do profissional assistente social na área educacional, sendo a escola responsável pelo desenvolvimento educacional, tinha a incumbência de definir as mudanças julgadas necessárias à sociedade através do cidadão que iria formar.

O assistente social se insere nesse contexto para que através de seu olhar diferenciado reconheça e intervenha nos abusos e na questão social que se manifesta no ambiente escolar o que tem sido alvo de debates e pesquisas por diversos profissionais do Serviço Social.

Conforme o Regimento Escolar Estadual do Tocantins (2012), a política institucional da escola está pautada nos princípios das diretrizes gerais para que atenda alunos dentro da sua faixa etária, contudo a concepção que norteia o trabalho escolar também se rege de um plano estadual de educação, contendo um conselho estadual de educação próprio.

Esse plano exigia mudanças, pois mesmo a escola favorecendo o aspecto democrático e coletivo onde se aceita a participação de todos os funcionários, dos gestores, dos professores, dos pais e da comunidade na construção de sua política de trabalho, deveria fornecer uma atenção especial à formação infantil, buscando uma alfabetização no sentido pleno da palavra, com formação de cidadãos conhecedores de seus direitos e deveres, e não mão de obra para o mercado de trabalho.

Ainda de acordo com o Regimento Escolar Estadual da Rede de Ensino do Tocantins (2012), que regulamenta as normas e procedimentos necessários para o funcionamento eficiente e eficaz da estrutura organizacional da rede de ensino das unidades escolares estaduais do Estado do Tocantins, objetiva proporcionar educação de qualidade para todos, o acesso, o atendimento, a permanência e o sucesso na aprendizagem dos alunos.

E tendo como princípio de gestão e normatização do funcionamento das unidades escolares estaduais no referente à estrutura administrativa, a oferta dos níveis e das modalidades de ensino previsto, a organização do processo ensino aprendizagem, a avaliação e registro da vida escolar dos alunos matriculados em cada escola faz se saber que.

Título I – da Caracterização: Capítulo I – da Identificação.

Art. 1º As normas deste regimento aplicam-se: I as unidades escolares da rede estadual de ensino; II às unidades escolares municipais daqueles municípios que não disponham de sistema próprio de ensino; III às unidades escolares privadas que optarem por ele (Regimento Estadual, 2012, p. 09).

Ainda em conformidade com o regime estadual em seu Capítulo II dos Princípios e Objetivos da Unidade de Ensino:

Em seu Art. 3º A UE tem por finalidade ministrar: I – a educação básica em suas etapas e modalidades, de acordo com: a) o disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; b) as demais normas federais e estaduais; c) os atos normativos da SEDUC, os pareceres e as resoluções do Conselho Nacional de Educação – CNE e do Conselho Estadual de Educação do Tocantins – CEE-TO (Regimento Estadual, 2012, p. 09).

Portanto é de competência da UE:

I – promover, com participação da comunidade, a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, com vistas ao pleno desenvolvimento do aluno, ao preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho; II – participar do desenvolvimento da comunidade em que está inserida e contextualizar seu processo de ensino e aprendizagem a realidade socioeconômica e cultural, já em seu Art. 5º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições de acesso e permanência com sucesso na UE, II – liberdade de: a) ensinar; b) aprender; c) pesquisar; d) divulgar; 1. O pensamento, 2. A arte, 3 o saber. III – o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas; IV – valorização da experiência extracurricular; V – a garantia do padrão de qualidade de ensino (Regimento Estadual, 2012, p. 10).

Título II – da Estrutura Administrativa da Comunidade Escolar Capítulo I – da Comunidade Escolar:

Art. 7º Entende-se por comunidade escolar o conjunto de pessoas envolvidas na Proposta Pedagógica da UE, compreendendo: I – diretor de unidade escolar; II – secretário geral; III – coordenador pedagógico; IV – orientador educacional; V – coordenador de apoio administrativo; VI – coordenador de apoio escolar; VII – auxiliar de apoio administrativo; VIII – auxiliar de serviços gerais; IX – vigia noturno; X – manipuladora de alimentação escolar; XI – corpo docente; XII – corpo discente; XIII – pais ou responsáveis; XIV – associação de apoio (Regimento Estadual, 2012, p. 12).

Sendo essas normas e procedimentos citados acima conforme o regimento estadual 2012, que regula a educação do Estado do Tocantins, onde se caracteriza a identificação, os objetivos e princípios, a competência e a estrutura administrativa da Unidade Escolar de Ensino.

Portanto, com a aprovação da Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019, que proporcionou a inserção do Serviço Social e Psicólogo nas unidades de ensino básico, ocasionou a inclusão e participação de um profissional assistente social na escola objetivando minimizar os impactos decorrentes das expressões da questão social.

O Profissional Assistente Social, também serve como defensor da comunidade escolar, ou seja, ser um intermediador entre a educação e os sujeitos no acesso aos seus direitos, não só sua inclusão como também a garantia da permanência na escola, através de outras políticas sociais. Além disso, será um profissional capacitado e com

condições de articular o serviço social e a educação nos movimentos sociais. Por isso Bolorino, (2007), cita que:

Neste sentido, é necessário vislumbrar, na centralidade que a educação ocupa nos tempos atuais, um importante espaço de luta. Considerando as contradições presentes nas relações sociais, os profissionais envolvidos na política da educação precisam estabelecer estratégias visando à construção da educação como um processo de libertação (BOLORINO, 2007, p. 81).

Sendo assim, para realização da pesquisa bibliográfica a partir das buscas em artigos científicos, em monografias, em dissertações e em livros de autores (as), que debatem e defendem a inclusão do Serviço Social na política de educação, bem como um estudo da política educacional nas unidades de ensino estaduais do Estado do Tocantins.

Utilizando como referências os autores Ney Luiz Teixeira de Almeida, Sarita Terezinha Alves Amarro, Eliana Bolorino Canteiro Martins, Manoel de Jesus Bastos, Mariana Bezerra da Silva, Maria Cristina Piana, Janete Maria Lins de Azevedo, Glaucia Martins, Charles de Figueiredo Barros dentro outros autores.

O TCC está estruturado em capítulos da seguinte forma: O primeiro capítulo teve-se como objetivo de estudo do item 2.1 a política de educação e questão social, trazendo uma abordagem da política de educação do Brasil desde o período colonial aos dias atuais o surgimento da Constituição de 1988, a criação do Ministério da Educação. Entretanto o instrumento que garante essa educação é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Lei nº 9.394/1996, Brasil (1996) responsável pelo sistema educacional no Brasil, no item 2.2 discutimos a respeito de escola pública e a questão social, explicando em que consiste a função social da escola e como se desenvolveria a questão social em seu interior.

Já no segundo capítulo no item 3.1 dialogou-se sobre o Serviço Social e educação contextualizando a importância do Serviço Social na educação e desde quando o assistente social se faz presente nesse campo assistencial, no item 3.2 destacaram-se as atribuições e competências do assistente social na política educacional, apresentando o que o profissional pode fazer e não fazer na área educacional, ou seja, quais são suas funções junto a essa equipe multiprofissional.

No terceiro capítulo, enfatizou-se a inserção do Serviço Social na educação, um estudo do Estado do Tocantins, por meio Secretaria da Educação do Estado do Tocantins SEDUC/TO realizada através de pesquisa de campo nos seis municípios

jurisdicionados a Superintendência Regional de Educação de Miracema do Tocantins, tendo como instrumento de coleta de dados entrevista com profissionais que exercem a profissão na educação do município, bem como na aplicação de questionário nos demais municípios do Estado que já contavam com a presença do assistente social na escola pública de ensino básico.

Enfatizamos que a pesquisa de campo ouviu os profissionais que atuam nas escolas estaduais dos municípios, já que as escolas municipais visitadas durante a pesquisa ainda não contavam com a atuação do profissional assistente social em suas dependências. A apresentação do percurso metodológico da pesquisa está neste capítulo.

Na conclusão fizemos um apanhado geral do que foi discutido durante a pesquisa, além de comprovar a necessidade desse profissional nesse novo campo sócio-ocupacional, assim como a demonstração dos desafios que são enfrentados pelo profissional assistente social na área educacional, através da pesquisa de campo realizada com os profissionais que atualmente atuam na política de educação no Estado do Tocantins, Município de Miracema e outros cinco municípios comprovando como o assistente social beneficia a comunidade escolar.

2 POLÍTICA DE EDUCAÇÃO E A QUESTÃO SOCIAL

Iniciamos o capítulo falando sobre a política de educação, segundo a Constituição Federal de 1988 (CF/1988), Brasil, (1988), a educação é um direito social, e como tal estabelece ao Estado o dever de garantir educação de qualidade a todas as camadas sociais.

O artigo 205 da CF/1988, Brasil, (1988), versa que.

A educação, direito de todos e dever do Estado e da Família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988).

A educação será propagada de forma gratuita e igualitária a toda população que dela necessitar. Outros dispositivos que também asseguram a educação como direito são a LDB Lei. 9.394/1996 Brasil (1996) e o ECA Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Brasil (1990), que de acordo com a autora Piana (2009), “a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, é a primeira lei geral da educação promulgada desde 1961, e tem ampla repercussão sobre o sistema escolar”.

Já o artigo 4º do ECA, define que:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990).

O capítulo IV do ECA trata do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer e garante:

Art.53. A criança e ao adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se lhes:

- I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - Direito de ser respeitado por seus educadores;

Já em seu Art. 54. É dever de o Estado assegurar à criança e ao adolescente:
I – Ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria (BRASIL, 1990).

O que segundo Almeida no artigo (subsídios para o Debate sobre Serviço Social na Educação, 2011, seção II, p. 12), diz que “a educação, organizada sob forma

de política pública, se constitui uma das práticas sociais mais disseminadas de internalização dos valores hegemônicos na sociedade capitalista”.

Portanto para o autor Almeida (2011) somente através das lutas sociais por parte da classe trabalhadora foi possível adquirir conhecimento sobre os seus direitos, desenvolvendo uma consciência própria e autônoma, sendo assim, o autor enfatiza que para compreender a trajetória da política educacional, é preciso mais do que um resgate da história, das suas legislações e das mudanças institucionais.

Já em relação à questão social, a autora lamamoto, (2008, p.107) ressalta que “a questão social resulta da divisão da sociedade em classes e da disputa pela riqueza socialmente gerada, cuja apropriação é extremamente desigual no capitalismo”. Ainda segundo a autora a questão social compreende-se pelo conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem intermediação do Estado.

Portanto, para Netto (2011) em seu artigo cinco notas a propósito da questão social afirmam que a expressão questão social surge primeiro para dar conta do pauperismo decorrente da industrialização, nas palavras do autor a pobreza crescia na mesma proporção em que se aumentava a riqueza produzida.

Segundo que a questão social passa para o vocábulo conservador com caráter de urgência, a manutenção da ordem burguesa, perdendo sua estrutura histórica, terceiro somente através dos estudos de Marx, se revela a anatomia da questão social, ou seja, o desenvolvimento do capitalismo produz compulsivamente a questão social.

Quarto, o autor expõe que o capitalismo experimentou o que se chamou de três décadas gloriosas, pois mesmo sem erradicar suas crises periódicas no regime do capital cresceu economicamente, além da construção do *Welfare State* desenvolvido em alguns países Ocidentais, em quinto, e último ponto o autor defende que não existe uma nova questão social, pois para ele o conjunto de novas expressões da questão social é decorrente da ordem do capital (NETTO, 2011, p.41-49).

Sendo assim, segundo o autor, a questão social como objeto de trabalho do serviço social, são decorrentes da pauperização, da violência, do desemprego, das drogas, dos conflitos familiares e violação dos direitos, questões estas que decorrem das desigualdades da sociedade capitalista brasileira. Em seguida abordaremos a política de educação no Brasil desde a era colonial a criação da LDB/1996.

2.1 A Política de Educação no Brasil

No período colonial compreendido entre 1500-1822, quando o Brasil ainda era colônia de Portugal não existia Política Nacional de Educação, ficando a cargo dos Jesuítas em catequizar através da Campanha de Jesus (1549), mas era uma educação voltada a formar religiosos.

Sendo assim, o analfabetismo tomava conta da população brasileira ficando a educação priorizada apenas as pessoas abastadas economicamente. Somente com a chegada da família real ao Brasil em (1808), que houve algumas estruturas educativas no país, mas essas mudanças foram necessárias para atender a monarquia, e mesmo após a independência de Portugal ocorrida em (1822), o governo brasileiro não se interessou em construir um sistema educacional próprio, pois não tinham interesse em programar políticas sociais que beneficiasse a maioria da população. Nesse sentido, Bolorino, (2007), assegura que:

Sendo que no Brasil a política é um direito reconhecido desde o século XIX, com a inscrição da obrigatoriedade do ensino primário na Constituição de 1824, que definiu a gratuidade da instrução primária para todos os cidadãos (BOLORINO, 2007 p. 80).

O que de acordo com Piana (2009), a colônia tinha um modelo agroexportador para oferecer lucro à metrópole Portuguesa sendo sua estrutura basicamente composta por escravos, os grandes latifundiários, os senhores de engenho e os funcionários da coroa, não havendo assim necessidade de uma política educacional, conforme essa estrutura a autora relata que desde o início o sistema educacional é organizado de forma excludente e seletiva já que as colônias tinham seu ensino voltado somente à elite. Ainda segundo Piana, (2009).

Nesse período, o objetivo dos portugueses era exclusivamente explorar e usufruir toda riqueza deste País, mas sem se preocupar com a estrutura econômica, política e educacional do povo que residia no Brasil. O que conseqüentemente, essa ignorância refletia-se na falta de preocupação com o sistema educacional (PIANA, 2009, p. 59-60).

Já na primeira república ou república velha (1911-1930), surge a política do café com leite sobre a ordem da repressão e do conservadorismo, objetivando suprimir os protestos que apareciam em revoltas sociais, criaram-se as primeiras instituições públicas surgindo também os princípios federativos na Constituição de 1891, onde atribuiu a União à incumbência da educação superior e secundária, e aos

estados a educação elementar e profissional, através da Carta Magna, a educação passou a ser vista como um direito de todos os brasileiros.

Logo após a **Primeira Grande Guerra¹ (1914-1918)**, devido à industrialização e a urbanização onde se formou a nova burguesia urbana, essa burguesia passou a exigir dos governantes acesso a uma educação acadêmica elitista, sendo assim o operariado começou a pressionar o governo exigindo o mínimo de escolarização, desencadeando conflitos e movimentos políticos e culturais, entre eles o Manifesto dos Pioneiros da Educação (Movimento Escolanovista de 1932). Que movidos pela ideia de escola nova surge à esperança de democratização de transformação da sociedade através da escola forçando a municipalização do ensino primário, embasado pela influência positivista, surgindo assim educadores e intelectuais da educação destacando-se Anísio Teixeira debatendo planos e reformas pra recuperação da educação brasileira.

Segundo Bastos, (2017).

As políticas públicas no Brasil surgiram desde os primeiros anos da república, quando se defendia o ensino primário gratuito para todos os indivíduos e a laicidade foi permitida pela Constituição, sendo criada, posteriormente, a Associação Nacional da Educação – ANE, que favoreceu o ensino fundamental público obrigatório. Nesse mesmo período aconteceram várias reformas que proporcionavam o estabelecimento, a estrutura e o funcionamento do ensino médio. Foi no início da república que o Brasil começou a abrir as portas para o surgimento de uma política educacional, dando forma ao sistema educacional brasileiro (BASTOS, 2017, p. 2-8).

A educação de (1930-1970), é marcada por decisões políticas mundiais e nacionais influenciando significativamente a educação brasileira, principalmente a quebra da bolsa de valores o que provocou a crise do café, formando um novo perfil da sociedade brasileira, principalmente na economia que passou de agroexportador para o nacional-desenvolvimentista formado pela industrialização.

¹¹ A primeira guerra mundial (1914 – 1918) foi um conflito iniciado pelos países europeus que atingiu uma proporção gigantesca uma guerra global, que teve participação de vários países inclusive o Brasil, seus antecedentes foram à segunda revolução industrial iniciada em 1870, o neoimperialismo, a corrida armamentista e a paz armada, o estopim da primeira guerra mundial aconteceu em 28 de junho de 1914, em decorrência da morte do arquiduque do império Austro-Húngaro, Francisco Ferdinando e sua esposa Sophie na cidade de Sarajevo, na Bósnia, as grandes potências europeias disputavam entre si mercado consumidor, matéria prima e metais preciosos na Ásia e na América, o encerramento da guerra só foi possível com a assinatura do tratado de Versalhes em 1919, essa guerra trouxe graves consequências como a ascensão dos Estados Unidos, maior país capitalista da época, o surgimento do nazifascismo na Alemanha e na Itália (PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL, 2021, P. 01).

Já no governo de Vargas (1930), apesar de ser centralizador e ditatorial ele promulgou várias leis sociais e trabalhistas permanecendo até hoje, consolidando o capitalismo industrial no Brasil, onde conseqüentemente devido às indústrias (siderúrgicas) e fortalecimento do Estado-Nação a educação ganhou importância, haja vista que as indústrias exigiam instruções, conhecimentos e habilidades mínimas para o mercado o que não exigia no modelo agrário. Sendo assim Piana, (2009), debate que:

À criação do ministério da Educação e Saúde em 1930 foi a medida educacional mais importante, pois tinha como papel fundamental, orientar e coordenar, como órgão central, as reformas educacionais que seriam incluídas na Constituição de 1934, tendo como seu titular Francisco Campos (PIANA, 2009, p. 64).

O então Presidente Getúlio Vargas, motivado pela sua política de nacionalização dos meios de produção, criou o Ministério da Educação (1930), objetivando propor leis e uma reforma no ensino, contribuindo para a qualificação da educação, em contrapartida dessa qualificação surge a discriminação social, pois se dividiu a educação em dois tipos de escola, uma para formação escolar em níveis mais altos sendo (status sociais médios e altos), e outra para o mercado de trabalho (status populares). Portanto Piana, (2009), pontua que:

É importante considerar que as reformas educacionais no Brasil ocorreram mediante as crises nacionais e internacionais do sistema capitalista. Com isso a educação, em muitos momentos, foi relegada a segundo plano pelos dirigentes políticos. Dificilmente se pensou em democratizar o ensino, torná-lo acessível à classe menos favorecida economicamente e, sobretudo, priorizar a qualidade do mesmo, por questão ideológica, visto que a educação sempre esteve a serviço de um modelo econômico de natureza concentradora de renda e socialmente excludente (PIANA, 2009, p. 67).

Nesse contexto histórico abre-se espaço para muitos intelectuais e militantes, exemplo disso, O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932), que motivado pelo movimento Escola Nova pretendia programar um caráter social a educação, ele contribuiu significativamente destacando concepções ideológicas de um programa de reconstrução nacional pautado no princípio de uma escola pública, laica, obrigatória e gratuita.

Com a criação do Ministério da Educação e Saúde, o Estado consolidou uma das ações mais objetivas e pontuais para a educação brasileira, adaptando diretrizes educativas ao campo político e econômico, criando um ensino adequado à

modernização, com isso a educação alcança níveis nunca antes atingidos, nem pelos movimentos de educadores querem pelas iniciativas governamentais, as escolas técnicas multiplicou, o ensino primário dobrou e o secundário quase quadruplicou, em 1934 é fundada a universidade de São Paulo, e em 1935 a universidade do Distrito Federal (RJ), impulsionando-se também o magistério.

De acordo com Piana (2009), a Constituição de 1937, utilizou parte dessa legislação e incluiu o ensino profissionalizante obrigatório nas indústrias e sindicatos com o objetivo de preparar os filhos dos operários, o que se tornou realidade com a criação em 1942, do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), e em 1946 o (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac).

A autora pontua ainda que houve uma redemocratização nos pós **Segunda Guerra Mundial**² (1939-1945), havendo a promulgação da Constituição de 1946, e surgindo assim o Estado populista desenvolvimentista o que ocasionou manifestações populares reivindicando uma escola pública, universal e gratuita o que causou grande comoção no Congresso Nacional culminando na promulgação em 1946, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Assim sendo, para Piana, “a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional passou a ser compreendida como a medida mais importante assumida pelo Estado em relação à política educacional” (PIANA, 2009, p. 65).

Piana (2009) acrescenta ainda, que essa transição do autoritarismo para a democracia foi marcada por diversas forças sociais como as propostas educacionais no âmbito do Estado, as propostas educacionais no âmbito da sociedade civil, a Constituição de 1988, e a Eleição pra Presidência da República em 1989, já que o País vinha de uma grande crise econômica diante de uma inflação onde o povo perdia poder de aquisição, fato esse também enfrentado pela educação.

Uma vez que profissionais alunos e sindicatos se uniam para exigir reforma de Bases, surgindo assim em 1958, o Movimento de Educação de Base (MEB), ao lado

² A segunda guerra mundial aconteceu entre os anos de 1939 a 1945, o conflito resultou na morte de 60 a 70 milhões de pessoas, seu estopim se deu em decorrência da invasão da Polônia pelos alemães em 1939, assim como o expansionismo e o militarismo da Alemanha Nazista, a guerra iniciou-se na Europa e espalhou-se pela África, Ásia e Oceania envolvendo diversas nações em todo o mundo inclusive o Brasil, esse conflito trouxe acontecimentos terríveis como o massacre de Katyn, o Holocausto, o massacre de Babi Yar e o lançamento de Bombas Atômicas, a guerra chegou ao fim em dois de setembro de 1945, com a assinatura de um documento onde os japoneses diziam se render aos americanos, assim como a rendição nazista em maio de 1945 (SEGUNDA GUERRA MUNDIAL, 2021, P. 01).

dos Centros de Cultura Popular (CCP) e do Movimentos de Cultura Popular (MCP) ampliado pelo Governo de Jânio Quadros em prol da erradicação do analfabetismo (PIANA, 2009 apud. Pinto, 1986, p. 65).

Ainda segundo a autora esses movimentos serviram para impulsionarem a população a participarem das decisões políticas bem como de terem ciência dos problemas vivenciados no Brasil no fim da década de 1950, portanto em meio à **ditadura³ presente no País em (1964-1985)**, houve uma ampliação por parte do Estado em relação ao sistema de ensino incluindo o nível superior com a criação da pesquisa e pós-graduação, há um novo educador essencial para o Brasil chamado Paulo Freire ao qual introduz um método pedagógico de alfabetização visando à conscientização política por meio da leitura e escrita. Logo Piana, (2009) aponta que:

O pensamento de Freire exerceu profunda influência nos profissionais da educação, pois seu método fundamentava-se na prática pedagógica não diretiva, que consistia em passar o homem da condição de “objeto para a de sujeito” (PIANA, 2009, apud PINTO, 1986, p. 66).

A educação de 1980 buscava-se uma nova qualidade de ensino relacionado à proposta neoliberal onde o mercado exigia um trabalhador competitivo e individualista, ou seja, que atendesse as necessidades do mercado globalizado. Isso segundo a visão de Piana (2009) Conforme a Bolorino, (2007)

A educação está baseada na geração do capital humano para o novo desenvolvimento, por meio de um modelo educativo destinado a transmitir habilidades formais de alta flexibilidade, ou seja, trabalhadores mais adaptáveis, com capacidade de aprender novas habilidades, condições que podem ser adquiridas com a educação básica (BOLORINO, 2007, p. 91).

Bolorino (2007), acrescenta que a política de educação no Brasil na década de 1990, sofre juntamente com a política econômica devido a esse pensamento neoliberal, principalmente por se tratar de um país de economia dependente, uma vez

³ A ditadura militar foi um regime civil-militar brasileiro que ocorreu de 1964 a 1985, sendo essa comandada por cinco generais, as forças armadas realizaram um golpe de Estado em 31 de março de 1964, depondo o então presidente da época João Goulart, a ditadura militar foi marcada pela extrema violência com prisões arbitrárias, torturas, estupros e assassinatos, houve censura a artistas e meios de comunicação, em 1974 houve um processo de abertura lenta e gradual objetivando restaurar as liberdades políticas democráticas, em 1978, ocorreram intensas greves na região do ABC paulista enfraquecendo o regime, em 1979 foi decretado uma anistia aos presos políticos e aos exilados, houve também as Diretas Já que foram manifestações em massas populares exigindo eleições presidenciais, em 1984 foi possível eleger um representante legal para o país, o então presidente eleito Tancredo Neves, mas em consequência de sua morte antes da posse levou ao governo Sarney o primeiro presidente civil do Brasil após 21 anos de Ditadura Civil-Militar (PINTO, 2023, P.1-2).

que a educação passa a exercer papel central na reestruturação produtiva, para desenvolver a economia e injetar mais força de trabalho.

Ainda conforme Bolorino (2007), nesse período histórico os organismos Internacionais como; Banco Mundial, Centro de Estudos para a América Latina (*Cepal*), Organização das Nações Unidas (*ONU*), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência, e a Cultura (*UNESCO*), determinaram e direcionaram as políticas públicas principalmente o Fundo Monetário Internacional (*FMI*), e o Banco Mundial que se apoiavam nesse modelo neoliberal.

Visando a educação básica para transmitir habilidades e alta flexibilidade, ou seja, passam a definir as políticas econômicas dos países pobres bem como seus princípios jurídicos e padrões socioculturais, em suma, como citou a autora Piana (2007), trabalhadores adaptáveis ao novo mercado de trabalho.

A partir da década de 1990, a prioridade do Banco Mundial volta-se para a educação básica, conforme consenso da Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jomtien, Tailândia, em 1990, o que justifica o foco, a prioridade do governo brasileiro na educação básica (BOLORINO, 2007, p. 93).

Portanto Bolorino (2007) pontua ainda que durante esse processo a educação se desloca para o mercado enfrentando desafios e se tornando peça-chave para a sobrevivência do indivíduo, bem como de seus países na competitividade mundial, a autora destaca alguns eventos internacional sendo o Brasil consignatário onde a educação é condição fundamental ao progresso pessoal, social, econômico e cultural, assim como fonte de renovação tecnológica as transformações produtivas sendo elas:

- ✓ Conferência Mundial de Educação - *Jomtien*, Tailândia (1990).
- ✓ Cúpula de *Nova Déhi* – Índia (1993).
- ✓ Conferência Nacional de Educação Para Todos – Brasil (1994).
- ✓ VI Conferência Ibero – Americana da Educação – Chile (1996).

(BOLORINO, 2007, p. 93).

Todavia com o surgimento da Constituição de 1988, incluem-se novos dispositivos relacionados à política educacional. As bases que sustentam a educação brasileira são: a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, conforme citado no início deste capítulo. Neste contexto, Bolorino (2007), afirma que.

Esta importante mudança de paradigma jurídico, isto é, a educação reconhecida constitucionalmente como direito social aponta para a contribuição que o serviço social pode dar nesta política social, considerando

que a profissão tem, como um dos seus princípios estabelecidos no seu projeto ético-político profissional, a luta pelos direitos sociais e ampliação e consolidação da cidadania. Portanto, o assistente social pode unir forças com os profissionais da educação, facilitando o acesso e permanência dos alunos nas instituições educacionais (BOLORINO, 2007, P. 80-81).

Segundo a autora Bolorino (2007), para que a educação atendesse a qualificação no mercado globalizado e permitisse a inserção dos países mais pobres à educação ganha espaço prioritário no cenário internacional no final do século XX. Portanto em 20 de dezembro de 1996, é aprovado a nova LDB, Lei nº 9.394/1996, marco importante para a reforma educacional brasileira estabelecendo parâmetros, princípios e rumos da educação nacional.

Em seguida abordaremos alguns dos programas disponibilizados pela Política de Educação no Brasil, destacando suas funções junto à educação, o responsável pela condução das políticas públicas de educação é o Ministério da Educação (MEC), das secretarias estaduais e municipais de educação. O instrumento que garante essa educação é a LDB 9.394/96, responsável pelo sistema educacional no Brasil, a LDB juntamente com a União, os Estados e Municípios articulam ações na formação do ensino público e buscam reduzir as desigualdades e garantir qualidade do sistema educacional.

A LDB/1996 criou a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) responsável pela elaboração dos currículos da educação básica, onde deve se apresentar os conhecimentos que cada aluno tem direito de aprender através de competências e habilidades que o estudante deve desenvolver na escola. Também foi criada pela LDB1996, o Plano Nacional de Educação (PNE) com diretrizes e metas estabelecidas para a política educacional.

Perante os levantamentos de dados o PNE, permite identificar demandas urgentes e traçar planos de ação que garanta a qualidade no aprendizado, tanto na educação infantil quanto, no ensino superior.

Porém, também fazem parte das políticas educacionais vigentes no Brasil em consonância com o ente Federal, Estadual e Municipal, o ECA, Lei 8.069/1990, onde estabelece quais os direitos da criança e adolescente sem distinção de raça, de classe, de sexo ou de religião, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), órgão Federal responsável por executar parte das ações do MEC, de políticas educacionais do Ministério da Educação além de prestar assistência financeira, ou seja, repassar os recursos Federais aos Estados e Municípios.

Fazem parte da pasta do FNDE, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), o Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo), o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) entre outros.

Além desses conta-se também com o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), sendo uma das políticas públicas educacionais que mais se comenta na atualidade, pois é a que reúne fundos dos 26 Estados e do Distrito Federal, e redistribui esses recursos para o atendimento da educação básica em todo o País.

O FUNDEB, também é responsável pela execução da ação desenvolvida pelo PNE, que é o Programa Caminho da Escola responsável pela renovação de toda frota de veículos escolar da educação básica dos Estados e Municípios afim de que todos tenham acesso à escola em especial as famílias do interior.

O Programa Brasil Alfabetizado (PBA), com intuito de alfabetizar jovens com 15 anos ou mais, adultos e idosos, o Programa Universidade para Todos (PROUNI), sendo o programa que ajuda milhares de pessoas a ingressarem na Universidade, pois desde 2004, oferece bolsas de estudo integrais ou de 50% em cursos de graduação em instituições de ensino superior e privadas de todo Brasil, o Sistema de Cotas que tem como objetivo políticas afirmativas em reduzir as desigualdades socioeconômicas enfrentadas pela população brasileira, em especial a comunidade indígena e negra. Sendo esses alguns dos programas ofertados pelo Governo Federal em forma de política pública.

Entretanto para Bolorino (2007) apesar de todas as reformas sofridas pela educação:

Não há, portanto, um sistema nacional de educação. A política de educação é fragmentada, focalizada, com ênfase na educação básica, especificamente no ensino fundamental, em detrimento dos demais graus de ensino (BOLORINO, 2007, p. 94).

Ainda segundo a autora Bolorino (2007), uma das questões centrais da reforma que merece atenção seria a desvinculação do ensino médio regular da formação profissional, ou seja, no dizer da autora a separação da escola do mercado de trabalho o que para a autora beneficiaria a formação escolar acadêmica dos que querem

estudar, dos que querem se profissionalizar por meio de cursos técnico diminuindo assim a discriminação de classe social. Nesse sentido, Bolorino, (2007) diz que:

A organização e reorganização das políticas sociais sempre foram um campo de lutas, embates de projetos antagônicos; portanto, no processo de execução da reforma da política de educação brasileira inserem-se movimentos de resistência, deflagrados por diversos atores, ou seja, movimentos sociais, estudantis, populares, organizações da categoria e sindicatos que, considerando a correlação das forças, avançam ou retrocedem (BOLORINO, 2007, p. 96).

Mesmo a educação sendo efetivada a nível Nacional a pesquisa será realizada nas Unidades de Ensino Estaduais do Tocantins, portanto abordaremos o que diz o Regimento Estadual do Tocantins sobre os deveres e competências dos funcionários da educação além do que já foi pontuado na introdução.

No que se refere aos deveres dos profissionais e demais funcionários da educação, conforme os art. 8º e 11º doo Regimento Estadual do Tocantins (2012), Estado em que se realiza a pesquisa seria de competência da direção e administração o papel de:

(...) Coordenar; orientar avaliar as dimensões pedagógica, administrativa e financeira da unidade escolar, sendo essa função exercida por um profissional na área da educação e que atenda as normas para o exercício da função. A administração ou secretaria tem como dever os registros escolares; a documentação; a correspondência; os arquivos assim como planejar monitorar e avaliar as atividades da secretaria, ter conhecimento da legislação da escola e também substituir a direção da escola quando se fizer necessário e que tenha qualificação para o cargo (REGIMENTO ESTADUAL, 2012, p. 12-14).

Este mesmo Regimento em seus artigos 23 e 24 apresenta as atribuições dos profissionais de limpeza e do vigia da escola.

Art. 23: [...] executar a limpeza nas dependências da escola; cuidar e respeitar o patrimônio público; ter treinamento especifica assim como equipamento de proteção individual.

Art. 24: O vigia noturno fica no dever de fazer a vigilância do prédio e das instalações da escola; controle de saída e entrada de pessoas; cuidar do patrimônio público e relatar ocorrências e a segurança da unidade escolar (REGIMENTO ESTADUAL, 2012, p. 22-23).

Já o artigo 36 apresenta as atribuições dos professores enquanto que o artigo. 39 apresenta os deveres da família.

Art. 36: Participar da construção e execução do Projeto Pedagógico da escola; ministrar aulas no horário estabelecido; observar o desenvolvimento

individual do aluno dentre outras funções. O discente tem direito ao acesso à educação; ser considerado e valorizado individualmente sem qualquer discriminação; participar de todas as atividades escolares.

Art. 39A família tem obrigação de inserir seu filho na escola bem como a responsabilidade de participar de seu desenvolvimento através de reuniões e participação ativa na mesma, pois sendo a educação a base da sociedade uma só se completa com a outra na formação social, econômica e política do sujeito (REGIMENTO ESTADUAL, 2012, p. 28-30)

A função da Universidade é incluir toda a sociedade em ensino, pesquisa e extensão, garantir direito constitucional de educação a todas as classes sociais, sendo essas informações descritas conforme o Regimento Escolar da Rede Estadual de Ensino do Tocantins (2012).

Porém essa proposta de pesquisa propõe demonstrar a contribuição que o profissional assistente social pode exercer nesse ambiente educacional, no referente às expressões da questão social presente no ambiente escolar assim como as consequências da mesma frente à comunidade escolar e familiar onde se busca sua inclusão nos movimentos sociais e melhorias no desempenho educacional.

Portanto, em um país onde se assola a desigualdade social, necessitamos de efetivação nas políticas públicas de educação para o acesso e permanência da população a um ensino de qualidade e que garanta o ingresso no mercado de trabalho a fim de se ter uma vida digna, rompendo com esse pensamento neoliberal que transformou a educação em uma mercadoria o que gera disputas e limitações para ingressar no mercado de trabalho o que prejudica ainda mais os jovens de classe vulnerável economicamente.

No capítulo seguinte abordaremos à função social da escola pública, e como a questão social se faz presente nesse ambiente educacional.

2.2 Escola Pública e a Questão Social

A função social da escola é garantir aprendizagem e conhecimento, onde a própria sociedade exige uma determinada formação social, contudo devido á manipulação de conteúdos pela classe hegemônica na capacitação e desenvolvimento dos alunos contradiz a norma estabelecida pela própria LDB, onde esclarece que precisamos oferecer aos alunos formação geral de cidadania e preparação para o mundo do trabalho. Portanto, a escola é o espaço de apropriação de sistematização de saber, ou seja, contextualizado no momento histórico, planejado através do currículo nacional e consiste em três serviços essenciais como ensinar, humanizar e socializar. Segundo Piana, (2009).

A escola é o espaço privilegiado de produção e socialização do saber e deve se organizar por meio de ações educativas que busquem a formação de sujeitos éticos, participativos, críticos e criativos. Isso significa que compete a escola o papel de contribuir para disseminação do saber historicamente acumulado e também a produção de novos saberes. Nesse sentido a participação dos diversos atores é um aspecto relevante para a efetivação da democratização da escola e da gestão (PIANA, 2009, p.76).

Segundo os autores Ana, Fernando; Sergio em seu livro (Escola Pública: Práticas e Pesquisas em educação), a escola pública na atualidade é um projeto de visão liberal, idealizado a partir do iluminismo o qual queria transformar a educação moderna através das Revoluções Inglesa, Francesa e Norte Americana visando à construção de um humano civilizado, diante disso os autores dizem que a ideia era se organizarem sobre a forma de repúblicas democráticas em oposição ao sistema de regimes absolutistas monárquicos, ainda conforme os autores o lema marco da revolução Francesa (igualdade, liberdade e fraternidade), transformou a escola, pois está se apresenta na atualidade como contraste a desigualdade social devido ao agravamento da pobreza imposta pelo capitalismo (CORTI, STOCO, 2023, p.21, 22).

De acordo com os autores:

O modelo de escola pública, gratuita, única, comum e laica carrega a intenção da criação de uma nova sociedade em que todos partilham a formação do cidadão sem diferenças sociais, culturais, com acesso irrestrito e na esperança de materializar o desejo de liberdade (CORTI, STOCO, 2023 p. 22).

Entretanto os autores pontuam que todos os países organizados pela ONU, possuem um sistema público de ensino, mas conforme o avanço do capitalismo ainda

há interferência na formação, já que o que se predomina é a formação para o mundo do trabalho, ou seja, a mercantilização da educação.

Sendo assim, como já explicamos anteriormente à educação brasileira teve início no período colonial, através dos padres jesuítas, o que conseqüentemente culminou com os modelos de educação vigentes até hoje, os autores fazem um apanhado geral no capítulo I do referido livro, sobre as fases de desenvolvimento da educação no Brasil, sendo que no final dos séculos XIX, e boa parte do XX, há uma discordância entre a igreja católica e a ciência referente à formação educacional causando impactos no modo de produção e na sociedade, surgindo assim uma disputa entre o público e privado.

Os autores mencionam que nesse período houve reivindicações de que a educação tinha de ser vista como problema nacional, fazendo com que a cada década necessite de transformações no sistema de ensino, objetivando um país escolarizado.

Nesse sentido, os autores enfatizam que o ideário positivista e a escola democrática que foi um dos projetos da educação levou a escola pública a desenvolver um modelo industrial como já foi dito anteriormente, o que conseqüentemente acabou com o modelo iluminista idealizado pela igreja católica, uma vez que já não era visto como inibidor das desigualdades sociais, mais como reprodutor dessas desigualdades, já nas décadas de 1960 a 1990, os autores enfatizam que o Estado não investiu na educação e com um agravante que é a divisão da educação em duas partes a que atende os ricos e a educação para os pobres. Segundo Corti, Stoco, (2023).

As desigualdades (econômica, cultura letrada, etnia, cor, gênero, etc.), as mesmas encontradas em todos os cantos do país, foram combatidas no projeto de escola pública dos liberais quando estes ainda acreditavam na igualdade de oportunidades, mas também nas lutas de diversos educadores que se organizaram nas primeiras Conferências da Educação Brasileira; na campanha e no Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, liderado pelo saudoso professor Florestan Fernandes; nos Seminários de Educação Brasileira e, depois nas Conferências da Educação Brasileira e no movimento estudantil, representado pela UNE e organizações estaduais, municipais, diretórios e centros acadêmicos e grêmios estudantis (CORTI, STOCO, 2023, p. 25).

O conceito de questão social presente na escola pública muitas das vezes está relacionada à falta de comprometimento da família com a educação dos filhos, conflitos entre pais separados, dificuldades socioeconômicas, desemprego e problemas de saúde.

Conforme Piana (2009), a questão social se origina do modo de produção capitalista, em decorrência da industrialização e do surgimento da burguesia industrial e do proletariado (...), que com a emergência do capitalismo monopolista do século XX, a questão social torna-se objeto utilizado pelo Estado por meio de políticas sociais no controle da classe trabalhadora (...), ela enfatiza que a questão social se tornou problema grave, pois atinge todos os setores e classes sociais.

Assim, as expressões da questão social, tais como: as desigualdades e as injustiças sociais são consequentes das relações de produção e reprodução social por meio de uma concentração de poder e de riqueza de algumas classes e setores dominantes, que geram a pobreza das classes subalternas. E tornam-se questão social quando reconhecidas e enfrentadas por setores da sociedade com o objetivo de transformação em demanda política e em responsabilidade pública (PIANA, 2009, p. 52).

Ainda segundo Piana (2009), devido à intervenção dos poderes públicos são criados órgãos públicos de controle para ocuparem-se dessas questões sendo ele o Ministério do Trabalho e a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), objetivando o que segundo a autora seria desmobilizar e despolitizar a classe operária do que eliminar os conflitos, ela enfatiza que no País há um desmonte do sistema de proteção e garantias de emprego.

Educação insuficiente com baixo investimento resulta numa escola com baixo nível de aproveitamento dos alunos. De acordo com Bolorino (2007), atualmente o sistema de ensino público enfrenta grandes desafios a ser vencido, o baixo rendimento escolar, a vulnerabilidade as drogas, o desinteresse pelo aprendizado, a evasão escolar, e o comportamento agressivo (...), é frente a essas demandas que o profissional assistente social inserido na educação realizará intervenções comprometidas e que dignifiquem e respeite os educandos em suas diferenças e potencialidades, sem discriminação de qualquer natureza.

Na intercessão entre a educação, considerando os princípios e diretrizes que fundamentam as legislações atuais, as expressões da Questão Social, marcadas pela gritante desigualdade social presente na sociedade brasileira, que atravessam as instituições educacionais, vislumbra-se um espaço sócio-ocupacional para o serviço social. Este profissional, que compõe a equipe de educadores, poderá contribuir significativamente para dirimir obstáculos que dificultam a educação inclusiva, no sentido amplo que este termo pode encerrar, ou seja, a inclusão social (BOLORINO, 2007, p. 78-79).

As expressões da questão social são decorrentes do capitalismo, onde há uma concentração de riqueza nas mãos de poucos e super-exploração de outros. Segundo Bezerra (2017), as escolas são espaços que se manifestam as expressões da questão

social, e sendo assim necessita um enfrentamento, pois é onde se insere estudantes diversos, que apresentam questões relacionadas a desigualdades de gênero, raça e sexualidade, a condições socioeconômicas e a vivência em contextos de vulnerabilidade e risco pessoal. Convive também em instituições públicas com alto índice de evasão escolar, repetência e analfabetismo, para a autora esses são fatores que condizem com a desigualdade social no contexto brasileiro, a pauperização em uma condição difícil e atrelada ao capitalista.

A escola é uma instituição que está atrelada a uma sociedade capitalista e desigual, constituída pelas diversas expressões da questão social que afligem boa parte das famílias, expostas a um cenário de vulnerabilidade social e econômica. Com isso, por ser um espaço de interação social, é inevitável que essas problemáticas sociais não cheguem ao âmbito escolar, repercutindo no baixo rendimento, desinteresse pelo aprendizado e evasão escolar (BEZERRA, 2017, p.45, apud CFESS, 2001, p. 11).

Em decorrência a esses fatores há um cenário desfavorável aos jovens que vem de famílias de baixa renda, e de escola pública, pois esses quando estão aptos ao mercado de trabalho se deparam com uma ampla concorrência que os desfavorecem devido às desigualdades impostas pelo capital econômico, social e cultural, onde o sentimento de inferioridade e desigualdade perpetua e são vítimas de preconceitos, de classe social, de gênero e cor e muitos ainda são culpabilizados pela sua exclusão social ao não se adaptarem ao sistema.

A questão social está vinculada as desigualdades e como elas se reproduzem na sociedade. Amarro (1997), discute que as principais demandas que exigem intervenção e acompanhamento do assistente social na escola são de cunho social resultantes da questão social, a qual o profissional está apto a lidar e que o Serviço Social tem como objetivo na escola identificar problemas que afetam o cotidiano escolar e intervir fazendo acompanhamentos, prestação de orientações e informações.

A escola é um espaço de relações sociais, em que culturas e valores se encontram e a questão social se apresenta faz-se então, necessária a inserção de um profissional que esteja sintonizado com a realidade social e as vivências práticas dos alunos. Para assim contribuir na formação de adultos conscientes, críticos, éticos que possam trabalhar em benefício do coletivo visando a transformação da sociedade (AMARRO, 1997, p. 28).

O assistente social inserido na política educacional tem como trabalho a prevenção e minimização das expressões da questão social. Segundo Martins (2012), o debate sobre a educação é de grande relevância para sociedade, pois a

multiplicidade de aspectos, sendo qualidade de ensino, qualificação profissional e métodos de aprendizagem, além de apresentarem expressões da questão social, violência, uso e abuso de drogas, trabalho infantil, relações intrafamiliares conflituosas, violência doméstica temas permanentes na educação.

Ainda segundo Martins (2012), o profissional do Serviço Social tem que conhecer a realidade em que está inserido, portanto para ela os reflexos da questão social presentes na escola são problematizados a partir da integração, o saber educativo (pedagógico) e o saber social (relações sociais).

Sabe-se que na realidade contemporânea as escolas estão sendo perpassadas por inúmeros fatores sociais, culturais, políticos e econômicos, os quais têm influenciado diretamente a rotina escolar e o processo de ensino-aprendizagem do aluno. Nesse contexto também se encontram alunos com inúmeras demandas, oriundas das realidades sociais vivenciadas pelas famílias, as quais ultrapassam as questões pedagógicas do aprender e do ensinar, tendo-se a necessidade do apoio de outros profissionais (MARTINS, 2012, p. 26).

Com os estudos realizados em Martins (2012), apreendemos que a questão social como objeto de trabalho do profissional do serviço social decorrente das desigualdades sociais, culturais, raciais, exclusão social, manifesta-se na escola devido às desigualdades econômicas advindas do capitalismo, e a inserção do assistente social será para garantia do direito social, bem como a educação de qualidade e abrangente a todas as classes sociais em especial a classe vulnerável economicamente.

3 SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO: UMA DISCUSSÃO NECESSÁRIA

Conforme Almeida (2007), a inserção do assistente social na educação não é fenômeno recente, pois desde os anos iniciais o Serviço Social era voltado para um controle social da classe proletária, exigência da expansão capitalista, mas, o autor pontua que a inserção do Serviço Social na política de educação tem se desenvolvido de forma lenta.

Ainda segundo Almeida (2007), o objetivo de inclusão desse profissional na área educacional visa garantir o acesso à uma educação escolarizada, uma vez que o estado tem se isentado da responsabilidade delegada a ele pela Constituição de 1988, onde é de sua competência fornecer a educação básica, o que não está ocorrendo, pois, o estado vem utilizando estratégias de ampliação com setores empresariais, o que na visão do autor só aumenta a desigualdade entre as classes sociais, onde não acontece uma educação pública universalizada, portanto, é frente a esse contexto que o autor afirma ser requisitada a presença do assistente social na política de educação, sendo esse um dos setores que mais operam as políticas sociais.

3.1 Serviço Social e Educação

A inserção, participação do Serviço Social na escola contribui com ações que torne a educação uma prática de inclusão social.

As atribuições e competências dos (as) assistentes sociais realizadas em qualquer campo sócio-ocupacional são orientadas e norteadas pelos princípios, direitos e deveres inscritos no Código de Ética Profissional, de 1993, e na Lei de Regulamentação da profissão, nº 8.662/93 (CFESS, 2012, p. 26)

A educação básica enfrenta graves problemas como a falta de investimento, acesso as dependências da escola, falta da presença da família na vida escolar do aluno e falta de formação qualificada do profissional em educação.

Contudo, Bezerra (2017, apud SOUZA, 2008, p.40), diz que a “presença do assistente social na escola junto aos profissionais da área educacional atua frente às demandas problemáticas que envolvem os alunos.” Bezerra (2012), afiança ainda, que são essas decorrentes da evasão, da infrequência e do baixo rendimento escolar,

logo proporcionando ao profissional assistente social realizar uma intervenção qualificada que colabore para garantir os direitos sociais da comunidade escolar, pois em vista do projeto ético político profissional do assistente social, sua atuação na educação será garantir o exercício do direito à educação efetivamente acessível a todos, prezando por uma educação gratuita, laica, de qualidade para toda população.

Em relação às possibilidades de contribuição do Serviço Social na educação, o CFESS (2011) ressalta algumas atividades técnico-profissionais relacionadas às funções do assistente social na educação, especialmente na escola, como: as abordagens individuais e com as famílias dos alunos, bem como aos trabalhadores da Política de Educação; intervenção coletiva com os movimentos sociais; papel investigativo em relação a um contexto social, econômico, político e cultural do indivíduo; e a participação na construção de um espaço mais democrático e de programas e projetos, junto a uma equipe multidisciplinar, com estratégias para a participação dos alunos familiares e os profissionais da educação (BEZERRA, 2012, p. 40).

Segundo Piana (2009, p. 16), “a presença do Serviço Social na Política Educacional” surgiu historicamente no mundo, em 1906, nos Estados Unidos e no Brasil, com os primeiros trabalhos que os profissionais realizavam nas décadas de 1940 e 1950, embora voltados para os trabalhos realizados com os “menores carentes” assim denominados pelo contexto social vigente. De acordo com Piana, (2009).

Busca-se hoje um redimensionamento da atuação do Serviço Social na educação, visando, a partir das diversas experiências de atuação profissional, extrapolar o ambiente escolar, ampliando a concepção que se tem de educação hoje, do processo pedagógico em geral, do ensino-aprendizagem, da figura da escola e da articulação da educação com as demais políticas sociais. O assistente social deve propor uma ação coletiva interdisciplinar com outros profissionais do ensino, com os familiares dos alunos e com a comunidade em geral (PIANA, 2009, p. 17).

Ainda segundo Piana (2009), a profissão de Serviço Social pode contribuir na efetivação do direito social, na atuação direta nas unidades de ensino, a autora pontua que devido aos profissionais da educação desconhecerem o trabalho do assistente social isso pode ser empecilho para o desempenho do profissional nesse novo campo de trabalho, bem como, a falta de conhecimento dos próprios profissionais do serviço social.

Entretanto, para a autora, o assistente social é o profissional que trabalha na realidade social e possui um perfil diferenciado, crítico, reflexivo, criativo, propositivo,

inovador e estratégicas sendo essas algumas reflexões indispensáveis ao campo educacional (PIANA, 2009, p. 18).

Assim sendo a inserção e participação do Serviço Social na escola contribui com ações que torne a educação uma prática de inclusão social, logo, a escola como normatizadora de conhecimento precisa respeitar a realidade social, cultural e econômica dos seus alunos.

3.2 As Atribuições e Competências do Assistente Social na Política Educacional

O artigo 3º do Código de Ética do Serviço Social determina que é dever do/a assistente social desempenhar suas atividades profissionais, com eficiência e responsabilidade, observando a legislação em vigor além de participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidades.

Entretanto a relação do profissional com sua instituição empregadora é programar, administrar, executar e repassar os serviços sociais assegurados institucionalmente; bem como empenharem-se na viabilização dos direitos sociais dos/as usuários/as, através dos programas e políticas sociais. (CÓDIGO DE ÉTICA, 1993, p. 27 - 31). Portanto, não importa qual espaço sócio-ocupacional o profissional vai atuar é preciso sempre estar de acordo com seu código de ética profissional.

Já em seu artigo 4º suas atribuições competem em encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população; orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos; em seu artigo 5º vão assumir, no magistério de Serviço Social tanto no nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular; assim como realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria do Serviço Social (CÓDIGO DE ÉTICA, 1993, p. 44, 45, 46).

Assim sendo Bolorino, (2007), contribui afirmando que

O assistente social poderá enveredar-se sobre a realidade das instituições educacionais como totalidade, realçando suas contradições, reconhecendo que ela é constituída de mediações, processos e estruturas inseridas na realidade social e que precisam ser interpretadas (...), considerando que a prática profissional está relacionada às condições objetivas de trabalho e às

relações sociais inscritas naquele determinado espaço sócio ocupacional, articulando um conjunto de mediações que interferem no processamento das ações, a análise da política de educação e o rebatimento desta nas instituições educacionais (BOLORINO, 2007, p.. 192).

A política educacional é uma das políticas públicas que tem como objetivo a efetivação da legislação educacional, além de garantir o acesso, a permanência e a qualidade de ensino na escola pública. A função social da escola é a educação como direito social. Conforme Almeida (2001), tivemos um retrocesso das políticas sociais, pois há uma concentração de riqueza nas mãos de poucos e um crescente processo de exclusão social proporcional a essa riqueza, onde muitos não possuem o necessário para manter sua sobrevivência penalizando ainda mais a classe trabalhadora.

O autor contextualiza que há uma resistência em efetivar os direitos instituídos, com um agravante que é a perda de direitos já conquistados. Houve uma redução nos orçamentos públicos mediante as privatizações, em consequência disso, reduziram-se os recursos destinados a assistência social, a educação, o trabalho, a habitação para ele, a educação mesmo sendo garantida desde a Constituição Federal de 1988, bem como no ECA Lei nº 8. 069/1990, e na LBD, Lei nº 9. 394/96, tendo como finalidade a formação do cidadão para a vida em sociedade não consegue atender as demandas nem cumprir o que prevê as referidas leis.

A relativa ausência do Estado na área da educação nos últimos anos, através da redução das verbas públicas, baixos salários aos profissionais da educação e a concessão da exploração privada nesta área, tem gerado um impacto real na baixa qualidade de ensino a população usuária. (BARROS, 2007, p. 4).

Segundo Azevedo (2001), ao longo da história, a educação vai redefinindo seu perfil de inovação ou manutenção das relações sociais, adaptando-se aos modos de formação técnica e comportamental, de acordo com a produção/reprodução das formas particulares de organização do trabalho e da vida em sociedade.

Falar em política educacional implica em considerar que ela se articula ao projeto de sociedade que pretende implantar, ou que está em curso em cada momento histórico e conjuntura política, uma vez que o processo educativo forma aptidões e comportamentos que são necessários ao modelo social e econômico em vigor.

As políticas educacionais são ações conduzidas pelo Estado no intuito de efetivar os direitos a educação para sociedade, sendo elas decididas pelo poder público baseadas em programas, projetos e fundos. Azevedo explana que:

Mesmo havendo um aumento significativo nas reformas educativas e nas matrículas nas últimas décadas, há uma precariedade na qualidade de ensino. O que comina na impropriedade das políticas públicas, e mesmo o sistema de avaliação Saeb, demonstra uma desigualdade, pois os alunos não conseguem dominar 50% das competências (AZEVEDO, 2002, p. 50).

Um ponto relevante que segundo Azevedo (2002), demonstrou ser benéfico foi à municipalização educacional e conseqüentemente o aumento das matrículas na educação infantil, além da tentativa de cumprir com as normas legais prescritas na Constituição Federal e na LDB. Porém, mesmo com todas as mudanças sofridas na educação básica ela pontua que em nível Nacional são as redes estaduais quem predominam na oferta de educação de jovens e adultos.

O crescente processo de municipalização do ensino, por seu turno, é passível de entendimento quando o tomamos como uma das dimensões da nova lógica que vem presidindo as políticas educativas, concebidas pelo Poder Executivo central, voltadas para o enfrentamento das distorções dos processos de escolarização. Neste sentido, a municipalização representa uma das externalidades da adoção do princípio da descentralização segundo a perspectiva teórica que vem informando as políticas públicas no Brasil e, por conseguinte, a ação do Estado (AZEVEDO, 2002, p.54).

Já para outros autores essa municipalização não é benéfica, pois muitos municípios não possuem condição de se manterem sozinhos. As políticas públicas educacionais estão ligadas ao desenvolvimento social, objetivando a erradicação do analfabetismo e a universalização do ensino laico, gratuito e de qualidade.

Para Bastos (2017), apesar das políticas públicas serem institucionalizadas, nas escolas públicas precisa-se de uma melhoria, já que a finalidade é o bem da sociedade e que necessita de uma reflexão sobre o andamento desse sistema educacional, que essas políticas públicas atuem pra acabar com as desigualdades sociais, e possibilite o desenvolvimento social para efetivação da cidadania.

Por se considerar a educação um campo de cunho social, responsável pela transformação positiva da sociedade, necessita ser vista e considerada como um direito fundamental do indivíduo e dever do Estado, que tem a responsabilidade de implementar políticas públicas capazes de garanti-la com qualidade. O único e exclusivo caminho que possibilitará as melhores condições socioeconômicas de uma nação é a educação que, uma vez valorizada, propiciará oportunidades de igualdade para todas as classes sociais (BASTOS, 2017, p.7-8).

Segundo Piana (2009), nos últimos anos a educação passou a ter lugar de destaque na esfera pública, e que as reformas sofridas pela mesma defendem uma educação de qualidade e acessível a todo cidadão, mais que essas reformas são meras ilusões, pois, a maioria das crianças e adolescentes matriculados nas instituições permanecem excluídos de uma educação participativa, democrática e efetiva. a autora continua dizendo que se precisa fazer uma reflexão sobre essa educação ainda em construção marcada pela exclusão social, econômica e cultural que há uma classe menos favorecida, que a educação carece de investimento. Piana, (2009) acrescenta:

No que diz respeito às políticas educacionais, mesmo que se tenha respondido com algumas reformas legais aos direitos da população infanto-juvenil, depois da reforma Constitucional de 1988, por meio do Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei Federal 8.069/905 e a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional – Lei Federal 9394/96, depara-se com uma enfraquecida política educacional e os programas existentes não superam a demanda e tão pouco garantem o direito à educação prevista nas leis brasileiras (PIANA, 2009, p. 73).

O Serviço Social é uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, realiza sua ação profissional no âmbito das políticas socioassistenciais, tanto na esfera pública quanto na privada.

De acordo com Almeida (2001), o Serviço Social se insere na área educacional porque a educação se mostra insuficiente e com má qualidade, a escola atravessa uma realidade social, cultural, econômica e política que são de difícil percepção além de alheias às políticas educacionais, que a evasão escolar, o baixo rendimento, o desinteresse pelo aprendizado é um dos grandes problemas enfrentado pelo ensino público brasileiro, já que é dever do Estado prover a educação, ele pontua que o sistema tem que ter infraestrutura adequada a efetivação desse direito.

A contribuição do Serviço Social consiste em identificar os fatores sociais, culturais e econômicos que determinam os processos que mais afligem o campo educacional no atual contexto, tais como: evasão escolar, o baixo rendimento escolar, atitudes e comportamentos agressivos, de risco e etc. que para a autora são questões complexas e que necessita de intervenção conjunta de diferentes profissionais (Educadores, Assistente Sociais, Psicólogos) outra contribuição é proporcionar o devido encaminhamento aos serviços sociais e assistenciais necessários a alunos da rede pública que apresentam dificuldades financeiras. (ALMEIDA, 2001, p. 12).

A contribuição do Serviço Social consiste em identificar os fatores sociais, culturais e econômicos que se apresentam no ambiente educacional. Piana (2009), explica que as novas demandas do mundo moderno e globalizado necessitam de uma educação com maior visibilidade e responsabilidade por parte do poder público, pois, a descentralização educacional e de gestão pública tem dado ênfase a participação da comunidade escolar e do familiar, dos alunos, dos funcionários da escola e dos educadores em geral para elaboração da proposta pedagógica da escola, mas ainda assim não conta com maioria da participação cidadã.

O assistente social é um profissional que tem como objeto de trabalho a questão social com suas diversas expressões, formulando implementando propostas para seu enfrentamento, por meio das políticas sociais, públicas, empresariais de organizações da sociedade civil e movimentos sociais (...), esse profissional busca a inclusão social e a participação das classes subalternas, por meio de formas alternativas e estratégicas de ação. Pois procura conhecer a realidade em que atua e possuir compromisso ético com a classe trabalhadora e com a qualidade dos serviços prestados (PIANA, 2009, p. 86-87).

São competências do assistente social reconhecidos pela Lei de regulamentação da profissão, programar, planejar e avaliar as políticas sociais. De acordo com Bolorino (2007), a presença do assistente social nas instituições mediante sua relação com os usuários poderá romper com as práticas tradicionais de controle, tutela e subalternização, além de alargar os canais de participação, ampla socialização de informações sobre direitos e serviços, que o assistente social inserido nesse contexto facilitará o acesso da população às políticas sociais, bem como melhorar a convivência da população atendida nas escolas públicas. Ainda segundo a autora:

Neste sentido, o significado político da inserção do Serviço Social na política de educação vincula-se à trajetória histórica desta profissão e seu acúmulo teórico e político em relação ao campo das políticas sociais, podendo contribuir para a necessária articulação de forças na luta pela educação pública, de qualidade e como direito social (BOLORINO, 2007, p. 28).

O Serviço Social adentra a escola para atender as carências apresentadas pelo grande número de alunos da rede pública de educação, dentre eles estão evidentes os conflitos de natureza familiar, a indisciplinar, a repetência, a evasão escolar, a marginalização, o envolvimento com drogas entre outros que necessitam de um acompanhamento especializado em detectar e resolver o problema, assim como o devido encaminhamento. Portanto deve haver um profissional facilitador que possua

habilidades e competências para fornecer o devido encaminhamento, em especial às famílias carentes alheias aos serviços sociais e assistenciais.

Ainda de acordo com a autora:

A contribuição do Serviço Social, portanto, poderá ser uma alternativa construtiva, visando unir esforços com os educadores e usuários da escola pública para lutar por reformas significativas na rota histórica de transformação da escola, para que seja capaz de efetivar uma educação mais democrática, unitária, como tem sido divulgado pelos movimentos e organizações de educadores (BOLORINO, 2007, p. 192).

Entretanto Amarro (1997), discute que o assistente social juntamente com educadores compartilha desafios semelhantes, e o ambiente escolar é um campo de encontro ao seu enfrentamento e necessita-se fazer algo em relação aos problemas sociais que implicam negativamente no desempenho do aluno.

Amarro (1997), explica ainda que o profissional assistente social não vai desempenhar a função do profissional tradicional em educação, seu trabalho se dá no âmbito das políticas sociais e no enfrentamento a questão social desenvolvida na escola e que muitas das vezes passa despercebido pelo professor. Portanto Amarro, (1997) explica que:

O ambiente escolar é um espaço social rico e fecundo. Nele, “as contradições sociais, os jogos de força e a luta pelos direitos de cidadania estão vivos e pulsantes, espalhando a realidade tal como ela é.” com essas palavras a autora vem reafirmar a concepção de que a escola é um espaço repleto de reflexos da questão social. (AMARRO, 1997, p. 13).

Conforme Rossa (2011), a inserção do assistente social na política educacional se deve as contradições na relação público/privada para garantir uma educação cidadã, pública e com qualidade. Ela enfatiza que o profissional está sendo requisitado para atuar na política educacional não por ser um novo espaço sócio-ocupacional para o Serviço Social, mais sim pela dinâmica social imposta pelo capitalismo [...], além de ter a possibilidade de garantir o acesso a crianças e famílias em situação de vulnerabilidade social.

Rossa (2011, p.16) lembra que, “as políticas sociais nos moldes do capitalismo estão fragmentadas, ou seja, não dialogam com as outras (saúde, educação, assistência social) e quando tem dialogo é mínimo”, o que dificulta fazer uma intervenção de totalidade visando ampliar os direitos sociais, que é necessário o profissional assistente social conhecer a escola e sua dinâmica institucional, bem

como os alunos e seus familiares para prestação de atendimento possível de intervenção e transformação da realidade social. Sendo assim Rossa (2011) enfatiza que:

A atuação na referida área requer além do enfrentamento das problemáticas postas, é preciso que este também se antecipe aos encaminhamentos e, neste sentido realize um trabalho de prevenção para que determinadas situações não se apresentem. Certamente as ações profissionais não trarão resultado imediato no sentido de transformar a realidade, mas por meio da cooperação e articulação entre os profissionais e políticas sociais será possível. (ROSSA, 2011, p. 17).

O assistente social inserido na política educacional tem como trabalho a prevenção e minimização das expressões da questão social. Segundo Martins (2012, p.16), “sendo o Serviço Social uma profissão interventiva e propositiva propicia a revolução de consciências, portanto vai além de avaliações socioeconômicas ou desenvolvimento de projetos sociais”. Entretanto, Martins diz que mesmo o Serviço Social sendo inserido nesse espaço por obrigações legais, tem muito a contribuir e não só nas situações cotidianas provenientes da questão social, mas por mobilização social da comunidade escolar, bem como no processo de democratização da educação e fortalecimento da gestão escolar. Martins (2012), expõe que:

Sendo assim conclui-se que a inserção do assistente social na educação pública constitui-se em uma das formas de garantir o exercício da cidadania ao aluno, refletido em sua família, por meio da disponibilidade de atendimento e acompanhamento individualizado, (...), porém, encontramos várias limitações para a inserção desse profissional na escola pública, como mais custos para os cofres públicos, na diferenciação salarial desse profissional em relação aos professores, e o próprio entendimento dos profissionais tradicionais da educação sobre as contribuições do Serviço Social para a realidade educacional e êxito na gestão escolar (MARTINS, 2012, p. 20).

Observamos que há muitos desafios a serem superados pelo assistente social inserido no ambiente educacional, pois a falta de políticas educacionais efetivas é um dos problemas enfrentados pela educação, as alterações advindas de cada momento histórico, político e social, as alterações na LDB, entre outras.

Por outro lado, há a dificuldade de diretores e professores em reconhecer ou prevenir as necessidades que podem interferir no ensino aprendizagem do aluno, em relação a conflitos familiares, a dificuldade de subsistência, o isolamento e a exclusão que são problemas identificados no contexto político brasileiro.

Ainda no que compete ao fazer profissional do assistente social suas atribuições e competências Raichellis (2020) em seu artigo (Atribuições e Competências Profissionais Revisitadas: A Nova Morfologia do Trabalho no Serviço Social CFESS, 2020), relata que é uma tarefa desafiadora na atualidade, pois para ela é tema complexo onde se exige apreensão e reconfiguração dos espaços ocupados pelo assistente social.

Para a autora o termo morfologia do trabalho compreende-se pelo operariado industrial e rural, assalariados de serviços, ou seja, homens e mulheres terceirizados subcontratados ou temporários, que segundo Raichellis, advém da crise do capital e o retrocesso contra o direito da classe trabalhadora.

Raichellis (2020), menciona que “competências e atribuições remetem a forma de ser das profissões na divisão social e técnica do trabalho na sociedade capitalista, ou seja, as profissões regulamentadas caso do Serviço Social” (CFESS, 2020, p.12).

De acordo com Raichellis (2020), mesmo que o Serviço Social tenha construído uma concepção de profissão norteada pelo projeto ético político profissional, pelo código de ética do/a assistente social (1993), pela Lei de Regulamentação da profissão (Lei 8.662/1993), e pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), que possibilitou a ruptura com o conservadorismo e fundamentada por um projeto hegemônico nas dimensões teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo, não são suficientes em garantias de legitimidade social quando confrontados com o empregador, e na relação com os usuários do Serviço Social.

Contudo, a autora pontua que se as atribuições privativas são exclusivas do serviço social e as competências podem ser compartilhadas com outras profissões, possibilita a inclusão do profissional assistente social em outros campos de atuações como é o caso da inclusão do profissional na educação.

Raichellis enfatiza que, ao invés da disputa pelo trabalho privativo os profissionais passam a atuar no trabalho coletivo junto com uma equipe multidisciplinar na resposta às demandas e requisições das instituições empregadoras frente à questão social, a mediação das políticas sociais exercendo a operacionalização, o planejamento e a gestão. Segundo Raichellis, (2020).

Abre-se um leque de oportunidade de inserção em várias outras dimensões de trabalho, desde que nos qualifiquemos para isso, ao contrário do que muitas vezes se interpreta no debate profissional como redução de oportunidades de atuação para assistentes sociais. Atividades que se desenvolvem no terreno invariavelmente contraditório e polarizado pelos

projetos das classes sociais, cuja direção em disputa permanente medeia o trabalho profissional nos diferentes espaços ocupacionais em que assistentes sociais se inserem como trabalhadoras/es assalariadas/os (RAICHELLIS, 2020, p.12).

Raichellis (2020), afiança que “embora o Serviço Social tenha sido regulamentado como profissão liberal no Brasil, a/o assistente social exerce seu trabalho majoritariamente como assalariada/o de instituições públicas ou privadas que operacionalizam políticas e programas sociais.”

Nas palavras da autora a profissional conta com uma relativa autonomia na condução do seu trabalho permitindo aos profissionais romperem com visões deterministas ou voluntaristas nos espaços institucionais, podendo formular estratégias individuais e coletivas.

Portanto, na área educacional não é diferente o profissional também tem uma autonomia relativa, uma vez que ele trabalha com uma equipe multidisciplinar onde as decisões são discutidas em conjunto com a equipe, salvo se for uma demanda específica do serviço social e requerer um relatório, encaminhamento ou parecer social que são instrumentais utilizados pelo assistente social.

Contudo, ainda em relação às atribuições e competências do assistente social embasado pela Lei de Regulamentação da Profissão segundo (Subsídios para a atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação), o profissional requisita algumas competências gerais e fundamentais em relação ao contexto sócio-histórico que requer sua intervenção sendo elas:

- Apreensão crítica dos processos sociais de produção e reprodução das relações sociais numa perspectiva de totalidade;
- Análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no País e as particularidades regionais;
- Compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, no cenário internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
- Identificação das demandas presentes na sociedade, visando formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre o público e o privado (ABEPSS, 1996) (CFESS, 2011-2014, p. 26).

Ainda de acordo com o CFESS (2011-2014), o assistente social deve sempre ter em mente a questão social como objeto de sua intervenção profissional e compreender como suas expressões se manifestam no cotidiano, e para que haja um enfrentamento adequado deve-se lutar para que se construa, materialize e consolide os direitos sociais.

Em relação à Lei 13.935 que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de Serviço Social nas redes públicas de educação básica que entrou em vigor em 11 de dezembro de 2019, nos termos do parágrafo 5º do art. 66 da Constituição Federal a seguinte Lei: determina que:

Art. 1º As redes públicas de educação básica contarão com serviços de psicologia e Serviço Social para atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação, por meio de equipes multiprofissionais.

§ 1º As equipes multiprofissionais deverão desenvolver ações para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, com a participação da comunidade escolar, atuando na mediação das relações sociais e institucionais.

§ 2º O trabalho da equipe multiprofissional deverá considerar o projeto político-pedagógico das redes públicas de educação básica e dos seus estabelecimentos de ensino.

Art. 2º Os sistemas de ensino disporão de 1 (um) ano, a partir da data de publicação desta Lei, para tomar as providências necessárias ao cumprimento de suas disposições.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação (BRASIL, 2019).

Portanto ainda no referente à Lei 13,935/2019, e segundo o artigo terceiro livro (CFESS, Diálogos do Cotidiano: Assistente Social reflexão sobre o trabalho profissional, capítulo Três Serviço Social na Educação Básica: um percurso de lutas, diálogos, contradições e conquistas) pontua que mesmo após 20 anos de luta tivemos um retrocesso quando em 28 de dezembro de 2021, sob número (14.276/2021) alterou a Lei que regulamenta o FUNDEB (Lei, 14. 113/2020), retirando os profissionais de Psicologia e Serviço Social da folha de pagamento do referido órgão.

Por não os considerarem trabalhadores/as educacionais, e sim profissionais de áreas afins, sendo que o trabalho desenvolvido pelo serviço social junto aos profissionais da educação vem desde o início da profissão, principalmente entre os anos de 1930 e 1960/70, fato esse provado por Dentz; Silva (2015) onde diz que:

A marca de atuação do Serviço social no campo educacional, que tinham por finalidade: ajustar condutas e desvio comportamentais; contribuir para o desenvolvimento harmonioso das crianças nos espaços escolares; intervir nas situações de desvios e distorções sociais; resolver questões relacionadas à evasão, repetência, falta de motivação, dificuldades nos relacionamentos e

demais incômodos no campo escolar (CFESS, 2023, p. 92, apud DENTZ; SILVA, 2015).

Ainda segundo o CFESS (2023), as principais requisições para a atuação do assistente social na escola são infrequência e/ou evasão escolar, relação da escola-família e medicalização das crianças e adolescentes sendo esses considerados como expressões da questão social na área educacional.

Só que no documento elaborado pelo grupo de estudos sobre Serviço Social na educação disponibilizado pelo CFESS (2001), atribuiu-se a responsabilidade do profissional contribuir para a garantia ao direito à educação formal e a uma escola inclusiva, já nos Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação distribuída pelo GT/CFESS (2013), explicitou quatro eixos fundamentais para atuação profissional sendo eles: acesso, permanência, gestão democrática, qualidade do ensino.

Diante do referenciado e orientado no material do CFESS (2013), as atribuições que serão desenvolvidas pelos assistentes sociais na educação considerando suas competências advindas da formação crítica, criativa e reflexiva considerando a realidade social com totalidade. Ainda conforme o material as dimensões que definem a inserção dos assistentes sociais na política de educação compreendem-se por:

- ✓ As abordagens individuais e junto às famílias dos/as estudantes e/ ou trabalhadoras da Política de Educação;
- ✓ A intervenção coletiva junto aos movimentos sociais como condição fundamental de construção e reconhecimento dos sujeitos coletivos frente de ampliação dos direitos sociais e, em particular, do direito a uma educação pública, laica e de qualidade, a partir dos interesses da classe trabalhadora;
- ✓ A prática investigativa que particulariza o exercício profissional vinculada às demais dimensões do trabalho profissional;
- ✓ A inserção dos/as assistentes sociais nos espaços democráticos de controle social e a construção de estratégias de fomento à participação dos estudantes, famílias, professores e professoras, trabalhadores e trabalhadoras da Educação nas conferências e conselhos desta política e de outras;
- ✓ O cumprimento dos aspectos pedagógico-interpretativo e socializador das informações e conhecimentos no campo dos direitos sociais e humanos, das políticas sociais, de sua rede de serviços e da legislação social;

✓ O gerenciamento, planejamento e execução direta de bens e serviços, no âmbito da Política de Educação (CFESS, 2023, p. 96, apud CFESS, 2013).

Contudo, de acordo com o documento CFESS (2013) a intervenção do assistente social na educação deve transcorrer as atividades de realização de pesquisas sobre realidade social da comunidade acadêmica os fatores sociais, culturais e econômicos, identificação das manifestações da questão social para auxiliar um melhor plano de atuação, proposição de ações coletivas/ grupais junto aos diversos segmentos famílias, estudantes, trabalhadores/as.

Ainda segundo o CFESS, (2013) somente assim o assistente social pode enfrentar os dilemas sofridos pela comunidade acadêmica, como violências, violações de direitos, racismo, exploração sexual e outros, inserindo e incentivando a participação dos sujeitos na construção de projetos políticos-pedagógicos e inserção na gestão escolar para enfrentar as manifestações da questão social e providenciar os devidos encaminhamentos as redes de serviço de proteção social.

Assim sendo a inserção do Serviço Social na escola contribui com ações que torne a educação uma prática de inclusão social, portanto a escola como normatizadora de conhecimento precisa respeitar a realidade social, cultural e econômica dos seus alunos.

No capítulo seguinte explanamos sobre a atuação do profissional assistente social no estado do Tocantins, contextualizando desde a criação do primeiro projeto de Lei em 2000, até sua referida aprovação em 2019.

4 INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: UM ESTUDO DO ESTADO DE TOCANTINS

Neste capítulo abordamos a aprovação da Lei nº 13.935/2019, que dispõe sobre a inclusão do Serviço Social e Psicologia nas redes de educação básica, fazendo uma contextualização desde a criação do primeiro projeto de Lei nº 3.688/2000, do então Deputado José Carlos Elias até sua referida aprovação em 11 de dezembro de 2019, por fim explanamos sobre a inclusão do profissional assistente social nas unidades educacionais do Estado do Tocantins, mais precisamente das unidades estaduais dos municípios que fazem parte da SRE/SEDUC do município de Miracema/TO.

4.1 Lei nº 13.935/2019: Serviço Social e Psicologia na política de educação básica.

Conforme a Comissão de Educação e Cultura, (projeto de Lei nº 3.688, de 2000) que dispõe sobre a introdução do assistente social no quadro de profissionais de educação de cada escola, de autoria do Deputado José Carlos Elias tendo como Relatora a Deputada Celcita Pinheiro. No presente relatório apresentado em outubro de 2000, o então deputado Elias propõe que as escolas deveriam “ter o assistente social em seus quadros profissionais” desenvolvendo a função de “acompanhamento dos alunos na escola e em sua comunidade”, o documento menciona ainda que a esta iniciativa sucedeu-se outras proposições congêneres agrupados em dois conjuntos.

O primeiro conjunto do projeto formado pelo PL nº 837/2003, juntamente com outros seis apensos a este, os PL nº 1.497/2003, nº 1.674/2003, nº 2.513/2003, nº 2.855/2004, nº 3.154/2004, e nº 3.613/2004, o segundo conjunto também formado pelo PL 1.031/2003 e apenso 4.738/2004, o projeto de Lei nº 837 de 2003 encabeça o primeiro conjunto, sendo esse apresentado em abril de 2003, pelo Deputado Durval Orlato (PT/SP) e distribuído às comissões de Educação e Cultura, Constituição e Justiça e de Cidadania desta Casa Legislativa, o referido projeto dispõe “sobre a participação de assistentes sociais e psicólogos na estrutura funcional das escolas”.

Já em julho de 2003, foi apensado a ele o projeto de Lei nº 1.497/2003, do Deputado Atila Lira (PSDB/PI) o mesmo dispõe sobre a oferta de Serviços de Psicologia para acompanhamento dos alunos na escola e na comunidade, em agosto

do mesmo ano o Deputado Durval Orlato (PT/SP), altera o art. 25 por meio do projeto 1.674/2003, acrescentando § único aos art. 61 da lei nº 9.394/96 (LDB), para possibilitar psicólogos e assistentes sócias escolares no âmbito educacional sendo esse apensado à proposição em análise.

Em 03 de dezembro de 2003, o relatório substitutivo ao projeto de Lei nº 837/2003 e apensados foi aberto nos termos regimentais, prazo para recebimento de emendas ao substitutivo, foi então que o Deputado Milton Monti (PL/SP) propunha a limitação de jornada de trabalho destes profissionais ao máximo de seis horas diárias, portanto antes de ser exarado parecer da Comissão de Educação e Cultura foi apensado o projeto de Lei nº 2.513/2003, de autoria do Deputado Rubens Otoni (PT/GO), reiterando a proposta de inclusão de psicólogos, dispondo que toda escola, pública e privada, seja obrigatória a presença de profissional de Psicologia.

Em Janeiro de 2004, o projeto de Lei nº 2.855/2004, do Deputado Augusto Nardes (PP/RS), foi apensado nesta direção que dispõe sobre o atendimento psicológico a alunos de escolas públicas por profissionais do SUS, já em março do mesmo ano o projeto de Lei nº 3.154/2004, de autoria do Deputado Carlos Nader (PFL/RJ), dispõe sobre a obrigatoriedade das escolas públicas e privadas contratarem assistentes sociais e psicólogos sendo esse apensado ao PL nº 837/2003, em junho de 2004, o PL nº 3.613/2004, do Deputado Carlos Sampaio (PSDB/SP), foi apensado ao PL nº 837/2003, dispondo sobre a obrigatoriedade da participação de psicólogos nos quadros funcionais das escolas brasileiras.

No dia 15 de setembro de 2004, iniciado pelos Deputados Durval Orlato (PT/SP) e Celcita Pinheiro (PFL/MT), que foram os autores da PL nº 837/2003, e relatores da matéria a Comissão de Educação e Cultura realizaram audiência pública tratando do tema “A Inclusão de Assistentes Sociais e Psicólogos na Estrutura Funcional das Escolas – Projeto de Lei nº 837/2003”, tendo os seguintes convidados (Horácio Fernandes dos Reis, Diretor do Departamento de Desenvolvimento de Sistemas de Ensino da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação; Elizabete Borgianni – Primeira Secretária do Conselho Federal de Serviço Social; e Ana Terezinha Carneiro Naletto – Vice –Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação UNDIME).

Finalmente em 30 de novembro de 2004, a PL nº 837/2003, considerando o disposto nos artigos 142 e 143, II, b, do Regimento Interno as proposições tramitavam a este foi apensado à proposição principal a PL 3.688/2000, em julho de 2003, a PL

nº 1.031/2003, de autoria do Deputado Carlos Souza em conjunto com a PL nº 4.738/2004 formaram o segundo conjunto em apensos, a PL nº 1.031/2003 que propõe a criação de um “Serviço Social nas Escolas das Redes Estadual e Municipal de Ensino Fundamental e Médio”, sendo esse apresentado em maio de 2003, sendo o referido documento que ora relatamos apensado ao PL nº 3.688/2000, em julho de 2003.

Assim sendo, em fevereiro de 2005, apensado também a PL nº 4.738, de 28 de dezembro de 2004, do Deputado Carlos Nader que “cria o Serviço Social Escolar nas escolas públicas e dá outras providências”. O projeto que até aquele momento estava em fase de análise tinha em comum a preocupação com a garantia da aprendizagem e do desenvolvimento integral do indivíduo, a PL nº 3.688/2000, defendida pelo deputado José Carlos Elias tinha como justificativa que esses profissionais nas escolas junto aos alunos e famílias contribuiriam para melhorar o rendimento escolar, pois estes trabalhariam os problemas sociais que interferiam na escolarização das crianças, em consonância com outros projetos apresentados argumentavam uma possível redução da evasão escolar, da indisciplina, da violência familiar, e uso de drogas. Entretanto, apesar dos projetos se alinharem, eles apresentavam soluções diferentes à mesma questão.

Quanto aos profissionais a serem considerados, quatro proposições referem-se a psicólogos ou serviços de psicologia (PLs nº 1.497/03, 2.513/03, 2.855/03 e 3.613/04), e outros três acrescentam aos psicólogos os assistentes sociais (PLs nº 837/03, 1.674/03 e 3.154/04). Os PLs nº 3.688/00, nº 1.031/2003 e 4.738/2004 reportam-se exclusivamente a assistentes sociais. Quanto aos níveis de educação escolar, quatro proposições (PLs nº 837/03, 1.497/03, 1.674/03 e 2.855/03) dispõem sobre a obrigatoriedade desse atendimento na educação básica que, de acordo com a LDB, compõe-se de três etapas, a saber, a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. Um dos projetos em exame (PL nº 2.513/03) refere-se a todos os níveis de ensino, o que, numa leitura precisa, incluiria a educação superior. Três PLs (nº 1.031/03, 3.154/04 e 3.613/04) tratam do ensino fundamental e médio, ou básico e médio, excluindo, pois, a educação infantil. O PL 4.738 não menciona níveis de ensino, reportando-se a todas as escolas públicas COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, 2000, p.05).

Em relação à abrangência, o referido documento atende as proposições em escolas públicas nas (PL nº 3.688/00 e 4.738/04), as redes estadual e municipal nas (PL nº 1.031/03), nas públicas e privadas as (PL nº 837/03, 1.497/03, 2.513/03, 3.154/04 e 3.613/04). As que dispõem de obrigatoriedade de inclusão de psicólogos ou serviços de psicologia são (PL nº 1.497/03, 2.513/03 e 3.613/04), já as que defendiam os assistentes sociais ou Serviço Social escolar eram (PL nº 3.688/00,

1.031/03, 4.738/04) ou os dois profissionais referidos ao mesmo projeto são (PL nº 837/03, 1.674/03 e 3.154/04). Sendo essas informações compostas na Comissão de Educação e Cultura (2000).

Portanto, quase duas décadas depois da menção do primeiro projeto de Lei nº 3.688/2000, em 11 de dezembro de 2019 o Senado Federal aprova a Lei nº 13.935/2019 que prevê que as redes públicas de educação básica contarão com serviços da Psicologia e Serviço Social no atendimento as necessidades e prioridades definidas na Política de educação.

Portanto segundo o site do Conselho Federal de Psicologia (CFP) apesar de alguns Estados já terem adotado a Legislação tanto no estadual como no municipal por iniciativa própria, através do Legislativo ainda constitui um desafio na implementação da normativa em todo o país.

4.2 Aproximação da Inserção do profissional Assistente Social na política de educação básica no Estado do Tocantins

Nesse item abordamos a inclusão do profissional Assistente Social no Estado do Tocantins, mais precisamente em seis Municípios pertencentes à SRE de Miracema. De acordo com o Diário Oficial nº 6252 do Estado do Tocantins, a inclusão do assistente social na educação se concretizou em março de 2022.

O Estado até o presente momento conta com 215 profissionais assistentes sociais nas redes estaduais, em regime de contrato temporário, mas, o planejamento é ter um profissional assistente social em cada escola da rede Estadual, portanto conforme a SEDUC, a lotação desses profissionais será de acordo o porte da unidade de ensino, sendo considerada de grande porte com mais de 1.066 estudantes podendo conter até dois psicólogos e dois assistentes sociais, as unidades contendo 736 a 1065 estudantes contará com um psicólogo e um assistente social.

Já as escolas consideradas de médio porte com 496 a 735 passaram a contar com um psicólogo e um assistente social que vai atuar em duas escolas, entretanto, as escolas consideradas de pequeno porte terão um psicólogo e um assistente social atuando em no mínimo três escolas. Segundo o documento, o Município que possui apenas uma escola contará com um psicólogo e um assistente social, contudo, as escolas de pequeno porte e as escolas indígenas contarão com o profissional locado nas Superintendências Regionais de Ensino (SREs)

A SEDUC conta com 150 profissionais atuando diretamente nas SREs, em função de orientar e promover ações em busca de melhorias emocionais e sociais dos alunos, mas o órgão está buscando ampliar o número de profissionais ainda nesse primeiro semestre de 2023, para que possa atender todas as unidades Estaduais.

Com base no documento (Proposta de Trabalho da Unidade Técnica Executiva de Orientação Educacional/Núcleo Gestor Multiprofissional (2022) do Tocantins). Psicólogo e Assistentes Sociais na Rede Pública de Educação Básica: orientações para regulamentação da Lei nº 13935/2019, a inserção de profissionais de Serviço Social nas redes públicas de educação básica, e mais amplamente na política de educação, se insere na perspectiva da garantia e acesso aos direitos sociais, como direito do cidadão e dever do estado.

Este mesmo documento menciona que o profissional assistente social integrará uma equipe multiprofissional juntamente com professores, pedagogos e outros, trabalhará no atendimento ao corpo técnico e ao corpo discente, no ensino-aprendizagem em toda sua complexidade numa perspectiva totalizante um trabalho socioeducativo, em rede, família e escola.

Assim dentro outras atribuições o (a) assistente social nas redes de educação básica possibilita: sendo essas atribuições de acordo com a (Proposta de Trabalho da Unidade Técnica Executiva de Orientação Educacional/Núcleo Gestor Multiprofissional, 2022, p 21-23).

- Contribuir com o direito à educação, bem como o direito no acesso e permanência na escola com a finalidade da formação dos estudantes para o exercício da cidadania, preparação para o trabalho e sua participação na sociedade;
- Contribuir para a garantia da qualidade dos serviços aos estudantes, garantindo o pleno desenvolvimento da criança e do adolescente, contribuindo assim para a formação, como sujeitos de direitos;
- Atuar no processo de ingresso, regresso, permanência e sucesso dos/as estudantes na escola;
- Contribuir no fortalecimento da relação da escola com a família e a comunidade, na perspectiva de ampliar a sua participação na escola;
- Contribuir com o processo de inclusão e permanência dos alunos com necessidades educativas especiais na perspectiva da inclusão escolar;
- Criar estratégias de intervenção frente a impasses e dificuldades escolares que se apresentam a partir de situações de violência, uso abusivo de drogas, gravidez

na adolescência, assim como situações de risco, reflexões da questão social que perpassam o cotidiano escolar;

➤ Atuar junto às famílias no enfrentamento das situações de ameaça, violação e não acesso aos direitos humanos e sociais, como a própria educação;

➤ Fortalecer e articular parcerias com as equipes dos conselhos Tutelares, CRAS, CREAS, unidades de saúde, movimentos sociais dentre outras instituições, além de espaços de controle social para viabilizar o atendimento e acompanhamento integral dos/as estudantes;

➤ Contribuir em programas, projetos e ações desenvolvidas na escola que se relacionem com a área de atuação;

➤ Participar de ações que promovem a acessibilidade;

➤ Realizar reuniões, estudos temáticos, oficinas, estudos de casos, a fim de envolver a equipe da Unidade Escolar como: diretor, coordenador pedagógico, orientador educacional, professores, psicólogos e assistentes sociais das unidades escolares;

➤ Participar e colaborar com o processo de elaboração do projeto político pedagógico;

➤ Desenvolver estratégias de acolhimento para alunos, família e colaboradores das unidades escolares destacando a importância de trabalhar as competências socioemocionais;

➤ Propor e apoiar a construção e implementação de políticas públicas educacionais;

Parágrafo único: A atuação do assistente social no âmbito da rede pública de educação básica dar-se-á na observância das leis, regulamentações, instrumentais teóricos e metodológicos do serviço social. Sendo essas algumas das atribuições a serem desenvolvidas pelos assistentes sociais na educação (Proposta de Trabalho da Unidade Técnica Executiva de Orientação Educacional/Núcleo Gestor Multiprofissional, 2022, p.23).

4.3 Pesquisa de campo: O Serviço Social nas escolas estaduais pertencentes da Superintendência Regional de Educação de Miracema do Tocantins (SRE)

Neste item que é resultado da pesquisa de campo tratamos do processo de inclusão do assistente social na Política de Educação dos Cinco Municípios pertencentes a de Miracema do Tocantins, TO, de acordo com os aspectos

observados ao longo do desenvolvimento do trabalho conseguimos assegurar que a inserção dos assistentes sociais na Educação é propícia, uma vez que as demandas sociais presentes na escola necessita da intervenção profissional do Serviço Social, em seguida destacamos a fase metodológica utilizada na realização da pesquisa.

A metodologia utilizada foi um estudo bibliográfico e documental, com coleta de dados em livros, leis, artigos científicos, monografias, teses, e internet, sendo a mesma de natureza básica, mediante uma abordagem qualitativa. O método de análise por meio de uma perspectiva teórico-metodológica, a fim de gerar conhecimento, interpretação da realidade bem como conhecer os setores do ser e da consciência por meio do materialismo histórico e dialético.

Objetiva-se com a pesquisa comprovar a contribuição do Assistente Social na área educacional, no qual se almeja o reconhecimento do Serviço Social juntamente com a equipe multiprofissional, professores, diretores, funcionários, pais, alunos, e toda sociedade escolar a importância deste profissional. A fundamentação teórica está embasada em autores que debatem a inclusão do serviço social na educação, e a atuação do assistente social frente a questão social desenvolvida na escola pública de ensino básico. A documentação é baseada no regimento da escola, leis, portarias, normativas e legislações estaduais vigentes no Estado do Tocantins.

Portanto segundo Prodanov; Freitas (2013, p. 54), o procedimento necessário na realização da pesquisa bibliográfica é:

Elaborada a partir de material publicado, constituído principalmente de: livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico, internet, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa. (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 54).

Já de acordo com o autor Gil, (2002, p.44), por pesquisa bibliográfica entende-se a leitura, a análise e a interpretação de material impresso, sendo essas leituras recorrentes ou de referência ao assunto em questão.

[...] a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas. As pesquisas sobre ideologias, bem como aquelas que se propõem a uma análise das diversas posições acerca de um problema, também costumam ser desenvolvida quase exclusivamente mediante fontes bibliográficas-(GIL, 2002, p. 44).

Do ponto de vista documental suas características podem ser confundidas com a pesquisa bibliográfica, pois Gil (2002) destaca como principal diferença entre esses tipos de pesquisa a natureza das fontes de ambas. O autor enfatiza que a bibliográfica é composta fundamentalmente por vários autores que trabalham sobre o assunto, já a documental baseia-se em materiais que não receberam ainda um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.

Entretanto para Prodanov; Freitas (2013) entende-se por documento qualquer registro que possa ser usado como fonte de informação, por meio de investigação, que engloba: observação (crítica dos dados na obra); leitura (crítica da garantia, da interpretação e do valor interno da obra); reflexão (crítica do processo e do conteúdo da obra); crítica (juízo fundamentado sobre o valor do material utilizado para o trabalho científica). Entretanto na pesquisa em destaque foi utilizada somente documentos de arquivos públicos sendo eles estaduais e federais para dar autenticidade à pesquisa.

A abordagem do problema é de pesquisa qualitativa, pois está considerada que há relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa, o ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento chave. Na abordagem qualitativa a pesquisa tem o ambiente como fonte direta dos dados, pois Minayo, (1994), afirma que:

A pesquisa qualitativa não se baseia no critério numérico para garantir sua representatividade. Uma pergunta importante nesse item é “quais indivíduos sociais têm uma vinculação mais significativa para o problema a ser investigado” A amostragem boa é aquela que possibilita abranger a totalidade do problema investigado em suas múltiplas dimensões. (MINAYO, 1994, p. 43).

Minayo explana que a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser qualificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 1994, p. 21-22).

Portanto tal escolha parte da compreensão de que essa abordagem é a que melhor atende aos objetivos propostos, pois não se procura uma quantificação dos

dados, mas uma “[...] compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais”. (GERHARDT E SILVEIRA, 2009, p. 32).

Portanto, para as características da pesquisa qualitativa são:

Objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de *descrever*, *compreender*, *explicar*, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno, observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural; respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos; busca de resultados os mais fidedignos possíveis; oposição ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 32).

Já a análise é por meio de uma “perspectiva teórico-metodológica” fundamentada no método dialético, pois Lukács (1970, p.35), destaca que [...] o método dialético tende a conhecer todos os setores do ser e da consciência como um processo histórico movido por contradições.

Segundo Prodanov; Freitas (2013, p.35), nesse tipo de método, o pesquisador precisa estudá-lo em todos os seus aspectos, suas relações e conexões, sem tratar o conhecimento como algo rígido, já que tudo no mundo está sempre em constante mudança. Portanto Gil, (2018) assegura que:

[...] a dialética fornece as bases para interpretação dinâmica e totalizante da realidade, uma vez que estabelece que os fatos sociais não possam ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais etc.” (GIL, 2018, p.14).

Já para Trivinos (1987), o materialismo dialético é a base filosófica do marxismo e como tal realiza a tentativa de buscar explicações coerentes, lógicas e racionais para os fenômenos da natureza, da sociedade e do pensamento. [...] Ambas as raízes do pensar humano se unem para constituir, no materialismo dialético, uma concepção científica da realidade, enriquecida com a prática social da humanidade. (TRIVINOS, 1987, p. 51).

O autor diz que para um pesquisador seguir a linha teórica baseada no materialismo dialético deve ter presente em seu estudo uma concepção dialética da realidade natural e social e do pensamento, a materialidade dos fenômenos e que estes são possíveis de conhecer. (TRIVINOS, 1987, p. 73).

Por último utilizamos a pesquisa de campo, sendo essa realizada em forma de entrevista via formulário enviado por e-mail aos profissionais assistentes sociais que atuam na rede de educação básica estadual do Tocantins, em destaque Cinco

Municípios que fazem parte da Superintendência Regional (SRE) de Miracema e o Município de Nazaré/TO.

Pois de acordo com Minayo (2009) o trabalho de campo permite a aproximação do pesquisador da realidade sobre a qual formulou uma pergunta, mas também estabelecer uma interação com os “atores” que conformam a realidade e, assim, constrói um conhecimento empírico importantíssimo para quem faz pesquisa social.

Já para Gerhardt (2009, p.37, Apud, FONSECA, 2002) a pesquisa de campo se caracteriza pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se realiza coleta de dados junto a pessoas, com o recurso de diferentes tipos de pesquisa sendo elas (pesquisa ex-post-facto, pesquisa-ação, pesquisa participante, etc.).

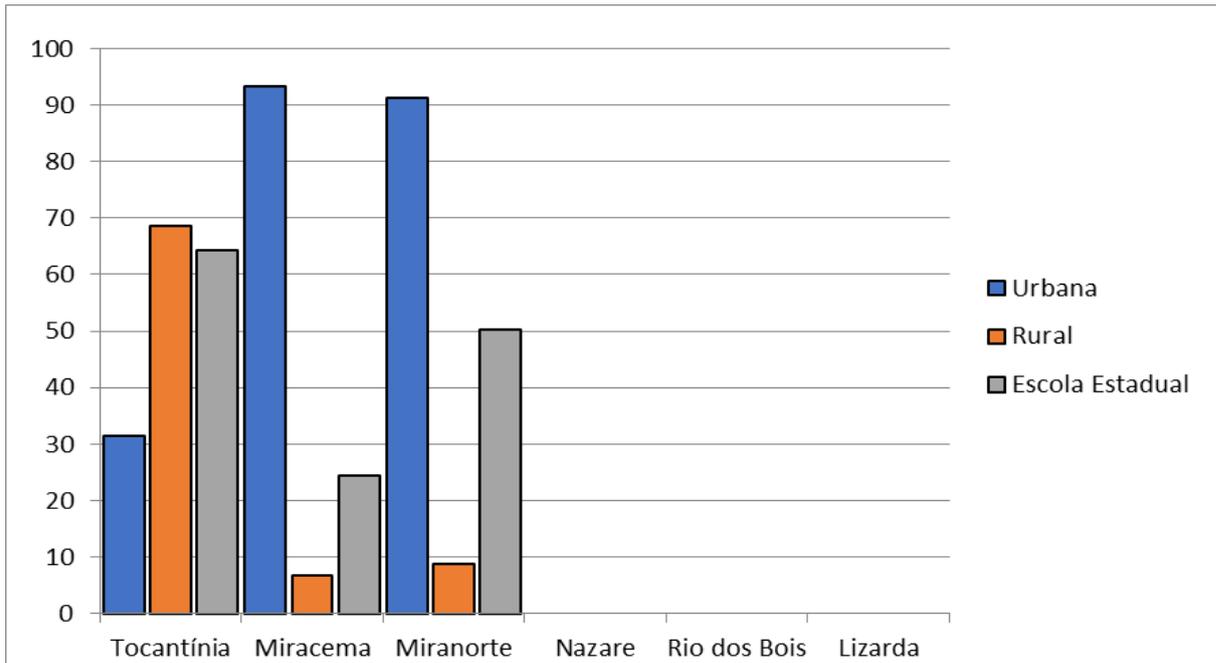
A escolha pela Regional de Miracema se deve ao fato de ser conveniente a pesquisadora, pois o Município atende apenas seis municípios sendo eles, Miracema do Tocantins, Dois Irmãos, Lizarda, Miranorte, Rio dos Bois e Tocantínia.

Dos seis Municípios convidados apenas cinco retornaram o contato ficando de fora o Município de Dois Irmãos, mas, uma profissional que atua no Município de Nazaré Tocantins se interessou pelo tema da pesquisa e manifestou interesse em participar.

Contabilizando seis Municípios, ficando mais fácil realizar a entrevista com esse quantitativo de participações uma vez que o Estado só conta com a inserção do profissional assistente social há um ano, a forma de contato foi realizada por e-mail, WhatsApp e telefone.

Em destaque o Município de Miracema onde reside a Superintendência Regional (SRE) conta com 22 escolas públicas e particulares, em relação à Política de Educação na escola pública de ensino básico, o Município conta com sete escolas estaduais que são o alvo da pesquisa, portanto no gráfico abaixo faremos a demonstração de como estão distribuídos o quantitativo de matrículas dos seis Municípios.

Gráfico 1: Quantitativo de matrícula dos seis municípios pesquisado.

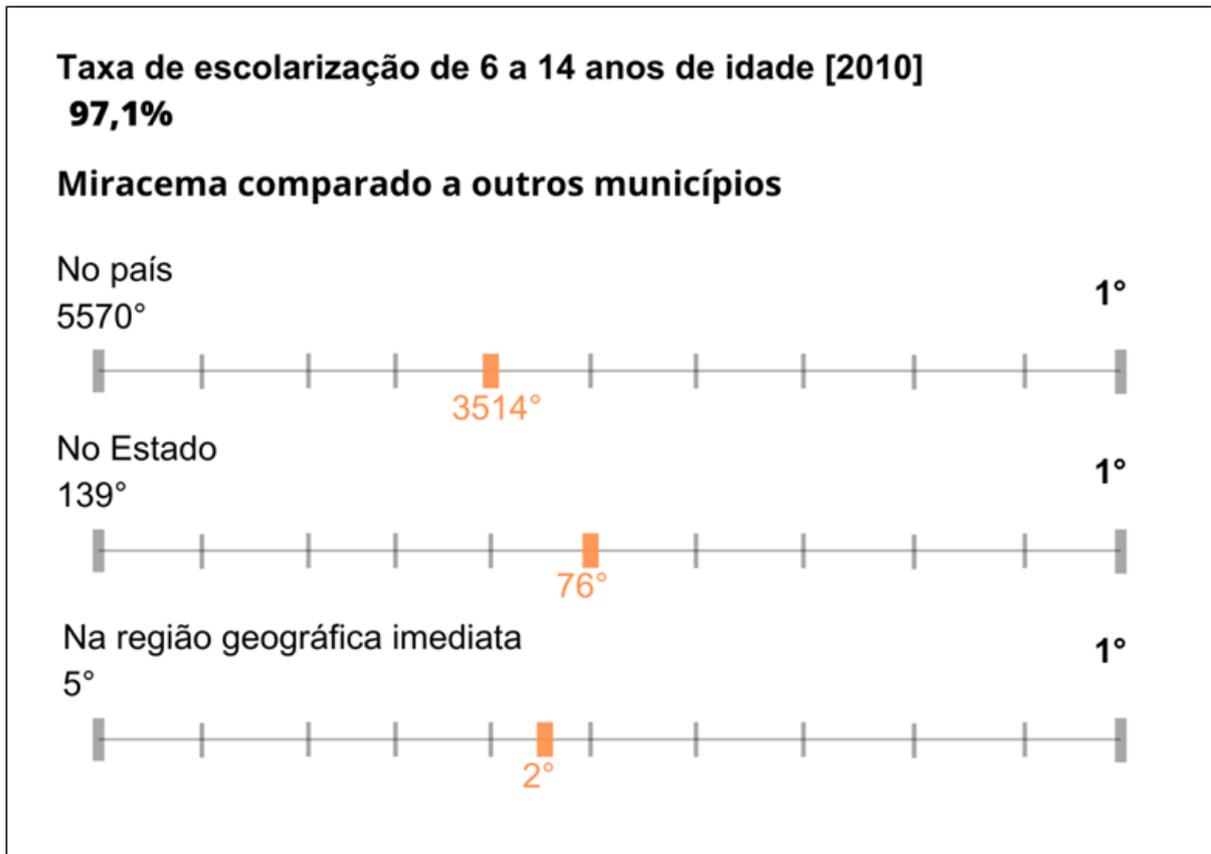


Fonte: Sinopses da educação básica INEP. Acesso em 23/06/2023.

Os municípios de Nazaré, Lizarda e Rio dos Bois não possuem uma taxa fixa de matrícula definida como os demais, portanto fica entre 201 e 500 alunos. Um dado relevante que foi possível observar a partir do gráfico é que em alguns Municípios o número de matrículas é maior na zona rural do que na zona urbana, principalmente no Município de Tocantnia que quase metade da população é Indígena da etnia Xerente residente em reservas na região.

Outro dado relevante está relacionado a escolarização dos seis municípios, que conforme o censo de 2010, é de 98,2%, como é possível observar no gráfico em comparação aos outros municípios. O Município de Tocantnia está com a média bem abaixo do esperado em comparação a média Nacional e Estadual.

Gráfico 2: Taxa de escolarização do Município de Miracema.

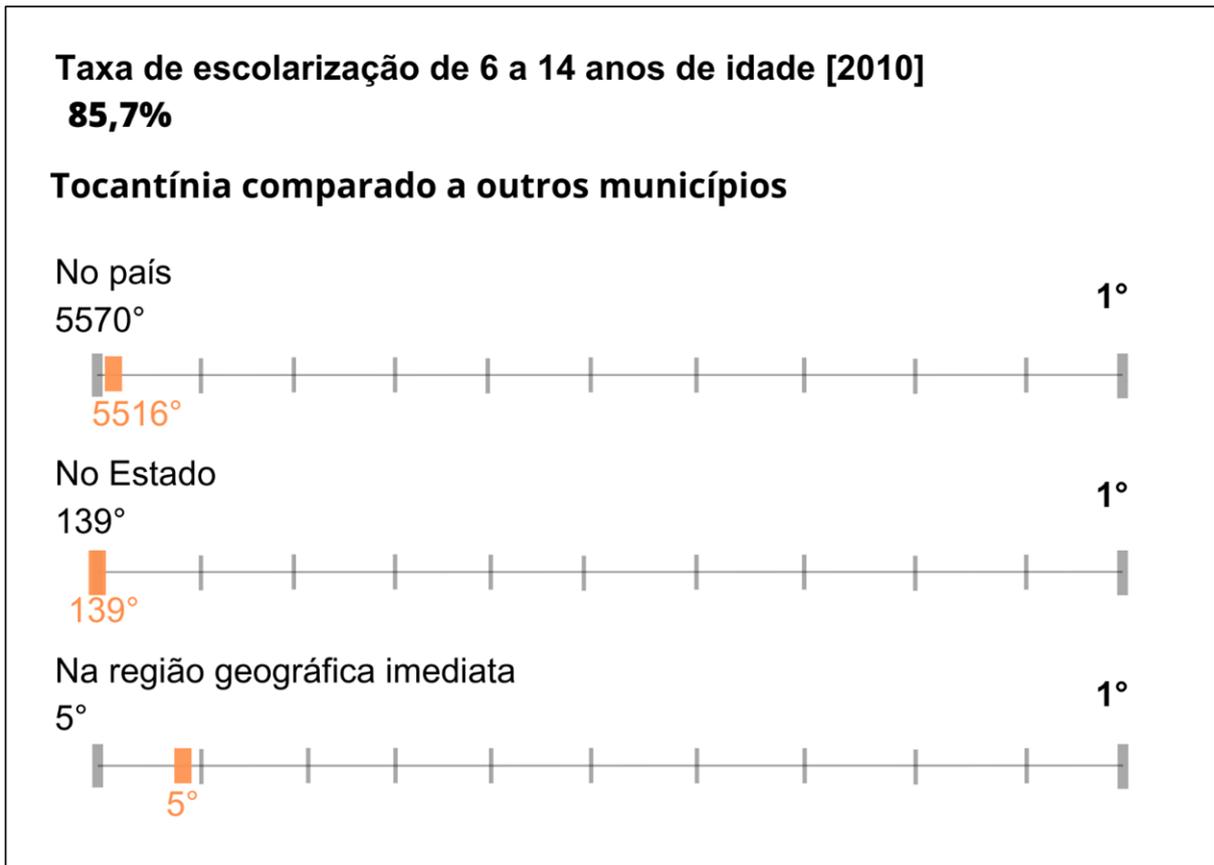


Fonte: IBGE (2022)⁴,

Com uma população de 18,566 pessoas conforme o censo de 2022, de acordo com o gráfico a taxa de escolarização em Miracema está em conformidade com a média Nacional o Município tem mais matrículas na zona urbana que na zona rural em comparação a outros municípios. O IDEB também se encontra num nível aceitável com pontuação 4,9 nos anos iniciais do ensino fundamental em comparação a outros Municípios.

⁴ Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/miracema/panorama>> acesso em: 25/06/2023.

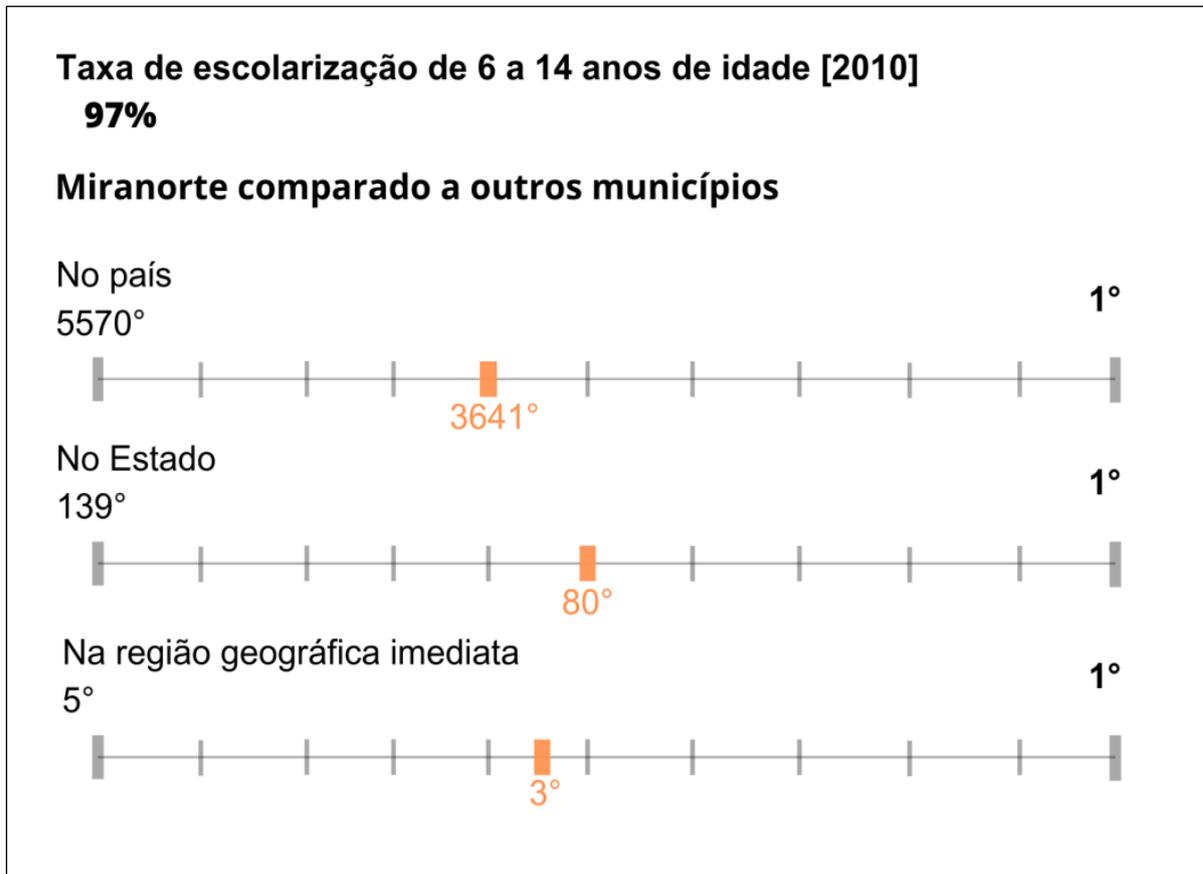
Gráfico 3: Taxa de escolarização do Município de Tocantínia.



Fonte: IBGE (2022).

Com população de 7,459 pessoas de acordo com o censo de 2022, conforme a descrição do gráfico o nível de escolarização em Tocantínia se encontra bem abaixo da média nacional, uma vez que Município em questão possui mais matrículas da zona rural do que da zona urbana em comparação aos outros Municípios, além disso, há alunos indígenas o que impacta ainda, mas o nível esperado sendo que a educação fornecida a esses alunos está baseada em seus costumes e ao se matricularem na cidade encontram dificuldade na aprendizagem. Apesar disso o Município tem uma pontuação aceitável no IDEB anos iniciais do ensino fundamental pontou 4,6 se comparado ao Município de Rio dos Bois.

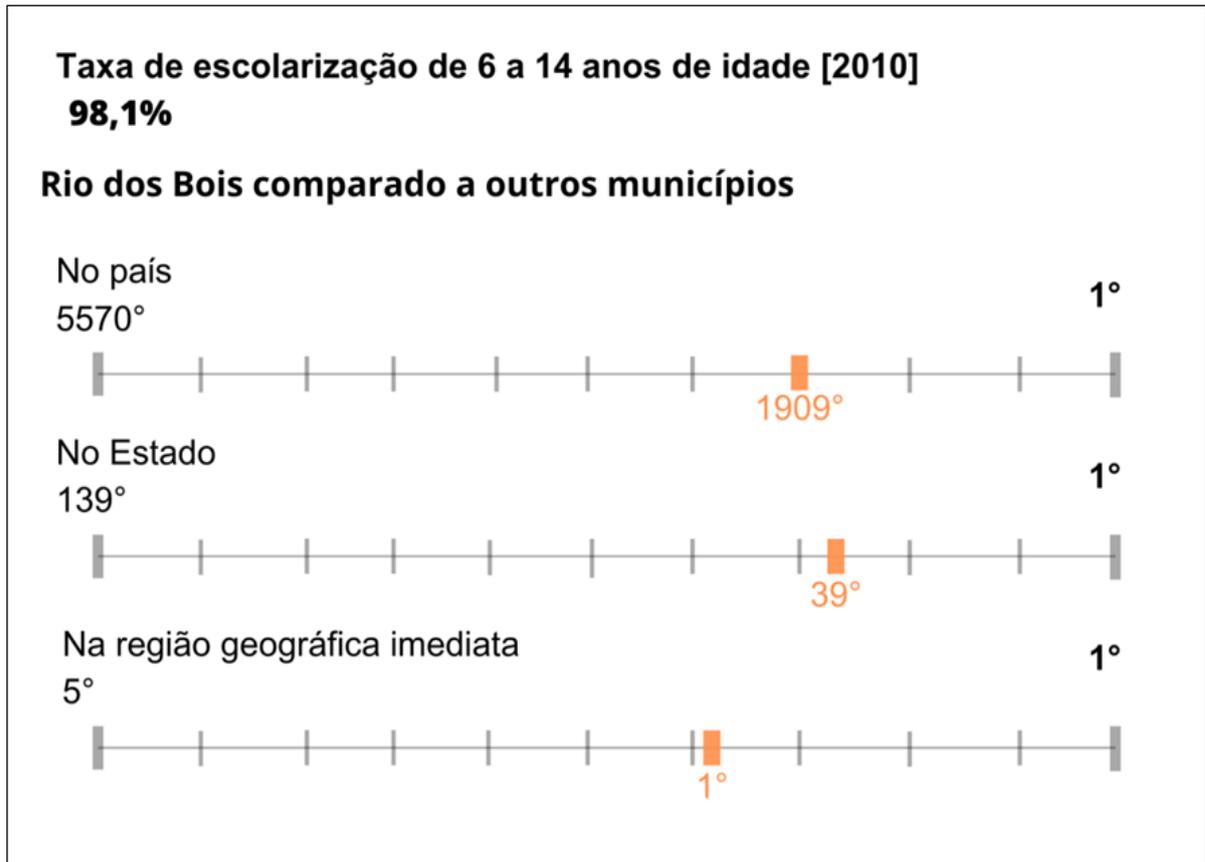
Gráfico 4: Taxa de Escolarização do Município de Miranorte.



Fonte: IBGE (2022).

Miranorte tem uma população de 12.701 pessoas conforme o censo de 2022, o Município se encontra na média em comparação a outros Municípios e a Média Nacional e Estadual, uma vez que a maioria dos estudantes reside na cidade e o IDEB está com pontuação aceitável sendo 4,7 nos anos iniciais do ensino fundamental.

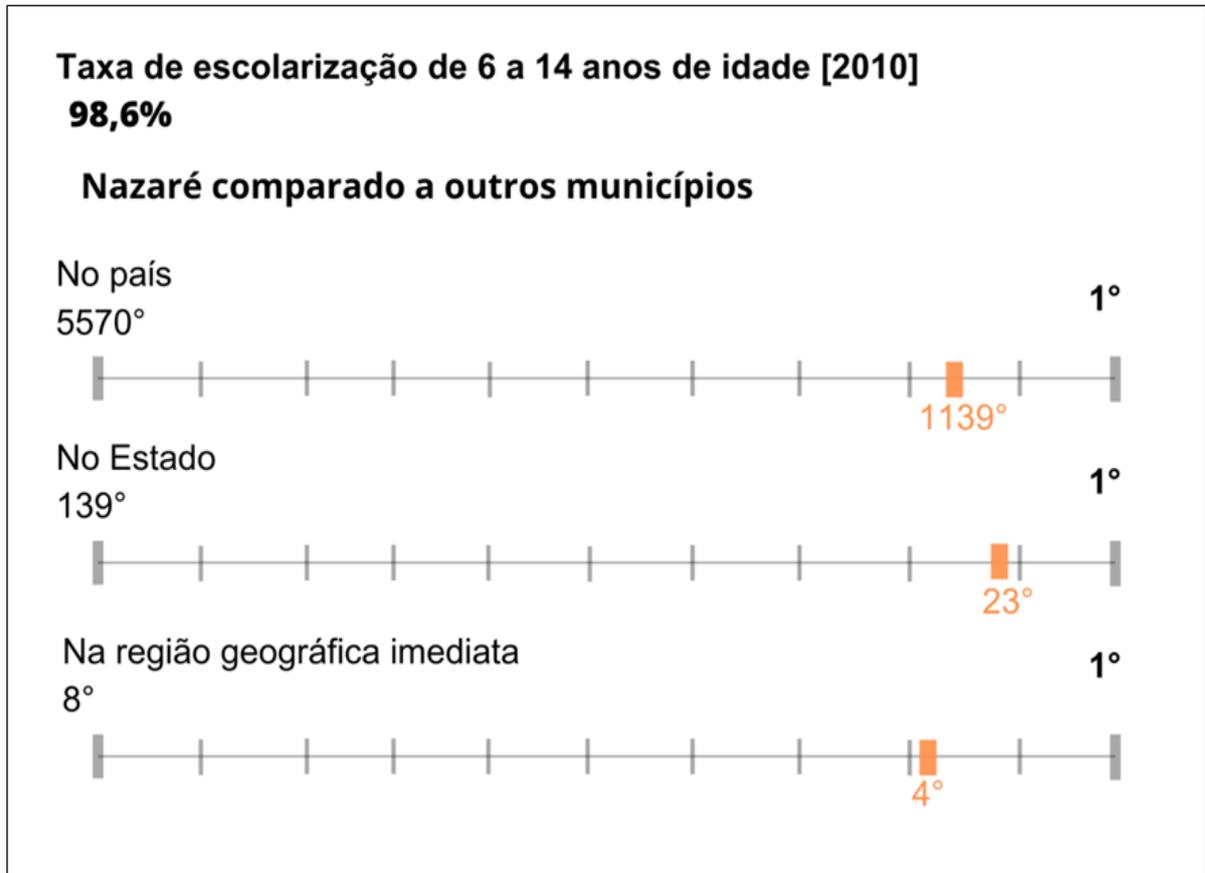
Gráfico 5: Taxa de Escolarização do Município de Rio dos Bois.



Fonte: IBGE (2022).

Apesar de ser um Município pequeno Rio dos Bois tem uma população de 2.738 pessoas conforme o censo de 2022, se encontra na média em comparação a média Nacional e Estadual, mesmo que o IDEB do município esteja abaixo do esperado já que os anos iniciais do ensino fundamental no ano de 2021, pontou 3,8.

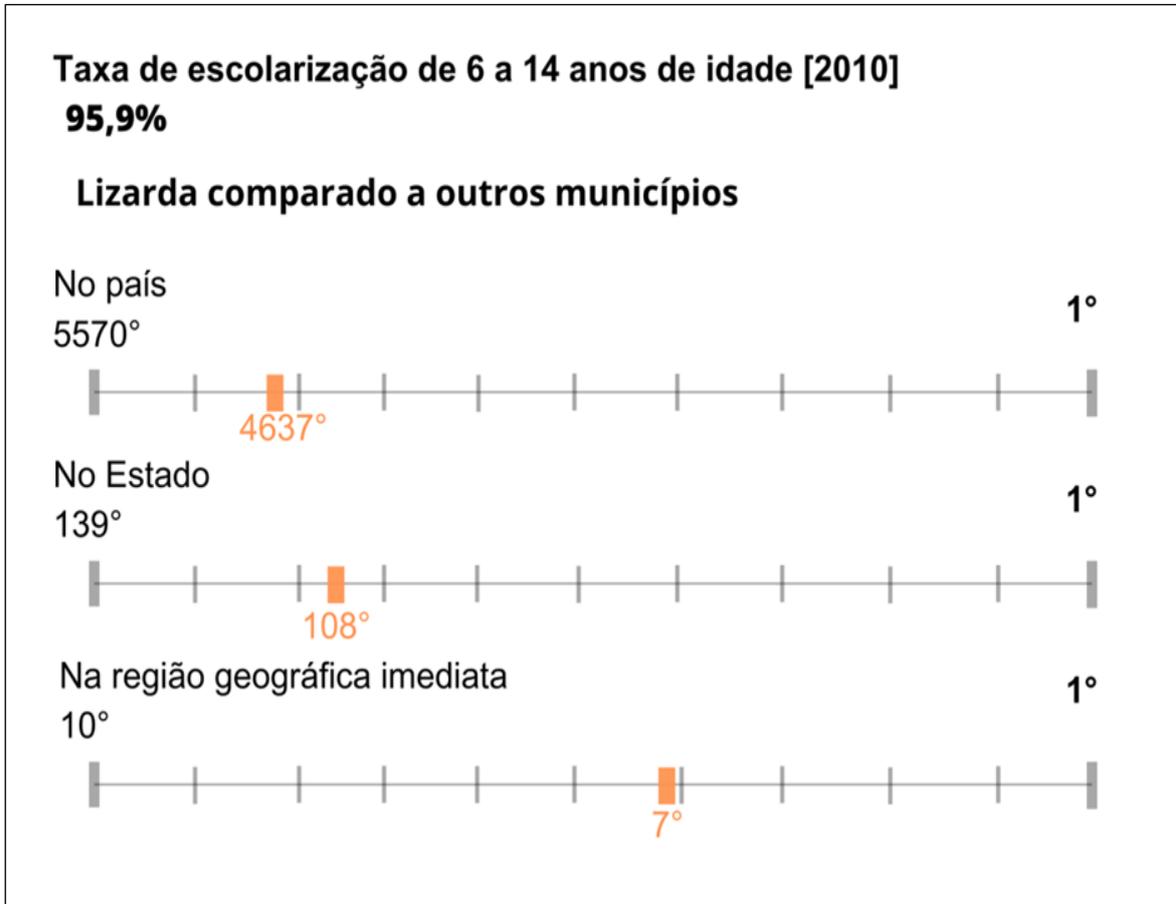
Gráfico 6: Taxa de Escolarização do Município de Nazaré.



Fonte: IBGE (2022).

Com população de 4.521 pessoas conforme demonstrado no gráfico o Município de Nazaré tem uma média escolar que está em conformidade com a taxa de escolarização nacional, já que os alunos matriculados são pertencentes a zona urbana mais que a zona rural o que proporciona um aprendizado diferenciado uma vez que os alunos moram próximo da escola o que facilita na sua locomoção. O IDEB se encontra dentro dos níveis aceitáveis pontou 4,9.

Gráfico 7: Taxa de escolarização do Município de Lizarda.



Fonte: IBGE (2022)

Lizarda possui uma população de 2.999 pessoas como demonstrado no gráfico esse Município se encontra com um nível aceitável de escolarização uma vez que a média está em conformidade com a taxa de escolarização nacional, pois o Município tem um maior número de matrícula na zona urbana do que na zona rural proporcionando maior aprendizagem uma vez que os alunos são acompanhados desde o ensino infantil até o ensino médio.

Sendo essas informações descritas conforme o IBGE, de cada município participante da pesquisa, uma vez que a taxa de escolarização do Estado do Tocantins na mesma faixa etária é 98,2%, e no Brasil 99,7%.

Depois dessa breve apresentação dos Municípios em questão, realizamos a entrevista semiestruturada via formulário com as oito participantes, sendo três das participantes atuantes nas escolas do Município de Miracema, os demais um participante de cada Município, onde elaboramos quinze perguntas que abordam desde a instituição até a opinião da profissional assistente social sobre a política de educação, sendo que a entrevista foi realizada em junho de 2023.

Apesar de haver um número ainda pequeno de profissionais atuando no Estado, pois até o mês de abril de 2023, havia 215 profissionais atuando, mais ainda em fase de contratação, e com pouco tempo de atuação uma vez que muitos deles/as atuam a mais ou menos um ano, foi possível realizar a pesquisa de campo via formulário com as profissionais que trabalham nas Unidades Estaduais Regionais de Miracema/TO.

As mesmas se comprometeram através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), a participar da pesquisa e falar como se realiza sua atuação nesse novo campo sócio ocupacional, explanando sobre os desafios encontrados na Política Educacional no exercício profissional do assistente social, portanto sendo o sigilo profissional uma das diretrizes e base do Serviço Social, a pesquisadora abordará sobre a pesquisa de campo sem revelar nomes apenas destacando as/o como profissionais (A, B, C, D, E, F, G, H) e assim por diante.

Sobre o perfil majoritário, oito profissionais participaram da pesquisa de campo via formulário de entrevista, sendo todas do sexo feminino, uma graduada pela Unitins, as demais sendo graduadas pela Universidade Federal do Tocantins (UFT), e atuam menos de um ano na rede de educação básica do Estado.

Entretanto, uma das profissionais entrevistadas atua na SEDUC de um dos municípios atuando tanto no ensino municipal quanto no estadual, e outra participante sendo essa de um Município que não faz parte da regional de Miracema, mas achou relevante a pesquisa e se propôs a participar.

A pesquisa objetivou ouvir o relato das profissionais assistentes sociais que estão atualmente trabalhando nas instituições de educação básicas estaduais e assim poder ter conhecimento de como se dá a atuação das profissionais suas intervenções e observações nesse novo espaço que é as escolas estaduais dos cinco municípios que fazem parte da Superintendência de Miracema (SRE).

O contato foi feito por telefone, e-mail e WhatsApp, e aconteceu entre os meses de abril e maio com algumas participantes, entretanto, desde novembro de 2022, se buscava contato com as escolas onde as profissionais atuam, mas devido às férias não demos seguimento, após retorno das aulas presenciais a pesquisadora retornou o contato com as que já tinham conversado onde ficou acordado que logo que recebesse o termo de consentimento (TCLE) devidamente assinado pela pesquisadora e a orientadora as enviaria juntamente com o formulário, fato que

ocorreu em 17 de maio de 2023, logo após o recebimento da documentação a mesma enviou as participantes.

A primeira participante foi convidada em 17 de novembro de 2022, mas como estava finalizando o semestre ficou pra retornar no ano seguinte, a pesquisadora só conseguiu retornar o contato com a mesma em 28 de abril de 2022, devido alguns contratempos das duas partes e em 18 de maio foi enviado à documentação necessária pra realização da pesquisa sendo essa documentação enviada de volta no dia 19 de junho de 2023, depois de vários contatos por parte da pesquisadora.

A segunda participante também foi convidada em 28 de abril de 2023, mas só retornou o contato em 18 de maio de 2023, foi quando a pesquisadora enviou a documentação necessária à realização da pesquisa ao qual foi enviado de volta em 20 de junho também devido à insistência da pesquisadora.

A terceira convidada foi em 09 de maio de 2023, logo após foi enviado à documentação e em 20 de junho de 2023, foi reenviada de volta a participante, a quarta participante foi convidada em 16 de maio de 2023, no dia 20 foi enviada a documentação e seu retorno se deu em 21 de junho de 2023.

As três próximas participantes da pesquisa foram convidadas em 15 de maio de 2023, sendo essas atuantes nas escolas estaduais em que reside a SRE, a documentação foi enviada a elas no dia 18 de maio e sendo essas documentações reenviadas, uma no dia 14, a outra no dia 29 de maio, e a última das três no dia 21 de junho, a última participante foi convidada em 16 de junho de 2023, sendo esse atuante no Município mais longe da regional SRE, a mesma se dispões a participar foi enviada a documentação e reenviada de volta a pesquisadora em 21 de junho de 2023.

Ao receber toda a documentação necessária para realizar a pesquisa foi elaborada a análise de dados por meio do material recebido das participantes, sendo essa pesquisa qualitativa, pois a entrevista foi elaborada com perguntas semiestruturadas, o objetivo da pesquisa é compreender as contribuições que o Serviço Social pode oferecer a escola, ou seja, a atuação dos profissionais assistentes sociais que estão diariamente em contato com a comunidade escolar.

Pois segundo Minayo (2014) essa “pesquisa se preocupa com o nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, de motivações, aspirações, crenças e valores”.

Já a pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada, sendo esse o caso da pesquisa realizada

nas unidades básicas de ensino do Tocantins, para realização da pesquisa foi utilizado à entrevista via formulário (apêndice II) para recolher as informações pertinentes à finalização da pesquisa.

Nessa etapa da análise de dados foi elaborado uma tabela questionário com todas as perguntas e respostas, possibilitando que a pesquisadora analisasse de forma qualitativa as respostas enviadas pelas oito participantes, sendo essa analisada depois de uma revisão do conteúdo fornecido pelas mesmas onde foi possível extrair o essencial do material, possibilitando a pesquisadora responder o objetivo proposto pela pesquisa. Analisamos que a contribuição das participantes foi de extrema importância para conclusão desse trabalho.

Iniciamos a entrevista solicitando que as profissionais relatassem livremente sobre as instituições de ensino, a participante (A) nos informou que atua em uma unidade de ensino de classe média atendendo um público do 6º ano do ensino fundamental a 3º série do ensino médio, sendo a instituição de raízes católica, a participante (B) atua em uma unidade de ensino atendendo um público de classe média baixa, do 6º ano ao 9º ensino fundamental além do ensino regular no assentamento próximo ao município e a (EJA) 1º e 2º Segmentos (Sistema Prisional).

A participante (C) atua em uma escola militar atendendo um público de classe média baixa, do ensino fundamental e ensino médio a instituição também oferece cursos técnicos, a participante (D) atua na SEMED de um dos Municípios atuando tanto no municipal quanto no estadual, sendo essas escolas duas na zona rural e uma zona urbana, atendendo um público de classe baixa, da educação infantil ao ensino fundamental.

A participante (E) atua em uma unidade de ensino atendendo um público de classe média baixa, do ensino fundamental ao ensino médio além do ensino regular (EJA), já a participante (F) atua em uma escola atendendo um público de classe média baixa, do ensino fundamental e ensino médio.

A participante (G) atua em uma unidade de ensino atendendo um público de classe média baixa, sendo compostos por cento e trinta e seis alunos indígenas da etnia Xerente, do 6º ao 9º ano do ensino fundamental, a participante (H) atua em uma escola atendendo um público de classe média baixa, do ensino fundamental ao ensino médio.

Para dar autenticidade a pesquisa de campo apresentará de maneira sucinta o que foi relatado pelas profissionais participantes individualmente.

Segundo relato da profissional (A) que atua em uma Unidade de Ensino do município, sendo essa unidade atendente de um público considerado de classe média mantida pela Congregação das Religiosas da Assunção e Conveniada ao Estado do Tocantins, atende do 6º ano do Ensino Fundamental a 3ª série do Ensino Médio, sendo essa unidade fundada em 1962, tendo em vista um ensino com princípios e fins da educação nacional e iluminada pelos ensinamentos e diretrizes da Igreja Católica.

A profissional pontua que o serviço social na unidade tem como “*objetivo do serviço social na unidade*” garantir o acesso e a permanência do aluno na educação, além de identificar e propor alternativas de enfrentamento as manifestações da questão social, seja essa no atendimento aos alunos, familiares ou comunidade escolar em geral, que as “*demandas mais frequentes observadas*” até em tão são evasão escolar, relação de conflitos entre alunos, automutilação, abuso sexual, preconceito de raça e gênero, *bullying*. Por isso o Serviço Social vigente na escola está implementando o fortalecimento e articulação com as redes de proteção socioassistencial no acompanhamento dos alunos de evasão escolar, estudo socioeconômico e ações que combatem qualquer tipo de preconceito, busca-se também promover a inclusão dos estudantes que possuem algum tipo de deficiência.

Quando questionada sobre “*o que faz um assistente social na educação*” a profissional (A) conta que sua atuação no contexto educacional pode contribuir para efetivação da democratização da educação ampliando o acesso da população à escola pública, assim como um maior incentivo a participação efetiva da comunidade escolar nas esferas de poder decisório da escola, a parceria da escola com a família, comunidade e a sociedade. Portanto o Serviço Social inserido nesse ambiente possibilita a garantia no âmbito dos direitos e deveres da população, em relação aos “*desafios impostos à categoria profissional*” a mesma diz que há uma luta pelo reconhecimento da profissão no ambiente escolar à falta de recursos para desempenhar seu trabalho com qualidade, pois não possuem nenhum recurso ou transporte pra realização de visita domiciliar o que impede da profissional saber de fato qual é a realidade do aluno que esteja precisando de sua intervenção profissional.

Portanto os “*instrumentais utilizados pela profissional*” (A) é a observação, a escuta, o relatório, a ficha de encaminhamento, e o questionário socioeconômico, a participante diz que as expressões da questão social encontradas na unidade consiste mais na evasão escolar, crises de ansiedade pós-período pandêmico o que ocasionou com o abuso sexual uma vez que a unidade é considerada de classe média, a

profissional fala que sua *“relação com os demais profissionais”* no início foi um pouco conturbada o que a restringiu de atuar com perfeição já que muitos não tinham conhecimento do que é o serviço social.

Mas que hoje é possível desenvolver seu trabalho com clareza e **autonomia** sua intervenção, mais que essa **autonomia** é relativa já que no ambiente escolar nem sempre se tem a **autonomia** que o profissional deseja por haver barreiras em demais áreas.

Sobre *“como se dá a sua intervenção”* a profissional (A) falou que primeiro se identifica o aluno, o acolhe, faz se a escuta. Uma vez identificada às expressões da questão social, os pais ou responsáveis são convidados a comparecer na unidade de ensino, a escola o encaminha a rede de proteção, pois em se tratando de menores de idade não pode realizar encaminhamento sem comunicar os responsáveis. Ela pontua que as redes de proteção sócia assistencial são grandes parceiras da instituição, assim sempre que a unidade necessita estão prontos para colaborar.

Quando foi questionada sobre a *“relação com os demais profissionais”*, ela respondeu que devido o profissional assistente social compor uma equipe multidisciplinar dentro da escola teve dificuldade de interlocução com os demais uma vez que as demandas eram apresentadas a equipe multiprofissional e o psicólogo estava sempre em primeira opção e quando havia devolutiva era a orientação ou coordenação o que ocasionava em conflitos”, nas palavras da participante a classe não tinha reconhecimento, com o passar do tempo às coisas foram se ajeitando o que possibilitou uma boa relação não só com a equipe, mas com todo o corpo escolar.

Quando pedimos sua opinião sobre a *“política de educação”*, ela disse que esta precisa ser melhorada haja vista que a educação influencia e é influenciada pela produção e reprodução das relações sociais, mudanças são necessárias ainda mais no contexto contemporâneo em que vivemos atualmente.

Encerramos a entrevista questionando como o *“assistente social pode contribuir com a qualidade educacional no contexto atual”*, ela disse que é essencial a presença do profissional na política de educação principalmente no que tange os projetos sociais que envolvem famílias, pois visa uma ação conjunta no que incide sobre os resultados e uma melhor qualidade de vida dos alunos. Sendo assim essa articulação entre a política educacional e o assistente social garantirá a inclusão e acesso dos estudantes nos programas, bens e serviços da rede socioassistencial,

promovendo o fortalecimento da cidadania por meio da convivência familiar e comunitária.

Em seguida, abordamos a pesquisa realizada com a profissional (B) que também atua em uma unidade de ensino da cidade de Miracema, ela relata que essa escola apresenta um quantitativo de 401 estudantes matriculados e distribuídos do 6º ano ao 9º ano do Ensino Fundamental, ofertando ainda o Ensino Médio Regular na Zona Rural do Município e EJA, 1º e 2º Segmentos (Sistema Prisional). Sendo essa diferenciada da outra citada, uma vez que a comunidade escolar é composta predominantemente de alunos de classe baixa ou vulnerabilidade socioeconômica familiar, assim sendo, muitos estudantes trabalham para complementar a renda familiar.

Questionada sobre qual o “*objetivo do serviço social na unidade*” a mesma fala que, insere-se na perspectiva de garantia e acesso aos direitos sociais e ações para melhoria do ensino e aprendizagem dos alunos, contudo, ela tem como atividade mediar, orientar e propor ações que envolvem a realidade social da comunidade.

Em relação às “*demandas apresentadas no ambiente escolar*” pontua que é o baixo rendimento escolar, evasão escolar, desinteresse pelo aprendizado, preconceito sendo esse de natureza (Religiosa, racial, Sexual, cultural, Linguística e social), o *bullying*, *cyberbullying*, a gravidez na adolescência além de ações de acompanhamento e encaminhamento referentes à indisciplina.

Em relação às “*atividades desenvolvidas na unidade*” destacam-se as rodas de conversa e oficinas sobre o *bullying*⁵ e *cyberbullying*,⁶ palestras e conversas sobre autismo, abuso e violência sexual, outubro rosa, novembro azul e consciência negra, pois os alunos têm idade entre 10 e 54 anos.

Quanto aos “*desafios*” a profissional (B) explana que há incerteza quanto à função ou forma de atuação do assistente social na escola, assim como, falta de capacitação ou formação para esses profissionais, ela diz ainda que falta um espaço

⁵ O termo em inglês “Bullying” é derivado da palavra “bully” (tirano ou brutal), ainda que esse tipo de agressão tenha sempre existido, o termo foi cunhado na década de 1970, pelo psicólogo Dan Olwe, o Bullying corresponde à prática de atos de violência física ou psicológica, intencionais ou repetidos, cometidos por um ou mais agressores contra uma determinada vítima (Daniela Diana, 2011 - 2023, p.01)

⁶ O termo é formado a partir da junção das palavras cyber, palavra de origem inglesa e que é associada à comunidade virtual nas mídias digitais, como as redes sociais. Cyberbullying é a violência praticada contra alguém na internet, em redes sociais ou outro meio digital. É também chamado de bullying cibernético, praticar cyberbullying significa usar o espaço virtual para intimidar, hostilizar, ou humilhar uma pessoa, difamando, insultando ou atacando moralmente, no Brasil existe a Lei 13.185, responsável pelo Programa de Combate a Intimidação Sistemática (Enciclopédia Significados, 2011 – 2023, p.01).

físico adequado ao atendimento e até mesmo as condições precárias de trabalho para o atendimento da questão social na escola e o distanciamento dos pais ou responsáveis no ambiente escolar.

A profissional fala que os *“instrumentais do Serviço Social mais utilizado na escola”* são entrevista, visita domiciliar, busca ativa, observação, ficha, encaminhamentos, relatórios e trabalho em grupo, no referente *“às expressões da questão social”* é violência verbal, *bullying*, violência física, dificuldade de acesso à saúde e dificuldade de aprendizagem, a participante pontua que a direção apoia as ações desenvolvidas pela profissional e que há uma *“interlocução”* com as redes sócias assistenciais, como (Cras, Creas, CAPS, unidade de saúde, Delegacia e conselho Tutelar).

Quando questionada sobre *“a autonomia profissional”* a mesma fala que muitas das vezes não se tem, mais que é uma luta diária para atender os alunos e manter o sigilo profissional nos atendimentos.

Ao questionarmos sobre *“o relacionamento com os demais profissionais”* ela diz que no geral é boa só há alguns desentendimentos quanto à atuação de cada profissional, em relação *“à política de educação”* a mesma pontua que se precisam valorizar os profissionais da educação assim como capacitá-los, estimular o protagonismo dos alunos desenvolvendo suas habilidades socioemocionais, melhorarem o ambiente educativo, sobre *“a intervenção do profissional na unidade de ensino”* ela atende as demandas e necessidades sociais dos estudantes o que poderá produzir resultados concretos, tanto nas dimensões materiais quanto nas dimensões sociais, políticas e culturais da população viabilizando o acesso à educação.

Finalizamos a entrevista perguntando sobre *“como o profissional assistente social pode contribuir com a qualidade educacional no contexto atual”* ela diz que se pode contribuir em novos saberes educacionais, ampliar o conhecimento entre a comunidade e a escola, promover ações para inclusão social para emancipação e formação dos estudantes em promoção da sua cidadania.

Em seguida a entrevista com a profissional (C), essa também atua como assistente social em uma das escolas Estaduais de Miracema, ela relata que sendo essa escola em regime militar, atualmente a unidade escolar conta com 530 alunos, sendo ensino médio e ensino fundamental são estudantes com faixa etária de 11 a 18 anos de idade, a instituição também oferece cursos técnicos, por ser uma escola

militar conta com a presença de três policiais, mas a assistente social (C) enfatiza que o objetivo da instituição é o aprendizado dos estudantes.

Quando questionada sobre “*o objetivo do serviço social na educação*”, ela diz que é acompanhar a infrequência escolar para que não aja evasão escolar, orientar sobre guarda tutela adoção, situações relacionadas à vulnerabilidades socioeconômicas e acompanhamento familiar, em “*relação às demandas apresentadas ao assistente social*” as mais frequentes são infrequência escolar, violência doméstica, abuso sexual, alguns tipos de transtornos, evasão escolar, conflitos entre os estudantes, a profissional atua há um ano na educação.

A assistente social (C) fala que as “*atividades que estão sendo implementadas pelo serviço social na unidade escolar*” são a realização de ações contra o *bullying*, a violência e o abuso sexual, palestras ou rodas de conversas sobre gravidez precoce entre outras, sobre “o perfil dos alunos” em sua maioria moradores do próprio município e outros de cidades vizinhas, sendo essas moradias próprias, alugadas ou cedidas por terceiros enfim população de baixa renda, sobre o “*trabalho do assistente social na escola*” a mesma pontua que atua no acompanhamento de infrequência escolar, acompanhamento familiar quando necessário, a visita domiciliar para entender melhor o contexto familiar.

Quanto aos “*desafios que ela encontrou pra prática profissional*” citou que o desafio de ser aceita na escola pela equipe escolar é muito grande, uma vez que os profissionais não sabem quais as atribuições do assistente social, os estudantes também não sabem o que dificulta a interação com os demais, mais que aos poucos o espaço foi conquistado, “*os instrumentais*”, mas utilizados pela profissional são a visita domiciliar, a observação e o encaminhamento.

Sobre “*as expressões da questão social que se apresentam na escola*” a assistente social (C) explica que a falta de condições financeiras, moradias precárias, violência doméstica, repressões psicológicas e analfabetismo dos pais ou responsáveis. Ao questionar sobre as “*condições de trabalho*” ela diz que o colégio por ser militar oferece o transporte para locomoção no caso à viatura, mas como ela atua também em outra unidade escolar nessa precisa-se utilizar transporte próprio.

Em relação à “*interlocução da escola com a rede sócia assistencial*” a profissional fala que trabalha diretamente com o CREAS, mas a casos encaminhados para o CAPS, a qual sempre se tem retorno ou reuniões com as redes do município, ela diz que dispõe de “*autonomia*” para atuar na unidade escolar, que tem um bom

entrosamento com a equipe multiprofissional e consegue realizar ações com os estudantes e com os professores.

Ao final da pesquisa perguntou-se sobre o que a “*assistente social (C)* achava da *política de educação*”, e a mesma falou que diante do contexto atual a educação deveria programar mais políticas voltadas à educação e que estas sejam implantadas de forma positiva que agregue conhecimento, ensino e aprendizagem aos estudantes, sobre a “*intervenção que ela faz*” essa se dá através da escuta ativa, visita domiciliar, estudo de caso, encaminhamentos para as redes de proteção à criança e ao adolescente, ações de intervenções com os estudantes.

Por fim a profissional (C), diz que “*o assistente social pode contribuir na política educacional*” por meio do seu olhar diferenciado as diversas situações e demandas que chegam até a escola, que através da escuta ativa do acolhimento individual e coletivo pode-se realizar e contribuir com muitas ações realizadas na escola.

Quanto ao relato da profissional (D) ela atua como assistente social em uma das escolas estaduais de Nazaré Tocantins, a unidade escolar conta com um público de 302 estudantes do ensino fundamental e ensino médio, nos períodos matutino e vespertino, a unidade busca traçar estratégias de ações conjuntas e imediatas nas demandas que surgirem, assim como analisar o índice de infrequência escolar.

Quanto ao “*objetivo da instituição*” a unidade visa contribuir para a garantia da educação dos alunos enquanto direito social bem como prevenir situações de violência de direito como o próprio acesso a escola, seguindo com o relato a profissional (D) fala que em questão de “*demandas*” são várias e que a mesma busca ir além da dimensão estratégica e garantir o acesso e a permanência do estudante no colégio assim como garantir uma educação de qualidade, por meio da abordagem individual e coletiva com os estudantes e seus familiares, a mesma atua há um ano na instituição.

Em relação às “*atividades desenvolvidas pelo serviço social na instituição de ensino*” a parceria com a busca ativa, palestras, visitas na sala de aula, o acolhimento, no tocante ao “*perfil da população usuária no caso alunos*”, a mesma não forneceu informação se são em sua maioria baixa renda ou classe média, já sobre o “*fazer profissional*” a assistente social disse que atua em várias situações como a infrequência escolar, evasão, registro no programa busca ativa, palestras educativas dentre outras.

Quando questionada sobre os “*desafios*” a profissional (D) fala que por enquanto só a afeta o seu nervosismo em relação à ministração de palestras mediante o público-alvo, os “*instrumentais mais utilizados*” para realização do seu trabalho são as visitas domiciliares, palestras, fichas, relatórios e o acompanhamento da frequência do aluno, quando questionada sobre a “*questão social*” dentro da escola a profissional (D) não quis responder.

Sobre o “*suporte para a sua intervenção profissional*” a participante diz que a escola fornece mais que é realizado em conjunto com a equipe multiprofissional, em relação “*a interlocução*” a unidade tem parceria com o CRAS, Secretaria de Segurança e Conselho Tutelar, sobre “*a autonomia profissional*” a assistente social diz que tem, mas sempre consulta a direção caso haja alguma ocorrência antes de agir.

No tocante a “*relação com os demais profissionais*” ela relata que pôr a escola ser um espaço social e educacional é permitido à troca de experiências entre os funcionários, e que sua relação com a equipe é muito boa, portanto, para ela a política de educação precisa ser mais discutida e ter mais formação prática, quanto ao “*processo de intervenção*” ela procura sempre observar se há algo errado aborda o estudante para conversar particularmente.

Finalizamos a entrevista perguntando de que forma “*o assistente social pode contribuir com a educação na atualidade*” a profissional pontua que se pode contribuir para a efetivação da democracia e ampliar o acesso da família com a comunidade escolar, por meio da parceria da escola com a família.

Ao que se refere ao relato da profissional (E) ela atua como profissional assistente social na (SEMED) do Município de Rio dos Bois Tocantins, atendendo tanto as unidades de ensino municipal como o estadual, ela diz que juntamente com uma profissional Psicóloga atende duas escolas na zona urbana e uma na zona rural, portanto três instituições com atendimento a educação infantil e ensino fundamental.

A população usuária é composta de crianças e adolescentes entre 4 e 14 anos, ela pontua que há crianças em defasagem escolar, ou seja, distorção série idade, sobre o perfil são em sua maioria beneficiarias do Programa Bolsa Família, portanto população de baixa renda.

A profissional (E) fala que o “*objetivo do serviço social na instituição*” é identificar e atender as demandas decorrentes da questão social que atravessa o cotidiano da educação, a profissional explana que mesmo a política de educação

sendo uma política pública de Direito Constitucional, deve ser garantida não só como democrática e acessível, a todos os sujeitos, mais que essa política seja garantida, sobretudo com qualidade de ensino, promovendo o crescimento do indivíduo como cidadão de direito.

Em relação às *“demandas da profissional na educação”* ela diz uma das principais é combater a evasão escolar, ou a infrequência escolar, a permanência do aluno na escola, buscar aproximação da família com a escola, assim como da escola com a família, a assistente social atua há um ano e oito meses na educação, sobre as *“atividades implementadas pelo serviço social na escola”* diz que é a eliminação de toda e qualquer forma de preconceito, intervir em determinadas circunstâncias e demandas provenientes a equipe, fortalecer e articular as parcerias junto à rede sócia assistencial, o atendimento individual e coletivo, acompanhamento social, a realização de palestras com a comunidade escolar envolvendo (alunos, família, professores, equipe pedagógica, direção, orientação e comunidade em geral).

Quando questionamos sobre o que seria a *“atuação profissional na educação”* disse que o assistente social na educação atua no comprometimento do bem-estar dos alunos e da equipe, além de colaborar na identificação da dificuldade de aprendizagem dos estudantes, e tem de realizar ações de conscientização pertinentes de alguns temas que problematizam a educação, em relação aos *“desafios encontrados”* a profissional (E) enfatizou a dificuldade financeira da política pública e o reconhecimento da profissão na área educacional.

Sobre os *“instrumentais utilizados pelo serviço social”* são a entrevista, encaminhamento, a visita domiciliar, o dialogo, a observação, a documentação, os recursos áudio visuais, as palestras, as rodas de conversa, as fichas de demandas, o contato telefônico, o registro, o planejamento e o relatório social, já as *“expressões da questão social”* a mesma pontua que é a evasão escolar, a violência doméstica, a fome, a exclusão e o preconceito, no referente ao *“suporte para realização da intervenção”* a unidade oferece, porém possuem outros desafios, pois não há computador para uso no serviço, tendo então a profissional de usar o seu próprio ela também diz que falta transporte para realização do trabalho na zona rural.

Em relação à *“interlocução com a rede”* a escola possui parceria com o CRAS, Conselho Tutelar, CREAS, Unidade de Saúde (SUS), dentre outros, ela disse que sendo necessária a escola também acessa outras instituições de rede para melhorar a intervenção, ademais sempre se realiza ações educativas com todas as instituições

da rede, sobre a *“relação com os demais profissionais”* a assistente social fala que tem um pouco de dificuldade já que nem todos compreendem o serviço social, ou seja, não sabe o que é o objetivo da profissão, assim como certa resistência em realizar palestras com os mesmos, ela disse que os demais profissionais alegam ter pouco tempo livre e quando tem é gasto no planejamento de aulas, enfim a assistente social busca compreendê-los assim quando tem tempo de realizar preza pela qualidade.

Pedimos sua opinião sobre a *“política de educação”* ela explicou que a educação por ser tema amplo tem possibilidade de melhorar, mas depende dos governantes e gestores políticos a enxergarem como prioridade em suas ações e não somente no seu discurso, pois mesmo a educação sendo obrigatória necessita-se ir além e ser vista também como política pública legislativa e de qualidade e não apenas obrigatória, sobre o processo de *“intervenção”* a mesma falou que se realiza de acordo com as demanda já que cada demanda é única, mais sempre prezar pelo acolhimento, a ética, a observação e o diálogo.

Por fim perguntamos como o *“profissional assistente social pode contribuir com a educação”* a profissional (E) disse que pode contribuir de diversas maneiras, como já faz diariamente além de contribuir na permanência do aluno na escola, lutando contra o preconceito, o racismo, a exclusão social, trabalhar em favor da equidade, da inclusão e da qualidade, pois diante de seu olhar crítico o assistente social consegue ver para além das paredes da escola as demandas decorrentes da questão social.

O relato da profissional (F), deixa claro que esta atua na unidade de ensino estadual no Município de Miranorte Tocantins, em uma unidade que conta com um total de 600 alunos, sendo nas modalidades de ensino fundamental do 6º ao 9º, ensino médio e EJA. Sobre o *“objetivo do serviço social na educação”* ela disse que é assegurar, orientar e garantir que os alunos tenham acessos aos seus direitos.

No tocante as *“demandas do assistente social na educação”* a profissional fala que há desinteresse de modo geral já que as famílias são negligentes no acompanhamento dos filhos, muitos responsáveis não participam das reuniões, outras famílias vão além quando convidadas a comparecer pra debater as insubordinações de seus filhos alegam não conseguir dar conta dos filhos, quanto as *“atividades implementadas pelo serviço social”* a profissional afirmou que realiza rodas de conversa temáticas, com temas pertinentes ao desenvolvimento do aluno como drogas, gravidez precoce, *bullying*, palestras, oficinas.

Quando questionamos sobre o “*fazer profissional*” a mesma explica que quando não está atendendo individualmente auxilia a orientadora no preenchimento de fichas, relatórios, aplicando advertência, suspensão, entrando em contato com os pais quando necessário, além de participar de reuniões semanais para discutir temas necessários, em relação aos “*desafios*” explicou que não possui sala adequada ao atendimento individual, não tem material de trabalho como computador, e utilizava o seu próprio pra realizar os trabalhos, não conseguiu fazer visita domiciliar por falta de transporte ou ajuda de custo.

Portanto além desses desafios a profissional assistente social (F) diz que a escola não está preparada para receber o profissional, pois mesmo a recebendo não dispõem de condições apropriadas de trabalho, uma vez que divide o espaço com outros profissionais, não passou por capacitação, e tem dificuldades de participação familiar, os “*instrumentais mais utilizados*” são entrevista, observação, trabalho em grupo, encaminhamento, visita domiciliar às vezes uma vez que como já foi explicado não dispõem de transporte salvo quando é algum caso grave ai conta com auxílio do conselho tutelar, a mesma diz que há muitas demandas, mas sem auxílio dificulta a intervenção.

Sobre as expressões da “*questão social*” a entrevistada respondeu que é a negligência familiar, o desinteresse dos alunos, a evasão escolar, (muitos alunos não evadiram, mas contam como infrequentes) e a gravidez na adolescência, quanto ao “*suporte para a intervenção*” ela afirmou que parcialmente, pois mesmo a escola oferecendo a melhor condição necessita um espaço individual para o atendimento, de um veículo para realização de visitas domiciliares, ou até mesmo ajuda de custo para que se possa realizar o trabalho com competência.

Em relação à “*interlocução da escola com a rede sócia assistencial*” ela disse que tem, embora demore um pouco em responder quando encaminhadas às demandas as redes, quando questionamos sobre a “*autonomia profissional*” a assistente social explicou que parcialmente, desde que siga todas as regras da instituição, tem que cumprir carga horária de 40 horas sendo 10 horas a mais das que temos garantidas, além de que quando houver eventos o horário se estende ainda mais, sobre a “*relação com os demais profissionais*” ela disse que se relaciona bem com toda a equipe escolar.

No referente à “*política de educação*” a mesma explicou que precisa melhorar, pois segundo ela um aluno passa 13 anos de sua vida na educação básica e sai sem

nem um prepara para o futuro, que há ainda muita luta e um caminho longo a percorrer. Quando questionamos como acontece a “*intervenção na educação*” a entrevistada respondeu que a mesma se dá através do acolhimento, da escuta, da entrevista, ela analisa as opções viáveis para realizar o atendimento da demanda e faz os devidos encaminhamentos necessários ou passa as orientações oportunas.

Ao ser questionado sobre como o “*assistente social pode contribuir com a qualidade da educação*”, ela explana que na atualidade não é possível separar a vida pessoal da acadêmica do aluno, e que os alunos demonstram desinteresse, ansiedade, apatia, que muitos não aparentam ter perspectiva de futuro, pois estão constantemente trazendo problemas familiares para o ambiente escolar, não possuem foco no conteúdo ministrado em sala de aula, portanto, para ela a ajuda psicossocial é de extrema importância, mas por mais que se oferte no Estado ainda carece de melhorias e condições objetivas que possibilite realizar uma intervenção de qualidade aos alunos atendidos.

Em seguida apresentamos o relato da profissional (G), a mesma atua há um ano na instituição de ensino da rede estadual, localizada na cidade de Lizarda, a escola atende 350 alunos com faixa etária entre 10 e 18 anos, oferta o ensino fundamental e ensino médio. no tocante ao perfil da comunidade escolar é em sua maioria de família de baixa renda. Quando perguntamos qual o “*objetivo do serviço social na instituição*”, a mesma respondeu que é combater as desigualdades presentes na sociedade e na comunidade escolar, exemplo a pobreza, a discriminação de raça, de etnia, de gênero, o desemprego, a violência, dentre outros, além de atender as demandas sociais.

Ao questionarmos sobre as “*demandas do assistente social na educação*”, a entrevistada disse que as mais frequentes é a realização de mapeamento institucional, o trabalho intersetorial, a construção de vínculo entre os serviços, a realização e a construção de documentos técnicos, e a realização de estudo social. Em relação às “*atividades implementadas pelo serviço social*”, o entrevistado afirmou que são o auxílio a busca ativa de alunos, a escuta qualificada de estudantes, das famílias e dos servidores, as palestras educativas, os encaminhamentos, a viabilização de direitos humanos e sociais entre outros.

Sobre o “*fazer profissional*” a assistente social (G) fala que é atender as demandas sociais individuais e grupais, além de mediar, orientar e propor ações envolvendo os diferentes sujeitos sobre situações que se apresentam na sala de aula

que envolve a realidade social da comunidade escolar. A respeito dos “*desafios impostos a prática profissional*” a entrevistada afirmou que seria a desmotivação do aluno, a falta de perspectiva, a infrequência e a evasão. Em relação ao “*instrumental técnico operativo*”, ela relatou que é o plano de trabalho por aluno, a entrevista, a ficha de acompanhamento, a visita domiciliar e escuta qualificada.

No referente às “*expressões da questão social*” as mais encontradas no ambiente escolar são o desemprego, o subemprego, o trabalho infanto-juvenil, a baixa renda, a fome, a desnutrição, os problemas de saúde, as habitações inadequadas, as drogas, os pais e os famílias negligentes. Quanto ao “*suporte para intervenção profissional*” a mesma diz que em parte tem, mas precisa melhorar, pois ainda se encontra dificuldade em construir uma prática de qualidade no meio educacional em favor da igualdade e da justiça social. Perguntado sobre a “*interlocução da escola com a rede sócia assistencial*” ela diz que sim, tem parceria. Quando questionado acerca da “*autonomia profissional*” a mesma falou que sim, mas que precisa ter estrutura para isso acontecer.

Quando questionamos sobre a “*relação com os demais profissionais da educação*” a profissional (G) disse que trabalha em parceria com a equipe, mas que é um relacionamento cordial de respeito e amizade, que busca sempre a compreensão e o entendimento do trabalho do serviço social na instituição. Em relação à “*política de educação*” ela disse que precisa melhorar, uma vez que a educação básica está longe de ter a qualidade que almejamos para os alunos, o participante também acrescentou que agora que faz parte dos profissionais da educação percebe a falta de compromisso dos governantes para com a comunidade escolar.

Ela continua dizendo que precisa haver um plano de ação que desperte o interesse do aluno que renasça o desejo de aprender, a adquirir conhecimento e a ter uma perspectiva de futuro.—Ao ser questionada como “*acontece a intervenção profissional*” a participante (G) fala que precisa ser prepositivo, ter autonomia e persistência uma vez que para ela uma intervenção qualificada faz toda diferença na vida dos alunos.

Finalizamos a entrevista perguntando como o “*profissional assistente social pode contribuir com a educação*” ela falou que pode contribuir para a efetivação da democratização da educação, ampliando o acesso da população a escola pública, ter a participação efetiva da comunidade escolar nas esferas de poder decisório da escola, assim como a parceria da escola com a família, a comunidade e a sociedade.

Por fim apresentamos o relato da última participante da pesquisa, a profissional (H), a mesma atua há um ano, em uma das unidades de ensino de Tocantínia, a escola atende 311 alunos dos quais 136 são da etnia Xerente, sendo essa em regime integral desde ano 2012, com horário de funcionamento das sete às dezesseis e vinte (semanal), atende um total de doze turmas do 6º ao 9º do ensino fundamental.

Quando perguntamos qual o “*objetivo do serviço social na instituição*” a mesma disse que é contribuir no processo de ensino e aprendizagem das crianças e adolescentes da 2º fase do ensino fundamental. sobre as “*demandas apresentadas ao assistente social*” ela falou que são a orientação às famílias, mediar conflitos, garantir o acesso e permanência além de auxiliar a busca ativa, sobre as “*atividades implementadas pelo serviço social*”, a mesma afirmou que é o atendimento social, o registro, o monitoramento e o acompanhamento, sobre o perfil da comunidade escolar é composta de famílias de baixa renda.

Ao que se refere ao “*fazer profissional*” a profissional (H) disse que o assistente social trabalha junto com a equipe multiprofissional orientador e psicólogo, no atendimento ao corpo docente e discente dentro do espaço escolar, especificamente no setor de orientação educacional. A respeito dos “*desafios para a pratica profissional*” ela pontuou que ter uma carga horária de 30 horas, ter uma sala apropriada quando necessário fazer um atendimento em sigilo, bem como, um armário adequado para o armazenamento dos matérias utilizados. Quanto aos “*instrumentais técnicos operativos utilizados*” a participante utiliza a visita domiciliar, a observação e o encaminhamento.

Ao ser questionada sobre as expressões da “*questão social*” ela relata a violência verbal, o preconceito, e pais desempregados que vivem do auxílio bolsa família. Acerca do “*suporte profissional*” ela disse que tem pouco, pois falta transporte para fazer as visitas domiciliares, com relação a “*interlocução com a rede sócia assistencial*” a assistente social disse que tem parceria com o CRAS, Defensoria Pública, Saúde (SUS) e Conselho Tutelar.

A respeito da “*autonomia profissional*” a profissional (H) disse que as decisões devem ser tomadas em equipe, mais em casos específicos podem ser resolvidos com a opinião mediante relatório da assistente social. Acerca da “*relação com os demais profissionais*”, ela destacou que no início foi tenso, mas hoje já consegue trabalhar tranquilamente e respeitosamente, no que se refere a “*política de educação*” a profissional disse que precisa ser melhorada, pois além de ser

extremamente pedagógica deve ser também humanizada, com um olhar mais voltado ao contexto social familiar.

Quando perguntamos como se dá a *“intervenção profissional”* respondeu que sempre preza pelo direito da criança e adolescente, guiado pelo nosso projeto ético e político. Sobre como o *“assistente social pode contribuir com a educação”* ela disse que é partindo da compreensão do contexto familiar social das crianças e adolescentes, tal como compreender os objetivos da educação com o olhar crítico de que a educação é um direito de todos ter acesso, mas que todas as oportunidades devem ser apresentadas para a permanência desse aluno, para que se alcançar o resultado da conclusão.

Antes de iniciarmos a análise e discussão destacamos que tudo que foi abordado e falado na pesquisa de campo pelas participantes foi comprovado pela pesquisadora, uma vez que ela teve o privilégio de estagiar em uma das unidades de ensino estadual onde se realizou a pesquisa, ficando assim comprovada a dificuldade vivenciada e relatada pelas profissionais, bem como a necessidade desse profissional no ambiente educacional, marcado pelas diversas expressões da questão social.

4.4 Análise e discussão a partir dos relatos das participantes da pesquisa

De acordo com o relato das profissionais há inúmeras diferenças entre as instituições, pois, mesmo a maioria atendendo um público de classe média baixa, à escola de classe média, em regime militar, uma com indígena e outras atendentes em zona rural, bem como, atendimento em sistema prisional, portanto, um público bem diversificado.

Em relação ao *“objetivo do serviço social na instituição”*, as participantes responderam basicamente o mesmo, afirmando que tal objetivo é entendido como garantir os direitos dos alunos, identificar as manifestações da questão social na escola, acompanhar a infrequência escolar bem como acompanhamento familiar, uma das participantes acrescentou que além do que já foi citado deve mediar orientar e propor ações que envolvem os sujeitos, outra participante acrescentou também, conhecer a realidade familiar e combater as desigualdades sociais e as discriminações de gênero, de raça e outros.

Sobre *“quais as demandas do assistente social na educação e quanto tempo atuam na área”*, as mesmas responderam que é a evasão escolar, os conflitos entre

alunos e entre os alunos e os professores, a automutilação, o abuso sexual, o preconceito de raça e de gênero, o baixo rendimento escolar, o *bullying* e o *cyberbullying*, uma das participantes acrescentou o preconceito religioso, a gravidez na adolescência, a violência doméstica, os tipos de transtornos, o acompanhamento indisciplinar, a negligência familiar, uma também citou garantir o acesso e a permanência. Sobre o tempo de atuação na educação básica varia entre 10 meses e um ano com exceção de uma que já está atuando a quase dois anos.

Em relação “*as atividades implementadas pelo serviço social na unidade de ensino e ao perfil da população usuária/alunos*” as participantes responderam que é o fortalecimento com as redes sócio assistenciais, o acompanhamento dos alunos em risco de evasão escolar, promover a inclusão dos estudantes, as rodas de conversas, as oficinas, bem como as palestras, as ações contra o *bullying*, contra a violência e o abuso sexual, além de orientação sobre gravidez precoce, sobre as drogas, auxiliar na busca ativa escolar, uma das participantes falou também da realização do atendimento social, o registro, o monitoramento e o acompanhamento junto à comunidade escolar e a família.

O “*fazer profissional do assistente social na educação*” segundo as profissionais é contribuir na efetivação da democratização da educação, ampliar o acesso da população escolar a escola pública, bem como a aproximação da família e a comunidade escolar, a visita domiciliar, a identificação da dificuldade de aprendizagem, na infrequência escolar, uma pontua que é atender as demandas sociais tanto individual quanto grupal, outra citou o trabalho junto a equipe multiprofissional no atendimento ao corpo docente e discente especificamente no setor de orientação educacional.

Assim sendo, o artigo 8º do Código de Ética versa que são deveres do/a assistente social:

- a- Programar, administrar, executar e repassar os serviços assegurados institucionalmente;
- b- Denunciar falhas nos regulamentos, normas e programas da instituição em que trabalha, quando eles estiverem ferindo os princípios e diretrizes deste código, mobilizando, inclusive, o Conselho Regional, caso se faça necessário;
- c- Contribuir para a alteração da correlação de forças institucionais, apoiando as legítimas demandas de interesse da população usuária;
- d- Empenhar-se na viabilização dos direitos sociais dos/as usuários/as, através dos programas e políticas sociais; (CODIGO DE ÉTICA, 1993, p.31).

Duas participantes se destacaram na referida resposta uma citou todas as atribuições do assistente social na educação de acordo com a lei 13.935/2019, e a outra fez um desabafo sobre as dificuldades impostas ao profissional assistente social na política educacional, que será relatado posteriormente.

Diante disso, em relação *“os desafios para a prática profissional”* todas responderam igualmente que eram a luta pelo reconhecimento da profissão no ambiente escolar, a falta de recursos materiais como transporte pra fazer visita e armário com chaves para guardar os materiais de trabalho, a falta de formação profissional na área da educação no caso uma capacitação, a falta de espaço adequado ao atendimento dos estudantes, o distanciamento dos pais em relação à escola, a falta de aceitação do profissional pelos outros profissionais da educação. Uma das participantes citou a regularização da carga horária, pois trabalham 40 horas sendo que pela regularização do serviço social são 30 horas.

Uma das profissionais ainda destacou que, a escola não está preparada para receber o assistente social, pois além das problemáticas citadas ela observou que a falta de espaço dificulta o atendimento individual, uma vez que a assistente social divide espaço com a orientadora e se sente incomodada com o movimento da sala.

Ela relata ainda que foi prometida uma capacitação e não foi cumprida, ela pontua ainda que, quando não está exercendo sua profissão auxilia a orientadora nas demandas dela como o preenchimento de fichas, de relatórios, aplicando advertência, suspensão, entrando em contato com a família quando necessário, entretanto, ela visa superar os desafios buscando sempre garantir o seu espaço de atuação.

Os *“instrumentais técnicos operativos elas utilizam”* as assistentes sociais responderam que utilizam a observação, a ficha de encaminhamento, o questionário socioeconômico quando necessário, o relatório, a visita domiciliar quando tem transporte, o diálogo, o trabalho em grupo, a ficha de demanda, as palestras, as rodas de conversa e a escuta qualificada.

Sobre *“as expressões da questão social encontradas na escola pública de ensino básico”* sete destacaram que é a evasão escolar, as crises de ansiedade pós-pandemia, a depressão, o abuso sexual, a violência verbal, o *bullying*, a violência física, a dificuldade de acesso à saúde, a dificuldade na aprendizagem, o preconceito, o desemprego dos pais sendo que algumas famílias vivem somente com auxílio bolsa família, as moradias precárias algumas alugadas ou cedidas por terceiros, as repressões psicológicas, o analfabetismo dos pais, a negligência familiar, a gravidez

na adolescência, a fome, a exclusão, algumas acrescentaram o subemprego, o trabalho infanto-juvenil, uma das participantes não respondeu essa pergunta.

Sobre a questão social Lamamoto (2001) diz que é apreendida como “o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista, a produção social é cada vez mais coletiva, enquanto a apropriação mantém privada por uma parte da sociedade, a burguesa”. Ainda segundo a autora é preciso repensar a questão social hoje de forma diferente daquelas tratadas no período da revolução industrial, porque houve mudanças no padrão de acumulação.

O profissional inserido no campo educacional tem o dever de identificar as necessidades da comunidade escolar bem como a familiar almejando colaborar em seu enfrentamento, sendo assim, o assistente social na escola atua na prevenção e enfrentamento das expressões da questão social.

No que diz respeito ao “*suporte para que a intervenção profissional seja realizada e se tem condições de trabalho*” elas me responderam que no início foi mais difícil, uma vez que os demais profissionais da educação não conhecem o trabalho do serviço social, outras pontuaram que a escola apoiam suas decisões, mas que não possuem equipamentos para trabalhar, como o transporte para fazer visita domiciliar já mencionado e material eletrônico sendo obrigadas a utilizarem os seus próprios, duas disseram que em parte sim, mas, precisa haver melhoria na construção da prática de qualidade no meio educacional em favor da igualdade e justiça social.

O artigo 7º do Código de ética (1993), versa acerca das relações com as Instituições Empregadoras e outras:

Art. 7 constituem direitos do/a assistente social:

- a- Dispor de condições de trabalho condignas seja, em entidade pública ou privada, de forma a garantir a qualidade do exercício profissional;
- b- Ter livre acesso a população usuária;
- c- Ter acesso a informações institucionais que se relacionem aos programas e políticas sociais e sejam necessárias ao pleno exercício das atribuições profissionais; (CODIGO DE ÉTICA, 1993, p. 30-31).

Ao que se refere “*a interlocução da escola com a rede socioassistencial*” todas as participantes pontuaram que tem parcerias com o CRAS, CREAS, Unidade de Saúde (SUS), Delegacia de polícia, Conselho Tutelar, algumas relataram encaminhamento ao CAPS e a Defensoria Pública, elas também acrescentaram que mesmo com a parceria há demora no retorno dos encaminhamentos.

No que tange a “**Autonomia Profissional**” foi controverso, uma delas disse que há certa autonomia relativa, pois depende das políticas públicas, das condições objetivas e subjetivas de trabalho, outras disseram que não, mais que estão em luta pra conseguir, outra disse ter parcialmente uma vez que deve seguir as regras da instituição, uma diz que possui, mas, que precisa de estrutura para isso acontecer, outra disse que as decisões são tomadas em equipe e em casos específicos requer o relatório do assistente social.

Conforme a Campanha “Autonomia Profissional” (CRESS 12ª região, 2013) a autonomia profissional se manifesta no conjunto normativo e regulatório da própria profissão, torna-se, portanto, um direito do assistente social, que tem suas competências e atribuições muito bem definidas na Lei de Regulamentação da Profissão e no Código de Ética.

Mais de acordo com Iamamoto (2009, p.39) é preciso levar em conta as relações de forças existentes no cotidiano profissional, [...] uma vez que “autonomia é dependente da correlação de forças econômicas, política e cultural em nível societário e se expressa, de forma particular, nos distintos espaços ocupacionais.”

Perguntamos também como é “*a relação do assistente social com os demais profissionais da educação*” e algumas relataram dificuldade em compor a equipe multiprofissional, pois não havia interlocução profissional devido aos outros profissionais não reconhecerem a classe profissional do assistente social, o que ocasionava conflitos, outras disseram que foi tranquila sua inserção, uma pontuou que foi difícil uma vez que não reconheciam o serviço social na instituição, e que ela encontrou resistência em realizar suas atividades quando precisou dos demais profissionais.

Uma disse que sendo o colégio um espaço social e permitido a troca de experiências, outra destaca a parceria com a equipe pedagógica, outra falou que foi tenso mais que hoje trabalha tranquilamente e respeitosamente, bem como é um espaço novo vai haver conflitos.

O artigo 10 do Código de Ética (1993, p.33), trata das relações com assistentes sociais e outros/as profissionais, e determina:

Art. 10 São deveres do/a assistente social:

- a- Ser solidário/a com outros/as profissionais, sem, todavia, eximir-se de denunciar, atos que contrariem os postulados éticos contidos neste Código;
- b- Repassar ao seu substituto as informações necessárias à continuidade do trabalho;

e- Respeitar as normas e princípios éticos das outras profissões; (CÓDIGO DE ÉTICA, 1993, P.33).

Com base nas informações das participantes foi possível destacar que a atuação profissional mesmo encontrando algumas dificuldades trabalha na parceria e não na fiscalização do fazer profissional da equipe.

Em relação “*a política de educação básica*”, as respostas foram basicamente às mesmas, pois todas concordam que a política de educação deve ser melhorada, mas discutida, uma vez que influencia a produção e reprodução das relações sociais, uma pontou a capacitação e valorização dos profissionais, estimular o protagonismo do aluno, melhorar o ambiente educativo, outra falou que os políticos e gestores responsáveis devem pensar na educação como prioridade em suas ações e não somente em palavras na época da política.

Entretanto uma das participantes foi além, disse que o aluno na atualidade não está sendo preparado para o futuro apesar de passar tantos anos estudando saem da escola sem perspectiva de futuro, por último disse que a política de educação além de ser extremamente pedagógica deve ter um olhar voltado ao contato social familiar.

Questionamos como acontece o “*processo de intervenção profissional na educação*” e elas mencionaram que primeiro se identifica o aluno, o acolhe, o observa, dialoga e escuta, identifica-se as expressões da questão social, notifica os pais, e se for necessário fazem o devido encaminhamento, umas destacaram a visita domiciliar para conhecer a realidade do aluno, outras participantes disseram que sempre preza pelo direito do aluno e se guia pelo projeto ético político da profissão.

Quando questionadas de que forma o “*assistente social pode contribuir com a qualidade educacional no contexto atual*” todas disseram que se pode contribuir na garantia de acesso e permanência do aluno na escola e na efetivação da democratização, ao ampliar o acesso da família na escola, uma pontuou a luta contra o racismo, o preconceito e a exclusão social em favor da equidade e inclusão numa educação de qualidade, por fim, que o assistente social através de seu olhar voltado a criticidade possa enxergar para além das paredes da escola as mazelas da questão social.

Segundo o autor Almeida (2003), em seu artigo (Serviço Social e Política Educacional: um breve balanço dos avanços e desafios desta relação).

A política de educação aparece no cenário das preocupações profissionais hoje de uma forma diferenciada da que tínhamos há alguns anos. Não se trata mais de uma aproximação saudosista quanto a um campo de atuação profissional que minguou com o tempo, mas de um interesse ancorado na leitura do papel estratégico que está política desempenha do ponto de vista econômico, cultural e social. As mudanças ocorridas ao longo das últimas três décadas do século vinte no modo de produção capitalista foram decisivas para um conjunto diversificado de requisições ao campo educacional. (ALMEIDA, 2003, p.03).

Portanto neste capítulo conseguimos aclarar o que foi proposto na pesquisa de campo que é a atuação das profissionais assistentes sociais na política de educação básica, comprovando a importância de sua inclusão, apesar de suas limitações institucionais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante disso concluímos que partir da aprovação da Lei 13.935/2019 que possibilitou a inclusão do profissional assistente social na Política de Educação, por meio da luta de toda categoria sendo CRESS, CFESS, ABEPSS dentre outros, no Estado do Tocantins é algo concreto, pois mesmo que esteja em fase inicial o Serviço Social já se faz presente na política de educação básica estadual. Sendo assim por meio de suas atribuições e competências o assistente social contribui na intervenção profissional qualificada no combate as expressões da questão social presentes no ambiente escolar.

Por meio da pesquisa de campo realizada com as profissionais que estão inseridas na educação foi possível responder o objetivo da pesquisa que era compreender quais as contribuições o Serviço Social pode oferecer a escola, apesar de seus desafios e limitações. Ficou comprovada que o assistente social na escola contribui para a efetivação da democratização de uma educação de qualidade e acessível a toda população, ampliando o acesso da família com a comunidade escolar, além de contribuir na formação de novos sujeitos promovendo sua inclusão social, sua emancipação e formação para a vida em sociedade.

Ressaltamos que baseado nas considerações de Amarro (2017, p. 20):

O Serviço Social para compreender-se e aceitar-se fora da atuação restrita ao âmbito das políticas de seguridade social e que marcou a história da profissão no País, isso implica dialeticamente renovar-se para atuar na política educacional, ou seja, apreender sobre sua institucionalidade, temporalidade, dinâmicas, fluxos, e rotinas típicas bem como olhar para a complexidade das relações sociais, muito mais do que exclusivamente pedagógicas que a instituição educacional abriga a potência (AMARRO 2017, p. 20).

Mediante sua prática profissional o assistente social incluído na política de educação deve fundamentar sua atuação e ações com base no Código de Ética (1993), na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996 e no Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), Lei 8.069/1990.

Entretanto, Amarro (2017) pontua que para o trabalho do assistente social avançar é imprescindível conhecer profundamente a política de educacional vigente no País e na unidade de ensino que a profissional irá atuar, nas palavras da autora que o assistente social análise e contextualize a instituição educacional em

consonância com a LDB, a Constituição de 1988, tendo sempre em mente a contextualização e o conhecimento como demanda dirigida ao Serviço Social.

Destacamos que o trabalho do assistente social na educação consiste no auxílio e garantia de direito dos estudantes e de sua família nas unidades escolares, incentivando a participação de alunos, pais e comunidade escolar nas esferas de poder decisório da escola, além disso, fazer uso dos instrumentais como a visita domiciliar para apreender sobre a realidade social da população escolar.

Concluindo ressaltamos a importância dessa conquista para a categoria profissional, que o assistente social possa ocupar resistir e persistir nesse novo campo sócio-ocupacional, reconhecendo de forma positiva sua intervenção profissional, apesar dos desafios impostos a profissão, como é o caso do reconhecimento do Serviço Social no ambiente escolar e a incerteza quanto à atribuição ou atuação do assistente social na política educacional.

REFERENCIAS

AMARO, S. **Serviço Social em Escolas Fundamentos, Processos e Desafios**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

AMARRO, S. T. A. **Serviço Social na Escola: o encontro da realidade com a educação**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1997.

ALMEIDA, N. L. T. de. **Serviço Social e política Educacional: um breve balanço dos avanços e desafios desta relação**. I Encontro de Assistentes Sociais na Área de Educação, no dia 28 de março de 2003, Belo Horizonte. Disponível em: <https://necad.paginas.ufsc.br/files/2012/07/O_Servico_Social_na_Educao_perspectivas_socio_ocupacionais1.pdf>. Acesso em jul.2023.

ALMEIDA, N. L. T. **Serviço Social na Educação**. In: Revista Inscrita. CFESS, 2001. Grupo de estudos sobre serviço social na educação: Liliane Capilé, Charbel Novais, Maria Augusta da Costa Prola, Marylucia Mesquita, Verônica Pereira Gomes, Zita Alves Vilar, Carla Rosane Bressan (coord.) Brasília/DF Setembro/2001.

AZEVEDO, J. M. L. **Implicações da Nova Lógica de Ação do Estado Para a Educação Municipal**. Educ. Soc. Campinas, v 23, nº 80, setembro/2002, p. 49 – 71.

BASTOS, M. de J. Políticas Públicas de Educação Brasileira. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Edição 05. Ano 02, Vol. 01. p. 253-263, julho de 2017. Disponível em: <<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educação/políticas-publicas>>. Acesso em: nov. 2022.

BLOG, Portal da Educação. **Reflexões sobre a história das políticas educacionais no Brasil** (2021). Disponível em: <<https://blog.portaleducacao.com.br/reflexoes-sobre-a-historia-das-politicas-educacionais-no-brasil/?amp>> Acesso em: 02 nov. 2022.

BARROS, C. de F. **O trabalho do assistente social na educação: demonstração do plano de ação na escola**. (2017). Dissertação (Mestrado em Política Social e Trabalho) da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, 2007.

BEZERRA, M. da S. **A Importância do Serviço Social na Escola**. (2017). Monografia (Graduação em Serviço Social), Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2017.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Brasília: Senado Federal, 2000.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional **Lei número 9394**, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. Código de ética do/a assistente social. **Lei 8.662/93** de regulamentação da profissão. 10ª. Ed. rev. e atual. – [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012].

BRASIL. **Lei n.13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF., 26 jun 2014. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: jul. 2022.

BRASIL. **Lei 13.395/2019. de 11 de dezembro de 2019.** Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13935.htm>. Acesso em: mai. 2023.

BOLORINO, E.C. M. **Educação e serviço social: elo para a construção da cidadania.** Doutora em Serviço Social, PUC/SP, São Paulo, 2007.

CAMPANHA “**Autonomia Profissional**” – CRESS 12ª Região
Disponível em: <<https://cress-sc.org.br/2013/09/05/campanha-autonomia-profissional/>>. Acesso em: jul. 2023.

COMISSÃO de Educação e Cultura. **Projeto de Lei nº 3.688**, de 2000.
Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=319599#:~:text=O%20Projeto%20de%20Lei%20n%C2%BA,de%20Cidadania%20desta%20Casa%20Legislativa>. Acesso em: mai. 2023.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **Gestão Melhor ir à luta com raça e classe em defesa do serviço social.** Brasília-DF (2020-2023).

CFESS-CRESS, **Subsídios Para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação:** Elaborado pelo Grupo de Trabalho do Conjunto CFESS-CRESS Serviço Social na Educação, Gestão Tempo de Luta e Resistência (2011-2014).

CORTI, A. P.; CÁSSIO, F.; STOCO, S. (Org.). **Escola Pública:** práticas e pesquisas em educação. Santo André, SP: Ed. UFABC, 2023. (Rede Escola Pública e Universidade).

CONEXÃO, Tocantins. **Educação divulga critérios para lotação de psicólogos e assistentes sociais nas escolas da rede estadual.** Estado Secretaria de Educação (SEDUC) divulgou no Diário Oficial nº 6252.
Disponível em: <[Educação divulga critérios para a lotação de psicólogos e assistentes sociais nas escolas da rede estadual - Conexão Tocantins - Portal de Notícias \(conexaoto.com.br\)](https://www.conexaoto.com.br/noticias/educacao-divulga-criterios-para-lotacao-de-psicologos-e-assistentes-sociais-nas-escolas-da-rede-estadual)>: Acesso em mai. 2023.

FERREIRA, D. S.; DESLANDES, S. F.; NETO, O. C.; GOMES, R.; MINAYO, M. C. de. S. (Orgs.) **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis: RJ: Vozes, 1994.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Orgs.). **Métodos de pesquisa**. Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. - Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

IAMAMOTO, M. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico/metodológica** 10 ed. São Paulo: Cortez 1995.

IAMAMOTO M.V. **questão social no capitalismo contemporâneo**. Temporalis/Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ano. 2, n.3 (jan./jun.2011). Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001. 88p.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisas educação. **Taxa de Escolarização de 6 a 14 anos de idade (2010) por Município**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao.html>>. Acesso em: jun.2023.

MARTINS, G. S.; HERNANDORENA, M. do C. A. **Serviço Social na Educação: Perspectivas e Possibilidades** - Porto Alegre: CMC 2012.

MOREIRA. S. (coordenadora). **Atribuições Privativas do/a Assistente Social em Questão: Organização – comissão de Orientação e Fiscalização Profissional (Cofi/CFESS)**. Volume 2, Brasília 2020. Disponível em: <[CFESS202-AtribuicoesPrivativas-Vol2-Site.pdf](#)>. Acesso em: dez. 2022.

OLIVEIRA, O. M. de **O serviço social na política de educação: Apontamentos e Reflexões**: apontamentos e reflexões disponível em <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo13/o-servico-social-na-politica-de-eudcacao-apontamentos-e-reflexoes.pdf>> acesso em: jan.2023.

SITE oficial do Conselho Federal de Psicologia. **CFP e Conselho Nacional do Ministério Público** Estreitam Parceria para implantação da Lei 13.935/2019. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/cfp-e-conselho-nacional-do-ministerio-publico-estreitam-parceria-para-implantacao-da-lei-13-935-em-todo-o-pais>>. Acesso em: jul. 2023.

PIANA, M. C. **Serviço Social e Educação: Olhares Que Se Entrecruzam**. Serviço Social e Realidade, França, v, 18, nº 2, p. 182 – 206, 2009.

PIANA, M. C.A. **A Construção do perfil do assistente social no cenário educacional**. São Paulo: Editora UNESP; Cultura Acadêmica, 2009.

PRODANOV, C. C.; FREITAS. C. de. **Metodologia do trabalho científico** métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo. Feevale, 2013.

ROSSA, A. **Serviço Social na Educação**. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Serviço Social). Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campos – Toledo, 2011.

TOCANTINS, Estado. **Regimento Escolar: da Rede Estadual de Ensino do Tocantins**, SEDUC/TO, Palmas, Tocantins, 2012.

TRIVINOS, A.; SILVA, N. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação** (1928). São Paulo: Atlas, 1987.

SITES OFICIAIS CONSULTADOS

FNDE. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Disponível em: <<https://www.gov.br/fnde/pt-br>>. Acesso em: 09/03/2023.

FUNDEB. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/fundeb>>. Acesso em: 09/03/2023.

PNAE. Fnde.gov.br. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/1ccr/pnae.html>>. acesso em: 09/03/2023.

PNLD. Ministério da Educação. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/componente/content/article>>. Acesso em: 09/03/2023.

Proinfo – Ministério da Educação. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/proinfo>>. Acesso em: 09/03/2023.

PNBE. Programa Nacional Biblioteca da Escola. <Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-nacional-biblioteca-na-escola>>. Acesso em: 09/03/2023.

PBA. Plano Nacional de Alfabetização. Disponível em: <<https://alfabetizacao.mec.gov.br/pba>>. Acesso em: 10/03/2023.

PROUNI. Portal Único de Acesso ao Ensino Superior. Disponível em: <<https://acessounico.mec.gov.br/prouni>>. Acesso em: 10/03/2023.

APÊNDICE A

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO TOCANTINS **UFT**



FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

NOME DO PARTICIPANTE:

IDADE:

ENDEREÇO:

Nº

BAIRRO:

CIDADE:

ESTADO:

CEP:

FONE:

Eu, _____,

Declaro, para os devidos fins ter sido informado verbalmente e por escrito, de forma suficiente a respeito da pesquisa: **de TCC sobre A Inserção do Assistente Social na Educação**. O projeto de pesquisa será conduzido por Marilete Alves Soares Curcino, aluna de Graduação em Serviço Social, orientado pela Prof (a). Dr(a) **Eliane Marques de Menezes Amicucci**, pertencente ao quadro docente da Universidade Federal do Tocantins “ UFT”. Estou ciente de que este material será utilizado para apresentação de: defesa de TCC observando os princípios éticos da pesquisa científica e seguindo procedimentos de sigilo e discrição. A pesquisa tem como objetivo analisar as atribuições e competências desenvolvidas pelo Assistente Social na Escola de Ensino Básico do Estado do Tocantins. Fui esclarecido sobre os propósitos da pesquisa, os procedimentos que serão utilizados e riscos e a garantia do anonimato e de esclarecimentos constantes, além de ter o meu direito assegurado de interromper a minha participação no momento que achar necessário.

TOCANTÍNIA 02 DE MAIO 2023

Assinatura do participante

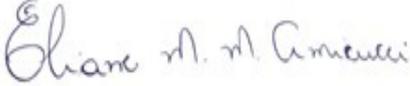
Pesquisador Responsável

Nome: Marilete Alves Soares Curcino

Endereço: Avenida Beatriz Silva nº 1052, bairro centro Tocantínia - Tocantins.

Tel: (63) 98452-9540

E-mail: marilete.soares@mail.uft.edu.br



Orientadora: Eliane Marques de Menezes Amicucci

Endereço: Rua Maranhão número 600, setor Santos Dummont, Miracema do Tocantins

[Tel:\(62\) 99665-0304](tel:62996650304)

E-mail: eliane.amicucci@uft.edu.br

APÊNDICE B



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS DE MIRACEMA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO
SOCIAL**

Marilete Alves Soares Curcino

**SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: O ASSISTENTE SOCIAL NO
AMBIENTE ESCOLAR**

**MIRACEMA DO TOCANTINS - TO
2023**

Formulário de Entrevista Assistente Social:
Tema: Serviço Social na Educação: O Assistente Social no Ambiente Escolar.

Questionário:

1- Qual o nome da Instituição onde trabalha? Se possível explique um pouco sobre a instituição de ensino?

2- Qual o objetivo do Serviço Social na instituição?

3- Quais são as demandas do Assistente Social na Educação? Quanto tempo atua como Assistente Social?

4- Quais atividades estão sendo implementadas pelo Serviço Social na Unidade de Ensino? E qual o perfil da população usuária/alunos?

5- O que faz um Assistente Social na Educação?

6- Quais são os desafios que você pode citar para sua prática profissional?

7- Qual instrumental técnico operativo você utiliza? (Entrevista, visita domiciliar, observação, trabalho em grupo, ficha de encaminhamento).

8- Quais são as principais expressões da Questão Social encontradas na escola pública de ensino básico?

9- A instituição oferece suporte para que a intervenção profissional seja realizada? Há condições objetivas de trabalho?

10- Existe uma interlocução da escola com a rede sócia assistencial oferecida no município? (exemplo CRAS, CREAS, CAPS, Defensoria Pública, delegacias).

11- O Assistente Social pode atuar com autonomia?

12- Como é a relação do Assistente Social com os demais profissionais da Educação?

13- Em sua opinião a política de educação poderia ser melhorada, mais discutida e realizada com maior eficácia? Dê sua opinião sobre a política de educação básica.

14- Como acontece o processo de Intervenção profissional na educação?

15- De que forma o Assistente Social pode contribuir com a qualidade Educacional no contexto atual?
